



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

**SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA
ANÁLISE DO CONHECIMENTO FOMENTADO NOS
CURSOS PRESENCIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE**

FERDINANDA FERNANDES GURGEL

Mossoró – RN
Fevereiro de 2017

FERDINANDA FERNANDES GURGEL

**SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO
CONHECIMENTO FOMENTADO NOS CURSOS PRESENCIAIS DO RIO GRANDE
DO NORTE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, *campus* de Mossoró, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestra em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Elisabete Stradiotto Siqueira.

Mossoró – RN
Fevereiro de 2017

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

G978s Gurgel, Ferdinanda Fernandes.
Serviço Social e Responsabilidade Social: Uma
análise do conhecimento fomentado nos cursos
presenciais do Rio Grande do Norte / Ferdinanda
Fernandes Gurgel. - 2017.
109 f. : il.

Orientadora: Elisabete Stradiotto Siqueira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
Ambiente, Tecnologia e Sociedade, 2017.

1. Responsabilidade Social. 2. Formação
Profissional. 3. Serviço Social. I. Siqueira,
Elisabete Stradiotto, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da Instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

FERDINANDA FERNANDES GURGEL

**SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO
CONHECIMENTO FOMENTADO NOS CURSOS PRESENCIAIS DO RIO
GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido –
UFERSA, *campus* de Mossoró, como
parte das exigências para a obtenção do
título de Mestra em Ambiente,
Tecnologia e Sociedade.

Aprovada em: 23/02/2017

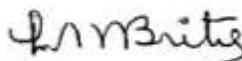
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Elisabete Stradiotto Siqueira (UFERSA)
Orientadora



Profa. Dra. Liana Holanda Nepomuceno Nobre (UFERSA)
Examinadora Interna



Profa. Dra. Lydia Maria Pinto Brito (UnP)
Examinadora Externa

Ao meu amado filho, Mateus.
Aos meus pais, Elzo e Maria José.
Ao meu companheiro, Sidney.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

É hora de agradecer, e jamais posso me esquecer que este, sem dúvidas, foi um caminho árduo durante o qual, por vezes, me questioneei por que acontecia dessa forma, não era bem assim que eu havia idealizado. Ok, mas quem sabe o que teremos para o minuto seguinte? Então, foi assim que cheguei aqui, ao “término”.

Preciso iniciar agradecendo a Deus, por me segurar nos momentos de dúvidas e incertezas e, acima de tudo, me presentear com pessoas maravilhosas ao meu lado, que sempre me apoiaram.

Agradeço aos meus pais, por ser sempre minha fortaleza, minha âncora, meu ponto forte. A vocês, dedico todas as minhas conquistas. Especialmente, preciso agradecer à minha mãe, mulher forte e guerreira que, por vezes, as lágrimas escorrem pelo seu rosto, quando o caminho também lhe apresenta mudanças que não têm sido fáceis. Preciso dizer: obrigada por tudo que você fez por mim e pelo pequeno Mateus, para que aqui eu pudesse chegar e estivesse escrevendo essas palavras. Hoje sei que o que você por mim fez só uma mãe faz por um filho. Minha eterna gratidão, respeito e admiração.

Aos meus irmãos, por estarem sempre próximos ou distantes, mas orando por mim, sendo parte de mim, da minha história. Aproveito, ainda, para agradecer a existência, em minha vida, de minha cunhada Tacianna e meu sobrinho Elzinho. Todos vocês são fundamentais. Um agradecimento singular à minha irmã Fernanda, pelas correções no que eu produzia, indicações de leituras, discussões sobre conceitos e entendimentos da responsabilidade social, acima de tudo, inspiração para que eu me interessasse por essa área.

Um agradecimento especial ao meu pequeno Mateus, que transformou meu mundo em azul, veio sem planejamento, em meio a uma loucura de planos profissionais, e me mostrou que, por ele, toda a dificuldade merecia ser superada, provando-me quanto amor eu podia dedicar a ele, sendo esse hoje meu maior e melhor plano de vida. Veio para mostrar que eu era bem mais forte do que imaginava, e para me lembrar, todas as vezes que por ventura pensei em desistir, que Meu Filho não queria uma mãe que tivesse abandonado seus sonhos e planos. Não foi fácil, mas foi por você, meu pequeno, razão hoje da minha vida.

Ao meu esposo e companheiro, Sidney, por sempre acreditar bem mais em mim do que eu mesma, por ser minha palavra certa, meu incentivo, meu refúgio.

Preciso, ainda, agradecer à minha orientadora, Bete, por ser sempre calma, apoio, norte teórico, espelho profissional. Com você, aprendi bem mais do que responsabilidade social, aprendi valores importantes que os levarei sempre.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, pelos conhecimentos transmitidos.

Aos colegas de sala do programa, pela troca de saberes das mais diversas áreas do conhecimento, que tanto nos enriquece.

Preciso agradecer a Marwyla, amiga querida que me ajudou com livros, indicação de leituras, revisão do que eu havia produzido, para que eu conseguisse tentar associar duas áreas que

aparentemente estão tão distantes. Agradeço, ainda, à amiga Marcela e toda sua família, por ser socorro várias vezes em que precisei ir à aula, produzir algo, ficando com meu pequenino.

A todas as profissionais e aos alunos que toparam embarcar na louca viagem desta pesquisa, contribuindo com suas falas e pontos de vista. Gratidão.

Às professoras LÍlian e Ludimilla, pelas contribuições no momento da qualificação.

Às professoras Lydia (minha querida orientadora) e Liana, por se disponibilizarem prontamente a participar e contribuir no momento de defesa desta dissertação.

A todos, meu muito obrigada!

*“Dos nossos medos
nascem as nossas coragens,
e em nossas dúvidas,
vivem as nossas certezas.
Os sonhos anunciam
outra realidade possível,
e os delírios outra razão.
Nos descaminhos
esperam-nos surpresas,
porque é preciso perder-se
para voltar a encontrar-se.”*

(Eduardo Galeano)

SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO FOMENTADO NOS CURSOS PRESENCIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

RESUMO

As organizações têm sido desafiadas a adotarem ações ou comportamentos que beneficiem seus colaboradores ou a sociedade em geral, em vez de visarem a apenas o lucro. Define-se essa consciência ou conjunto de atitudes como responsabilidade social, a qual tem se tornado requisito de sobrevivência em um mercado competitivo. No Brasil, ela ganhou destaque a partir de 1980, quando algumas empresas a adotaram após reivindicações de trabalhadores e propostas do movimento societário. Consequentemente, a classe empresarial começou a definir estratégias para conciliar interesses privados e coletivos, enquanto as profissões e suas respectivas formações precisaram se adaptar para responder às demandas emergentes. E isso também se aplica ao Serviço Social. Nesse sentido, este estudo teve por objetivo geral: compreender de que forma o conhecimento acerca da responsabilidade social está inserido nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte; e, como objetivos específicos: analisar o projeto pedagógico dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte, com vistas a perceber o viés da responsabilidade social; avaliar a concepção acerca da responsabilidade social presente nos discursos de coordenadores e professores dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte; e analisar a percepção dos alunos dos cursos de Serviço Social do Rio Grande do Norte, sobre a temática e sua formação, com relação à responsabilidade social. Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo possui natureza qualitativa, utilizou pesquisas de campo e documental, assim como dados quantitativos para fins descritivos. O estudo envolveu 148 participantes: 5 coordenadores de curso, 6 professores indicados e 137 alunos do último período de seis cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte, oferecidos por instituições públicas ou privadas, localizadas em Mossoró (2), Assu (1), Caicó (1) e Natal (2). Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com coordenadores e professores, enquanto se aplicaram questionários fechados a alunos, além da utilização de diário de campo. Gravaram-se todas as entrevistas e, logo após, procedeu-se com sua transcrição, como explicado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por cada participante. A partir disso, houve análise interpretativa das entrevistas e dados quantitativos obtidos. Os resultados demonstraram que a temática da responsabilidade social está inserida nos Projetos Pedagógicos e Matrizes Curriculares de forma transversal apenas em tópicos específicos das disciplinas obrigatórias ou optativas. Além disso, o tema não apareceu clara e objetivamente nas falas dos coordenadores e professores, nem recebeu destaque em discussões internas, indicando seu caráter secundário na formação, o que resulta em escassez de produções acadêmicas, mesmo diante da reconhecida demanda de mercado. Apesar disso, os alunos demonstraram compreender a responsabilidade social como algo mais abrangente, além das práticas caritativas, que visa a equilibrar a organização a partir do viés ético, legal e econômico. Entretanto, eles expressaram a necessidade de aprofundamento teórico na área, seja por meio do ensino, pesquisa ou extensão.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Formação profissional. Serviço Social.

SOCIAL SERVICE AND SOCIAL RESPONSIBILITY: AN ANALYSIS OF KNOWLEDGE FOMENTED IN THE PRESENT COURSES OF RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT

Organizations have been defied to adopt actions or behaviors in benefit of their own collaborators or the society at large, instead of aiming profit only. This consciousness or set of attitudes is defined as Social Responsibility, which has become a requirement of survival in a competitive market. In Brazil, it became prominent in 1980 when some companies decided to embrace the idea due to working class claims and the Societal Movement. Consequently, the business class started defining strategies to reconcile private and collective interests, whereas professions and respective curricula had to adapt themselves in order to respond to the emerging demands. And this also applies to Social Work. In this sense, the general objective of this study is: To understand how the knowledge on Social Responsibility is part of presential undergraduate courses in Social Work in Rio Grande do Norte state. As specific objectives: To analyze the pedagogical project of presential undergraduate courses in Social Work in Rio Grande do Norte state, seeking to perceive the Social Responsibility bias; Assess the conception of Social Responsibility in the discourse of coordinators and professors of presential undergraduate courses in Social Work in Rio Grande do Norte state; Verify the perception of Social Work students in Rio Grande do Norte state about the theme and professional formation, in relation to Social Responsibility. Regarding the methodological aspects, this study is qualitative in nature, including both documentary and field researches; yet, for descriptive purposes, quantitative data was collected. The study involved 148 participants: five course coordinators, six professors and 137 students of the last semester of six presential undergraduate courses in Social Work across Rio Grande do Norte state, offered by either private or public institutions, which are located in the cities of Mossoró (2), Assu (1), Caicó (1) and Natal (2). Semi-structured interviews were conducted with professors and coordinators, while closed questionnaires with students, aside from fieldwork diary. All interviews were taped and transcribed, as explained in the Informed Consent signed by each participant. Then, interpretative analysis of the interviews and quantitative data took place. The results demonstrate that the theme of Social Responsibility occurs only transversely in the Pedagogical Projects and Curricula Matrices, inside specific topics in either compulsory or optional subjects. Moreover, the theme neither appears clear and objectively in the speeches of coordinators or professors nor bounces during internal discussions, indicating its secondary character in the programs, which leads to a lack of academic productions, despite the recognized market demand. Notwithstanding, students manifest they understand Social Responsibility as something more comprehensive, beyond the charity practices, that aims to balance the organization from the ethical, legal and economical perspectives. However, they highlight the need for a theoretical deepening in the area, by teaching, research or extension.

Keywords: Social Responsibility. Professional formation. Social Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quatro dimensões da responsabilidade social.....	31
Figura 2 – Três domínios da responsabilidade social.....	32
Figura 3 – Estrutura da ABNT NBR ISO 26000.....	36
Figura 4 – Temas centrais da NBR ISO 26000	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conhecimentos da formação profissional	86
Gráfico 2 – Conhecimentos da formação profissional (por cursos)	87
Gráfico 3 – Compreensão sobre a formação profissional (público x privado).....	88
Gráfico 4 – Compreensão sobre responsabilidade social	88
Gráfico 5 – Compreensão sobre responsabilidade social (por cursos).....	89
Gráfico 6 – Compreensão sobre responsabilidade social (público x privado)	89
Gráfico 7 – Formação profissional para atuação junto à responsabilidade social.....	90
Gráfico 8 – Formação profissional para a atuação junto à RS (por cursos)	91
Gráfico 9 – Formação profissional para atuação junto à RS (público x privado)	91
Gráfico 10 – A temática foi apresentada de maneira ampla e clara em sua formação em alguma disciplina?	92
Gráfico 11 – A temática foi apresentada de maneira ampla e clara em sua formação em alguma disciplina? (por cursos).....	92
Gráfico 12 – A temática foi apresentada de maneira ampla e clara em sua formação em alguma disciplina? (público x privado).....	93
Gráfico 13 – Presença de atividade de extensão ou pesquisa fomentada durante a formação na área e Responsabilidade Social e Serviço Social	93
Gráfico 14 – Presença de atividade de extensão ou pesquisa fomentada durante a formação na área e Responsabilidade Social e Serviço Social (por cursos)	94
Gráfico 15 – Presença de atividade de extensão ou pesquisa fomentada durante a formação na área e Responsabilidade Social e Serviço Social (público x privado).....	94
Gráfico 16 – Responsabilidade Social enquanto demanda para o Serviço Social	95
Gráfico 17 – Responsabilidade Social enquanto demanda para o Serviço Social (por cursos)	96
Gráfico 18 – Responsabilidade Social enquanto demanda para o Serviço Social (público x privado)	96
Gráfico 19 – Responsabilidade Social desenvolvida enquanto espaço sócio-ocupacional para o assistente social	97
Gráfico 20 – Responsabilidade Social desenvolvida enquanto espaço sócio-ocupacional para o assistente social (por cursos)	97
Gráfico 21 – Responsabilidade Social desenvolvida enquanto espaço sócio-ocupacional para o assistente social (público x privado)	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução do conceito de responsabilidade social.....	28
Quadro 2 – Cursos de Serviço Social distribuídos segundo período de autorização e natureza jurídica.....	68
Quadro 3 – Síntese de análise dos PPCs	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	<i>Accountability</i>
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas em Serviço Social
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CEE	Comissão de Estudo Especial
COEP	Comitê das Empresas Públicas no Combate à Fome
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
GIFE	Grupo de Institutos e Fundações Empresariais
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
ONG	Organização Não Governamental
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PPC	Projeto Pedagógico dos Cursos
PPGATS	Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade
RS	Responsabilidade Social
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SA	<i>Social Accountability</i>
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UESS	Unidade de Ensino de Serviço Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	OBJETIVOS	22
2.1	OBJETIVO GERAL.....	22
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
3	RESPONSABILIDADE SOCIAL	23
3.1	HISTÓRICO GLOBAL E BRASILEIRO.....	23
3.2	CONCEITOS.....	27
3.3	PONTOS E CONTRAPONTO.....	30
3.4	NORMATIZAÇÕES, COM ENFOQUE NA NBR ISO 26000:2010.....	34
3.5	CRÍTICAS À TEMÁTICA.....	38
4	SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	42
4.1	CONTEXTUALIZANDO A PROFISSÃO.....	42
4.2	SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EMPRESARIAL	50
4.3	SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	55
4.4	REVISÃO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO...	58
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	64
5.1	ESTRATÉGIAS DE PESQUISA	64
5.1.1	Pesquisa documental	64
5.1.2	Pesquisa bibliográfica.....	64
5.1.3	Pesquisa de campo	64
5.2	UNIVERSO DA PESQUISA	65
5.3	SELEÇÃO DOS SUJEITOS	65
5.4	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	65
5.5	TRATAMENTO DOS DADOS	66
6	SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO FOMENTADO NOS CURSOS PRESENCIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE	67
6.1	REVISITANDO OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS	67

6.2	O QUE PENSAM OS COORDENADORES DE CURSO SOBRE A RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	73
6.3	O QUE OS PROFESSORES FALAM SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL	80
6.4	COMO OS ALUNOS PERCEBEM OS CONHECIMENTOS SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL EM SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	86
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS.....	103
	APÊNDICE	109

1 INTRODUÇÃO

Vivencia-se tempos de capitalismo que trazem uma série de impactos para os trabalhadores, como reordenamento dos postos de trabalho, aumento do exército industrial de reserva, sua forma de se relacionar com o meio em que vivem e com os bens produzidos (MOTA, 2008). Porém, também traz mudanças consideráveis às empresas e organizações, principais sustentáculos desse sistema, devendo elas buscarem novas estratégias de manutenção e de subsistência no mercado concorrencial e na sociedade.

Eis que essa é uma nova demanda que deve ser elemento de estudos, a fim de promover uma reflexão sobre o papel das organizações, sendo hoje alvo de interesse até mesmo de novos trabalhadores, que preferem estar vinculados a empresas com imagem positiva e comprometida socialmente.

De acordo com Costa (2013), os estudos referentes à responsabilidade social (RS) nos países mais desenvolvidos acumulam grande número de obras, enquanto que no Brasil eles ainda estão se desenvolvendo, necessitando sempre de ampliação. É válido ressaltar que a RS perpassa as mais diversas áreas do saber, requerendo ser discutido no interior das categorias profissionais para que essas se percebam enquanto parte dessa nova conjuntura.

Nesse mesmo sentido, as profissões têm suas ações inovadas e reinventadas com vistas a responder às demandas que se aproximam. Da mesma forma, para manutenção de sua utilidade social, corroborando a ideia de Yamamoto (2007), o Serviço Social precisa adequar-se às novas demandas que lhes são impostas e dar-lhes respostas.

Desse modo, é interessante entender que as demandas e perspectivas referentes às profissões dão-se a partir do contexto social e histórico em que se encontram os trabalhadores. É fato que a formação e mesmo atuação dos profissionais de Serviço Social é mais voltada para o âmbito público, porém, nos dias atuais, esse fator tem sido sensivelmente alterado, em consonância com o movimento macrossocietário. As novas demandas que surgem são decorrência do tipo de inserção da profissão, o que representa a não estaticidade, já que essas novas demandas impostas decorrem do modo de produção capitalista. Uma demanda que emerge a cada dia mais ao Serviço Social é a atuação dos profissionais dessa área em empresas e no terceiro setor, sendo recrutados a atuarem diretamente com as práticas de RS institucionais.

Assim, o presente trabalho visa a ampliar as discussões no âmbito acadêmico que perpassam as temáticas sobre RS e Serviço Social, contribuindo, dessa forma, para o

aprofundamento no debate e ampliação de publicações na área, com o viés da interdisciplinaridade.

Ao se pensar na relevância do presente estudo, compreende-se que é sempre importante e necessário contribuir para novas discussões acadêmicas, possibilitando o abrir de novos horizontes e a observação de novas perspectivas de atuação profissional, sem se esquecer das demandas tradicionais, mas se estando atento às novas necessidades.

Assim, compreende-se como viável o desenvolvimento desta pesquisa, que visa a observar de que modo a temática RS é tratada nos cursos presenciais de Serviço Social do Rio Grande do Norte, fomentando a interdisciplinaridade, bem como para a ampliação de pesquisas no âmbito local, ao tratar do Rio Grande do Norte em um espaço pouco desvendado: cursos de Serviço Social. Para além, busca-se investigar a percepção dos coordenadores, professores e alunos, ao tratarem de Serviço Social e RS.

O presente texto está distribuído em sete capítulos, sendo este de apresentação o primeiro. O segundo versa acerca da RS, ampliando seu histórico em nível global e nacional, trabalhando seus conceitos, pontos e contrapontos, bem como nas legislações e normatizações que se encontram em torno da temática, com enfoque na Norma Brasileira Regulamentadora *International Organization for Standardization* nº 26000, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR ISO 26000). Apresenta, ainda, as críticas à temática. O terceiro capítulo versa acerca do Serviço Social no Brasil, trazendo seu histórico, uma revisão nos avanços curriculares da profissão, contextualização e discussão do profissional no âmbito empresarial, fechando com a temática Serviço Social e RS. O quarto capítulo é o momento de apresentar os objetivos geral e específicos deste estudo. No quinto capítulo, apresenta-se todo o percurso metodológico seguido para que fosse possível atender aos objetivos anteriormente propostos. No sexto capítulo, apresentam-se as discussões da pesquisa de campo e documental realizada junto aos cursos presenciais de Serviço Social do Rio Grande do Norte. O último capítulo refere-se às considerações finais, momento de indicar o atendimento aos objetivos propostos, bem como elencar os limites e possibilidades encontrados neste percurso.

Com o olhar e a compreensão de que as organizações são chamadas (pressionadas) a uma atuação mais social, e sabendo que o assistente social é demandado enquanto ator importante na dimensão social da organização, tendo uma função estratégica na relação entre a organização com trabalhadores, sociedade e comunidade, questionou-se: de que forma a temática RS vem perpassando a formação profissional dos acadêmicos dos cursos presenciais de Serviço Social no Rio Grande do Norte?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender de que forma o conhecimento acerca da RS está inserido nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o projeto pedagógico dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte, com vistas a perceber o viés da RS.
- Avaliar a concepção acerca da RS presente nos discursos de coordenadores e professores dos cursos presenciais graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte.
- Averiguar a percepção dos alunos dos cursos de Serviço Social do Rio Grande do Norte, sobre a temática e sua formação, com relação à RS.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

3.1 HISTÓRICO GLOBAL E BRASILEIRO

Para as organizações manterem-se vivas, é necessário, dentre outros fatores, a sua adaptação ao ambiente e às novas demandas. Consumidores mais conscientes, exigência de tecnologias verdes, consciência ética, ambiental e social e valorização da qualidade de vida dos envolvidos, são tendências de setores da sociedade que podem contribuir para o êxito no mundo dos negócios, compondo, assim, novas preocupações organizacionais (GIESTA; LEITE, 2010). Ainda como características do período vivenciado nesse processo de globalização, extinguem-se limites nacional e internacional, promovendo-se relação entre países, culturas e povos distintos.

O advento da RS está atrelado às transformações societárias com o surgimento da globalização, bem como ao pano de fundo do ideário neoliberal, com todos os seus rebatimentos negativos na vida social, empresarial e econômica, trazendo em seu bojo, no século XX, a reestruturação produtiva¹, que produz profundas mudanças na produção, consumo e relação das pessoas com as organizações. Como aponta Mota (2008), nesse processo, adotam-se formas toyotistas de produção, com o uso de sistemas flexíveis, com produção personalizada, de alta qualidade e sem a presença de estoques, como se observava em outros modelos, como o fordista.

É nesse contexto que surge a RS enquanto movimento mundial, que vem instigando as várias áreas de conhecimento a pensarem os impactos produzidos pelas organizações no contexto social, contribuindo para a compreensão de uma nova forma de gerir organizações e pessoas. A ideia da RS é que a organização se afaste um pouco da visão unicamente fundada na lucratividade, e que esse processo perpassa toda a gestão estratégica, estando alinhada aos objetivos estratégicos². “O intenso processo de exclusão social em que vivemos hoje torna urgente a melhoria de aspectos de caráter social e não apenas o desenvolvimento das bases econômicas da sociedade” (OLIVEIRA, C. M., 2013, p. 78).

¹ A característica central é a geração de um desemprego crônico e estrutural. Esse desemprego implicou uma atitude defensiva e ainda mais corporativa dos trabalhadores formais, e um intenso processo de desorganização política da resistência operária e popular, quebrando a espinha dorsal dos trabalhadores, que, segundo a assertiva neoliberal, estavam com excesso de poder e privilégios, na forma dos direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 124).

² Compreende-se, então, esse como um dos pontos de vista sobre a RS, de que há várias percepções sobre a mesma temática.

Quando as organizações privadas se orientam por princípios da RS, esta passa a ser conhecida como Responsabilidade Social Empresarial (RSE), em que, nos dias de hoje, empresas das mais diversas localidades e segmentos desenvolvem ações de RSE. A percepção e a realidade do desempenho em RS da organização podem influenciar, além de outros, os seguintes fatores: (a) sua vantagem competitiva; (b) sua reputação; (c) sua capacidade de atrair e manter trabalhadores e/ou conselheiros, sócios e acionistas, clientes ou usuários; (d) a manutenção da moral, do compromisso e da produtividade dos empregados; (e) a percepção de investidores, proprietários, doadores, patrocinadores e da comunidade financeira; e (f) sua relação com empresas, governos, mídia, fornecedores, organizações pares, clientes e a comunidade em que opera (ABNT, 2010).

De acordo com Giesta e Leite (2010), pensar sobre RS remonta uma discussão de mais de 2000 anos, quando os negócios e a comunidade estavam profundamente ligados, ligação essa que se esvai especialmente com as Revoluções Industriais.

Nesse sentido, Chriman e Carroll (1984 apud GIESTA; LEITE, 2010, p. 24), versam que “o primeiro diálogo entre organizações e sociedade ocorreu no campo filantrópico, cuja lógica não está centrada na reversão dos impactos produzidos no meio social, mas em ações compensatórias, como doações a instituições de caridade”.

Segundo Oliveira, C. M. (2013), em 1943, Howard Bowen lançou a primeira compilação de ideias sobre a temática RS, intitulada *Responsibilities of the Businessman*, em que demonstrava a interferência dos negócios na vida das pessoas. Esses pensamentos chegam até os bancos universitários e organizações, iniciando as discussões sobre o impacto social das organizações na sociedade.

Oliveira, C. M. (2013 p. 73) aponta que Bowen, em sua obra, “trata exatamente da responsabilidade social como doutrina voluntária a ser aceita pelos homens de negócios”, evitando, assim, a ampliação do movimento socialista.

O conceito assumiu forma mais teórica e com maior difusão por volta de 1960, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, e, de acordo com Rheinheimer (2005, p. 20) tem o objetivo de “estimular a participação das empresas em programas da sociedade civil organizada, bem como desenvolver ações sociais na comunidade local, onde estão inseridas”. As organizações passaram a demonstrar preocupação a tal temática a partir de um movimento que também vinha ocorrendo nos seus extramuros, que foi a Guerra do Vietnã, e, decorrente dela, manifestações de repúdio e protestos, demonstrando uma nova mentalidade da sociedade e instituições, mas com vistas sempre à manutenção das organizações.

Até então, a RS estava a cargo das ações do Estado, porém, passou-se a cobrar maior transparência por meio de movimentos sociais que saem às ruas em busca da ampliação e garantia de direitos, bem como clamando pela atenção ao meio ambiente.

A década de 1960 foi marcada como divisor de águas, ao pensar em meio ambiente e desenvolvimento sustentável³. As primeiras discussões sobre a temática “meio ambiente” culminam na Conferência do Meio Ambiente em Estocolmo e na criação do “Clube de Roma”, que publicou o relatório *Limits to growth*, demonstrando a impossibilidade de crescimento sem planejamento de um sistema que depende de recursos naturais.

Esta conferência destacou o uso indiscriminado dos recursos naturais, dando início a uma nova ordem intitulada “Desenvolvimento Sustentável”, conceituado como “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (MARTINS et al., 2010, p. 459).

Durante as décadas de 1960 e 1970, verifica-se, também, a crise no Estado de bem-estar social (*Welfare State*), com ação direta da “mão invisível do Estado”, ampliando, dessa forma, o exército industrial de reserva. Desde então, a França instituiu a necessidade de apresentação do Balanço Social das organizações, “divulgando quadros com dados relativos à gestão pessoal, às condições sociais, juntamente com as tradicionais demonstrações financeiras” (SUCUPIRA et al., 2010 p. 34).

De acordo com Siqueira (2005), foi nas décadas de 1970 e 1980, quando se passou a encarar essa temática como de relevância para o mundo acadêmico e científico. “O estudo da responsabilidade social não é uma ciência. É uma área de interesse inter e multidisciplinar, transitando pelos campos de várias ciências sociais e humanas, até mesmo filosofia”. (OLIVEIRA, J., 2008, p. 10).

Na década posterior, 1980, a temática ganhou força a partir de grandes desastres ambientais⁴ ocorridos nesse período, causados por corporações transnacionais, dando-se início ao movimento de RSE (SUCUPIRA et al., 2010).

Já na década de 1990, surgiram inúmeras instituições que visam a auxiliar as demais organizações em quesitos como transparência organizacional, padrões de sustentabilidade, dentre outros, espalhadas pelo mundo, bem como nas certificações, criando-se, a partir de

³ O desenvolvimento capaz de suprir às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações (BRUNDTLAND, 1987).

⁴ Acidentes ocorridos na Índia, em 1984, causado pela Union Carbide, e no Alasca, em 1989, causado pela Exxon Valdez.

então, normas certificadoras e regulamentadoras, como a *Social Accountability* (SA) 8000, ISO 9000, ISO 14000, dentre outras (SIQUEIRA, 2005).

Mesmo que não ocorrendo na mesma época, as discussões e a realidade da RS também chegaram ao âmbito nacional. De acordo com Oliveira, C. M. (2013), na realidade brasileira, é nítido perceber que a classe empresarial se formou tardiamente (a comparar com outras nacionalidades), a partir de 1930, visto que até então predominava a atividade agroexportadora. Somente, então, com grandes marcos históricos (em nível mundial) que o país passou a se desenvolver. A partir desse período, a elite brasileira passou a buscar estratégias de conter a classe trabalhadora, evitando conflitos de interesses. As primeiras discussões iniciam-se em 1960, com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), compreendendo-se que as organizações devem gerar, para além de bens e serviços, ações de bem-estar para a comunidade.

Na ADCE, debate-se especialmente acerca do Balanço Social, sempre embasado na doutrina da Igreja, orientado por uma atuação cristã de ajuda solidária de empresas, no sentido da construção do “bem comum”. “A RSE era encarada muito mais como um dever cristão do que como uma efetiva noção a ser incorporada pelas práticas de gestão empresarial” (OLIVEIRA, C. M., 2013 p. 180). A prestação de contas das organizações para com a sociedade por meio de Balanço Social, sendo a transparência entre empresas e sociedade um dos principais pilares que norteiam a RS, deu-se a partir de 1980, com algumas ações pontuais, especialmente de empresas estatais.

De acordo com Oliveira, C. M. (2013), esse documento, posto como obrigatório pela primeira vez em 1977, pela França, posteriormente, também o foi por outros países, como Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha e Portugal.

De acordo com Amaral e Cesar (2006), a partir da década de 1980, houve certa mudança no olhar do empresariado sobre os problemas sociais que atingiam a sociedade. Isso se deu devido à redemocratização, movimento constituinte e embates e reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho, e a classe empresarial passou a definir estratégias para o controle dessa realidade conflitante, além de atuar, também, como *marketing* social.

De acordo com Siqueira (2005), o tema só ganhou repercussão nacional a partir da campanha Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, idealizada por Herbert de Souza, o Betinho, no ano de 1993. Já para Carrieri, Silva e Pimentel (2009), a temática RS e empresas ganhou visibilidade a partir de 1998, com a criação do Instituto Ethos.

As primeiras organizações empresariais privadas a aproximarem-se de maneira institucional, apoiando a Campanha contra a Fome, que desde o seu início contou com uma ampla participação de empresas públicas e estatais como Petrobras, Banco do Brasil, Furnas e Caixa Econômica Federal, organizadas a partir de 1994 no Comitê das Empresas Públicas no Combate à Fome (COEP), foram a Fundação Abrinq e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) (TORRES, 2003, p. 147).

Assim, compreende-se a década de 1990 como aquela que veio para consolidar ao discurso da RS no Brasil, com ampliação das discussões e produções acadêmicas sobre a temática e criação de instituições nacionais específicas que entusiasmas debates em torno do tema. Há, ainda, na mesma década, uma campanha em prol da divulgação do Balanço Social das empresas, engendrada, também, por Herbert de Souza.

Em 1995, criou-se o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE), advindo de organizações empresariais que já se reuniam para discutir temáticas que estivessem relacionadas à filantropia.

Compreendendo em nível nacional, dada a história e, até mesmo, a concentração de riquezas, de indústrias e da elite empresarial, os debates sobre a temática iniciaram-se e são mais fortes e presentes nas regiões Sul e Sudeste do país.

De acordo com dados do levantamento de 2005 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2000 e 2004, cresceu em 10 pontos percentuais o quantitativo de organizações que realizam alguma ação social, significando uma média de 600 mil empresas. Dessas, 50% estão localizadas no Sudeste, sendo acompanhadas pelo Sul, Nordeste, Centro-Oeste e, por último, com apenas 3% das organizações, a região Norte (BRASIL, 2010).

É interessante compreender que várias organizações “batizam” a temática por com nomenclaturas diferentes, como: “empresa cidadã”, “cidadania empresarial”, “ética nos negócios”. Porém, inserem-se todas essas ideias, e a RS abarca todas elas.

3.2 CONCEITOS

Compreender a RS em cada período remonta pensar, também, que as empresas são chamadas a atuar de forma diferenciada em cada contexto, dando respostas a demandas também diferenciadas. Traçando um paralelo, Oliveira, C. M. (2013, p. 79) demonstra a evolução do conceito de RS em cada período histórico:

Quadro 1 – Evolução do conceito de responsabilidade social

Período histórico	Características fundamentais
Feudalismo na Europa	Compromisso das organizações produtivas da época era para com Deus, Igreja e povo em geral. Os donos de terra e comerciantes locais tinham responsabilidade para com os pobres num contexto em que o acúmulo de riquezas era algo perverso.
Mercantilismo (século XIII – XV)	Compromisso das empresas na Europa passou a ser com o fortalecimento do Estado-nação, especialmente mediante a participação nas expedições colonizadoras e pagamentos de impostos à coroa.
Fase da industrialização (iniciada entre os séculos XV e XVIII, estendendo-se até meados de 1980)	Compromisso das empresas era com a produtividade e a lucratividade dos negócios. A estratégia de gestão dominante era a do <i>shareholder</i> (acionista).
Fase pós-industrial	Pressão da sociedade exigindo maior transparência e atenção aos interesses dos vários grupos da população e não apenas acionistas. A estratégia de gestão dominante é a do <i>stakeholder</i> (todos os públicos envolvidos no negócio).

Fonte: adaptado de Oliveira, C. M. (2013, p. 79).

Oliveira, C. M. (2013, p. 80) ainda aponta que “embora com o objetivo original da lucratividade intacto, as organizações empresariais foram assumindo funções sociais específicas de acordo com as configurações históricas presentes em cada época”.

Atualmente, o conceito de RS mais utilizado é o do Instituto Ethos:

Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (GADIOLI et al., 2006, p. 180).

Ainda para o Instituto Ethos e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (2003), a RSE se dá por meio de relação com ações e práticas que visem, de forma ética e transparente entre si, com seu público e com o futuro da sociedade, ao estabelecimento de metas consonantes ao desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

De acordo com Instituto Ethos e Sebrae (2003), as sete diretrizes da RSE são: (a) adote valores e trabalhe com transparência; (b) valorize empregados e colaboradores; (c) faça sempre mais pelo meio ambiente; (d) envolva parceiros e fornecedores; (e) proteja clientes e consumidores; (f) promova sua comunidade; e (g) comprometa-se com o bem comum.

Complementando esse conceito, Rheinheimer (2005, p. 55) entende que a RS:

Preconiza a ética, a humanização e o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, são previstas ações em três dimensões: internas, externas e meio ambiente. As ações

internas têm como objeto as relações de trabalho e a qualidade de vida, no trabalho e do trabalhador. As externas são ações junto à comunidade do seu entorno, uma vez que as mudanças tecnológicas e a automação agilizam os processos de produção, ao mesmo tempo em que exterminam postos de trabalho e criam o desemprego em massa e a precarização das condições de vida, para as quais as empresas desenvolvem programas e ações emergenciais.

A NBR ISO 26000:2010, versa que RS refere-se à:

[...] responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que: contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas; esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; e esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações (ABNT, 2010, p. 10).

Para Ashley (2002), RSE pode ser o compromisso com o desenvolvimento, com o bem-estar, com a qualidade de vida dos empregados e de suas famílias e da comunidade em geral.

De acordo com Simionatto e Pfeifer (2006), passa-se a compreender a RS no direcionamento das empresas a partir de seus processos organizacionais a atuarem junto às áreas ambiental e social, seja com a comunidade que está inserida, seja com seus trabalhadores, no sentido de minimização dos impactos ocasionados pela reestruturação produtiva (advinda desde 1980), que ocasionou, dentre outros fatores, a ampliação da substituição do homem pela máquina, com implemento da dimensão cada vez mais tecnológica das organizações, reduzindo postos de trabalho. Os autores sugerem, então, esse processo como um “modelo de gestão empresarial”, pautado em princípios e valores éticos, em que todas as partes estão envolvidas, contribuindo para o desenvolvimento social, ambiental, tecnológico e econômico das organizações e, conseqüentemente, da sociedade.

Assim, empresas socialmente responsáveis, visam a atender às necessidades de todos os que estão envolvidos direta ou indiretamente com elas, sem levar em consideração apenas os interesses de seus gestores.

Corroborando o pensamento de Spers e Siqueira (2010), afirma-se que uma organização deve gerenciar todos os impactos por si causados, bem como suas responsabilidades sociais, tendo em vista que nenhuma organização existe de maneira independente, cada uma desenvolve seu papel na sociedade, existindo em prol desta. Desse modo, compreende-se que as práticas de RS extrapolam o mundo empresarial, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

A ideia inicial sobre a temática girava em torno de práticas caritativas e filantrópicas. “Temas como práticas de trabalho e práticas leais de operação surgiram há mais de um século. Outros temas, como direitos humanos, meio ambiente, defesa do consumidor e combate à fraude e à corrupção, foram acrescentados ao longo do tempo” (ABNT, 2010, p. 5).

A partir desses conceitos e normas regulamentadoras, é possível perceber a substituição de práticas caritativas e filantrópicas por trabalhos sociais, de longo prazo.

É essencial destacar que a RSE, enquanto estratégia de acumulação, se apoia em discursos de “cidadania empresarial”, mas está comprometida com seus objetivos reais que aparecem mascarados por “intenções humanísticas” e pretensamente desinteressadas financeiramente. Argumenta-se que nesse momento ocorre o que chama de “fetiche da doação”. Consideramos essa análise central, pois desmistifica a tão apregoada “boa vontade” do empresariado e sua “sensibilidade” frente aos “problemas sociais” (MENEZES, 2010, p. 508).

Compreende-se, assim, que o conceito de RS é interdisciplinar, com abordagem sistêmica e não está ainda fechado em si, porém, compreende-se que ele visa a atender às necessidades dos envolvidos (*stakeholders*), devendo ser incorporado ao planejamento estratégico das organizações, enquanto novo desafio ético à corporação.

A responsabilidade social, como elemento estratégico da gestão empresarial, deve preceituar toda a dinâmica empresarial. Todas as ações, desde as decisões concernentes aos produtos e orientações de mercado até as que dizem respeito à qualidade de vida dos trabalhadores devem ser perpassadas pela responsabilidade social (OLIVEIRA, C. M., 2013, p. 86).

Percebe-se, dessa forma, que o conceito sobre RS não adquire uma definição única. Para alguns autores, representa somente o cumprimento de uma obrigação, e outros compreendem somente como práticas caritativas pontuais a partir de alguma ação. É importante ressaltar que como norte deste trabalho, ter-se-á o conceito trazido pela NBR ISO 26000:2010.

3.3 PONTOS E CONTRAPONTOS

Existem inúmeras formas de se compreender a RS. Levando-se em conta que não há nem haverá unanimidade, tendo em vista que gira em torno de pessoas, com seus direitos e obrigações, somado a isso a busca pela lucratividade das organizações.

Um dos modelos utilizados para tentar explicar a RS é o das quatro dimensões, esquema esse desenvolvido por Carroll (1979 apud BARBIERI, 2009, p. 54), que a conceitua

como sendo “as expectativas econômicas legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem em relação às organizações em um dado período”. Em outro momento, a palavra “filantrópica” substituiu a “discricionária” desse conceito.

Figura 1 – Quatro dimensões da responsabilidade social

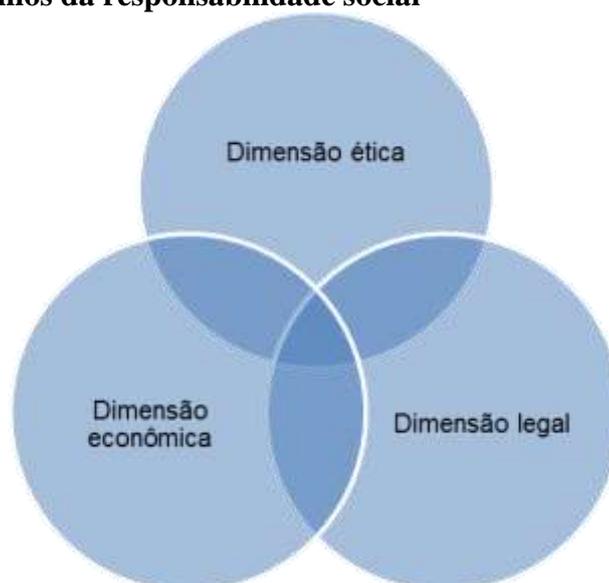


Fonte: adaptado de Barbieri (2009, p. 54).

Carroll (1979 apud BARBIERI, 2009) coloca a responsabilidade econômica como sendo a primeira, a base, tendo em vista que, de acordo com seu pensamento, toda empresa deve gerar lucro, sendo essa sua função social primeira, tudo daí decorrendo. Em seguida, vem a responsabilidade legal, indicando que as organizações devem atuar dentro de uma estrutura legal, sob quais leis devem conduzir o processo. A terceira dimensão refere-se às responsabilidades éticas, à expectativa de atuar conforme as legislações, atuando dentro dos entendimentos do que é ou não correto e aceitável socialmente. A última dimensão, com menor relevância, refere-se a “ser um bom cidadão” com vistas a promover melhores condições de vida aos cidadãos.

Assim, conclui-se que a RS “impõe o cumprimento simultâneo das responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas [...] significa que a empresa deve ser lucrativa, obedecer às leis, atender às expectativas da sociedade e ser boa cidadã” (CARROLL, 1979 apud BARBIERI, 2009, p. 55). O autor continuou buscando responder aos seus questionamentos e aperfeiçoar sua visão sobre a RS, e, por reconhecer que não existe entre as dimensões uma hierarquia, mas processos de relação, anos mais tarde, juntamente a Schwartz, aprimoraram o modelo anteriormente citado e desenvolveram o modelo dos três domínios da RS.

Figura 2 – Três domínios da responsabilidade social



Fonte: adaptado de Carroll e Schwartz (apud BARBIERI, 2009, p. 57).

Schwartz e Carroll (2003) afirmam que a RS nas empresas possui três domínios ou dimensões, que são: legal, ético e econômico. Essas dimensões apresentam-se interligadas, já que esse processo se dá a partir de motivações que se expressam: (a) no campo econômico, voltado aos impactos diretos e indiretos no desenvolvimento econômico; (b) no campo da responsabilidade legal, com as respostas das empresas às normas e princípios legais, atuando em conformidade legal; e (c) no campo ético, que representa a expectativa que os clientes internos e externos têm sobre a RS.

Nesse modelo, a filantropia deixa de ser uma dimensão específica, entendendo-se que pode estar presente juntamente aos demais aspectos. Os próprios criadores desse modelo apontam que ele possui limitações, porém, de acordo com Barbieri (2009, p. 60), “as maiores limitações desse modelo não são reconhecidas por seus autores [...] o fato de não considerar as questões ambientais como uma dimensão específica”, tratando-as sempre enquanto aspectos diretamente ligados às dimensões econômicas e legais.

Já Sucupira et al. (2010) apresentam dois posicionamentos díspares sobre a RS: a visão clássica e a visão socioeconômica. A primeira é defendida pelo economista Milton Friedman, o qual afirma que a maximização dos lucros é o que as organizações podem oferecer à sociedade, tendo em mente somente a expansão dos lucros ao decidir aplicar recursos. Os que defendem tal posicionamento afirmam que, se o gestor destinar valores para desenvolvimento de atividades sociais, alguém deverá arcar com tais custos, sejam os acionistas ou trabalhadores (com redução na lucratividade ou nos salários), seja o consumidor (com o aumento dos preços). “Friedman acha que isto é papel dos políticos, eleitos para

buscarem o interesse público. Para ele não compete à empresa fazer o bem e cabe ao governo impedi-la de fazer o mal” (SUCUPIRA et al., 2010, p. 27). O economista ainda defende que a RS da empresa se dá a partir do momento em que essa gera empregos e impostos e oferece ao mercado produtos e/ou serviços de qualidade. Essa visão corrobora o ideário da Administração clássica e as premissas da Economia neoclássica, que defende que a única função organizacional é gerar riqueza, aumentando as taxas de lucratividade, em que nada deve fugir da natureza econômica dos negócios.

Nesse sentido, Oliveira, C. M. (2013, p. 74-75) aponta que “a responsabilidade da empresa é cumprir sua função máxima de gerar lucratividade, de tal forma que a utilização dos recursos deve ocorrer de forma racional que proporcione o aumento da rentabilidade”.

A segunda visão, socioeconômica ou teoria dos *stakeholders*, que é mais recente, compreende que a visão clássica está superada e defende que o gestor deve observar o lucro, mas não se deter apenas a isso, devendo levar em conta os interesses de todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente na atividade da organização, seja trabalhadores ou comunidade.

Os defensores dessa visão rebatem a tese de Friedman com o argumento de que os tempos mudaram e que a maximização dos lucros passou a ser a segunda prioridade da empresa. A primeira deve ser assegurar a sua sobrevivência num mundo extremamente competitivo (SUCUPIRA et al., 2010, p. 28).

Os defensores dessa visão afirmam que, após a organização conseguir se manter no mercado concorrencial, a lucratividade é uma decorrência natural do processo em longo prazo, considerando-se o interesse dos atores sociais envolvidos. Assim, não há incompatibilidade entre RS e lucratividade, pelo contrário, a primeira é necessária e determinante da segunda, tornando diferente a forma como se obtém o lucro, compreendendo os benefícios aos abrangidos pela ação organizacional.

A responsabilidade social pode contribuir de forma direta para manutenção e sucesso das organizações, sendo essa um diferencial competitivo se administrado e utilizado de maneira coerente. O resultado vem a longo prazo, pois a responsabilidade social é um processo de construção coletivo, devendo ser bem conduzido e estimulado diariamente para crescer e florescer. Os bons negócios vão depender essencialmente do desenvolvimento e manutenção de relações sustentáveis de longo prazo (PFFEIFER, 2003, p. 40).

Rheinheimer (2005, p. 21) conclui que “uma empresa é socialmente responsável, quando ultrapassa as obrigações de respeitar e cumprir as leis, pagar seus impostos e atentar-se para as condições adequadas de segurança e saúde dos trabalhadores”.

A RS demonstra que as organizações devem preocupar-se não somente com a evolução tecnológica, qualidade dos produtos, mas, também, com as outras dimensões que surgem e se fazem fundamentais para se manterem vivas, e enquanto diferencial competitivo no mercado, dando respostas mais amplas à sociedade a partir de ações (que não ocorram de forma pontual) “extramuros” ou mesmo internas para seus colaboradores, que demarquem um novo modelo de gestão. Assim, é necessário que “floresça a consciência de que fazer a coisa certa não é incompatível com o lucro” (SUCUPIRA et al., 2010, p. 24). Esse é não somente um valor em si da postura da empresa cidadã, mas, também, uma estratégia de sobrevivência.

No contexto brasileiro, deve-se destacar dois modelos de entendimento da responsabilidade. O primeiro é o Balanço Social, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), um modelo amplamente conhecido e difundido no país, em que a organização visa a tornar pública suas práticas. O segundo modelo é o Ethos de RS, que possui como seus indicadores: (a) valores, transparência e governança; (b) público interno; (c) meio ambiente (gerações futuras e gerenciamento de impacto ambiental); (d) fornecedores; (e) consumidores e clientes; (f) comunidade; e (g) governo e sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Pode-se, ainda, abordar a temática a partir do ponto de vista interno e externo. O primeiro refere-se às ações desenvolvidas no interior da organização, voltadas, em geral, aos trabalhadores, por meio de políticas da gestão de pessoas, conforme apontam Vicente, Rebelo e Inverno (2011). Já no externo, as ações são destinadas àqueles que estão para além-muros organizacionais, como comunidade, entre outros. São entendidos, então, como do ponto de vista interno, o modo inicial, enquanto que o externo já decorre desse primeiro.

3.4 NORMATIZAÇÕES, COM ENFOQUE NA NBR ISO 26000:2010

A primeira certificação que diz respeito à RSE é a SA 8000, fruto de debates e reflexões de representantes de empresas, sindicatos e organizações não governamentais (ONGs), criada nos Estados Unidos. “Abrangendo aspectos relativos à RS com relação ao corpo funcional, a SA 8000 tem abrangência global e multissetorial e foco na garantia dos direitos dos trabalhadores, independente do local ou ramos empresarial” (OLIVEIRA, C. M., 2013, p. 81).

Em 1999, lançou-se o *Accountability* (AA) 1000, certificação também da RSE, que versa acerca da RSE na gestão das empresas. Com ela, “torna-se imprescindível a definição de valores éticos que irão guiar a gestão empresarial, fazendo-se fundamental o diálogo contínuo com os *stakeholders* para avaliação dos padrões de gestão socialmente responsáveis adotados” (OLIVEIRA, C. M., 2013, p. 81).

Com essas normas, percebe-se a necessidade de criação de parâmetros para a atuação e avaliação da RSE, seja no sentido da garantia de direito dos trabalhadores, seja em se tratando de gestão, a partir de instrumentos que possam auxiliar, independentemente de porte, localização ou bens e/ou serviços prestados. Neste sentido, afirma-se que:

As normas ISO são fruto de consenso e participação mundial, diminuem a possibilidade de pré-conceitos com relação a países em desenvolvimento normalmente indicados como praticantes de ações não responsáveis. Neste sentido, as normas ISO teriam um papel de síntese nesse campo, diminuindo o excesso de normas, padrões, metodologias e referenciais nacionais e internacionais permitindo, ainda, a comparabilidade mundial (SIQUEIRA et al., 2009, p. 47).

Em 2004, a ABNT criou a NBR 16001⁵, que buscou estabelecer padrões mínimos, em nível nacional, ao sistema de gestão da RS, admitindo o conceito que possui três dimensões (econômica, social e ambiental) vinculadas ao desenvolvimento sustentável. Pode-se aplicar a NBR 16001 a qualquer organização, independentemente de porte, atividade ou localização geográfica.

Já a NBR ISO 26000, foi criada em 2010, sendo uma norma internacional de RS, elaborada a partir de um processo de *multistakeholder*, com vários segmentos e categorias envolvidas em sua elaboração, sejam eles trabalhadores, consumidores, acionistas, ONGs, governo e empresas. A NBR ISO 26000 foi escrita por membros especialistas de mais de 90 países e de 40 organizações internacionais, elaborada na Comissão de Estudo Especial (CEE) de Responsabilidade Social (ABNT/CEE-111).

Enquanto temas centrais da RS, a NBR ISO 26000 aborda: (a) governança organizacional; (b) direitos humanos; (c) práticas de trabalho; (d) meio ambiente; (e) práticas leais de operação; (f) questões de consumidores; e (g) envolvimento e desenvolvimento econômico e social da comunidade.

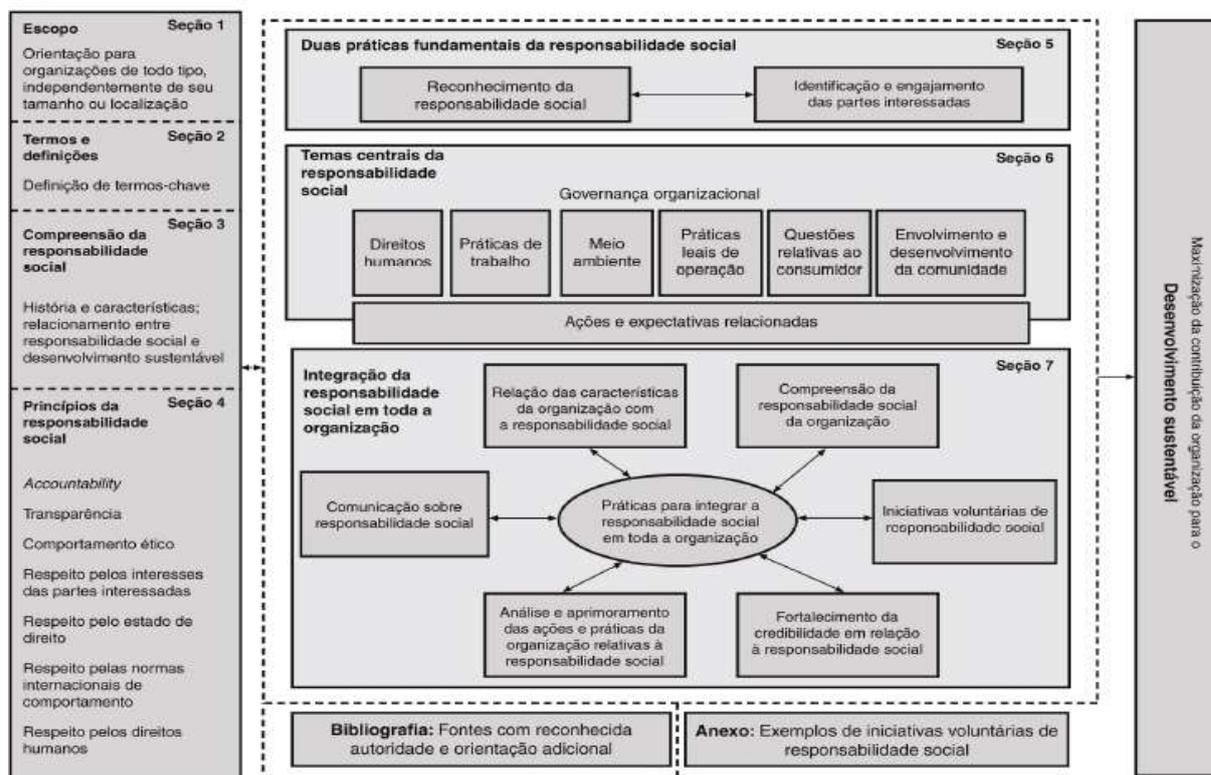
Para o Instituto Ethos (apud SUCUPIRA et al., 2010, p. 242-243), a NBR ISO 26000 aponta que a RS de uma organização leva em consideração:

Impactos de suas decisões e atividades sobre a sociedade e o meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que: contribua para o desenvolvimento sustentável, a saúde e o bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas dos *stakeholders*; esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com normal internacionais de comportamento e; seja integrado por toda organização e seus relacionamentos.

⁵ A Comissão Especial de Estudos de Responsabilidade Social da ABNT, baseada na diretriz internacional ISO 26000, revisou a NBR 16001 publicada em novembro 2004 e publicou a segunda versão em julho de 2012.

A NBR ISO 26000 visa a ser útil a todos os tipos de organizações, independentemente de seu tamanho, localização, natureza, bens e serviços prestados, sendo os temas centrais nela trabalhados relevantes a todas. A norma está estruturada da seguinte forma:

Figura 3 – Estrutura da ABNT NBR ISO 26000



Fonte: ABNT (2010).

A noção que baliza a RS, apoiada pela referida normatização, é que ela não deve ser praticada somente pelo mundo empresarial, e sim por todas aquelas organizações que se preocupam com o desenvolvimento sustentável, com visão holística para além da lucratividade, tendo como característica central e primordial a disponibilidade da organização, bem como das partes interessadas, de incorporar tal discurso, implicando ação ética e transparente.

O entendimento acerca da RS muda conforme as demandas e necessidades impostas na sociedade, que apresentam novos desafios. “Esta se aplica a organizações de pequeno, médio e grande porte, governos, organizações da sociedade civil, entre outras. Em vista disso utilizará como terminologia Responsabilidade Social e não Responsabilidade Social Empresarial” (SIQUEIRA et al., 2009, p. 46).

A NBR ISO 26000 demonstra o clamor social de se trabalhar temáticas que são urgentes na sociedade, desmistificando tabus e fazendo cair por terra antigos pré-conceitos advindos da história e da sociedade machista e classista vivenciada, como igualdade de gênero, discriminação, grupos vulneráveis, prevenção da poluição, dentre outros.

É importante trazer à tona, como presente na normatização, que o Estado não está desobrigado a cumprir suas funções básicas em nome do interesse público. A referida norma dá indicações e orientações, mas não tem força de lei, tendo em vista que esse papel cabe mais uma vez ao Estado, a partir de seus representantes.

Enquanto princípios da RS, é importante ressaltar que não há uma lista fechada de quais sejam, contudo, a NBR ISO 26000 elenca alguns: (a) *accountability*, que indica ser conveniente à organização prestar contas e responsabilizar-se diretamente pelos impactos por si gerados na sociedade, no meio ambiente e na economia; (b) transparência, que indica que é conveniente às organizações que tenham transparência em toda e qualquer decisão que venha a impactar a sociabilidade; (c) comportamento ético, indicando a conveniência de comportamento de acordo com princípios e valores éticos comumente aceitos na sociedade, por parte da organização; (d) respeito pelos interesses das partes interessadas, indicando que a organização deve preocupar-se com todos os envolvidos em seus serviços, deixando de observar somente interesses da gestão e preocupando-se com os demais partícipes, como trabalhadores, comunidade, acionistas, fornecedores, dentre outros; (e) respeito pelo estado de direito, indica o cumprimento de legislações como sendo ponto central do cumprimento das organizações; (f) respeito pelas normas internacionais de comportamento, que complementa o anterior, sendo válido respeito ao que é posto de normatização internacional; e (g) respeito aos direitos humanos (reconhecendo este como princípio universalizador e sua importância norteando toda a atuação organizacional).

Retomando-se a ideia acerca dos temas centrais trabalhados na NBR ISO 26000, é importante compreender que se deve observar todos eles a partir de visão holística, compreendendo-se a interdependência e direta relação entre eles.

Figura 4 – Temas centrais da NBR ISO 26000



Fonte: ABNT (2010).

Sobre a governança organizacional, compreende-se como sendo “o sistema pelo qual uma organização toma e implementa decisões na busca de seus objetivos” (ABNT, 2010, p. 22), que varia a partir do porte da organização, dando conta dos mecanismos formais e informais de governança, sendo vital a qualquer organização.

Acerca dos direitos humanos, citam-se aqueles mais básicos e vitais ao ser humano, descritos em inúmeras leis, como justiça e equidade social dentro de um estado de direito. Essas discussões trazem em si uma série de temáticas que devem ser desveladas e trabalhadas dia a dia e cada vez mais na sociedade e no interior das organizações.

Ao se pensar nas práticas de trabalho, fala-se em toda e qualquer política e prática de trabalho adotada dentro da organização, até mesmo aqueles serviços que são terceirizados. Nessa temática, considera-se o emprego e todas as relações de trabalho, passando pelas condições ofertadas para seu desenvolvimento, proteção social, saúde e segurança do trabalhador.

Observando-se acerca do meio ambiente, compreende-se os impactos gerados pelas organizações ao meio ambiente das mais diversas formas. Conforme a NBR ISO 26000: “Para reduzir seus impactos ambientais, convém que a organização adote uma abordagem integrada, que leve em consideração as implicações econômicas, sociais, na saúde e no meio ambiente, de suas decisões e atividades, direta e indiretamente” (ABNT, 2010, p. 43).

As práticas leais de operação consideram a conduta ética nos negócios da organização para com seus pares, no sentido de combater a corrupção, a partir de comportamento socialmente responsável.

No que diz respeito às questões relativas ao consumidor, compreende-se que, no momento em que a organização oferta bens e serviços, ela passa a ter responsabilidade direta, também, sobre o consumidor e seus clientes, devendo, assim, haver proteção à segurança e à saúde deles, bem como ao *marketing*.

Por fim, o envolvimento e desenvolvimento de comunidades trata da relação direta da organização com a comunidade onde está localizada e operando. “As organizações que se engajam de maneira respeitosa com a comunidade e suas instituições refletem e reforçam valores democráticos e cívicos” (ABNT, 2010, p. 62).

3.5 CRÍTICAS À TEMÁTICA

As ações sociais que partem da iniciativa privada estão relacionadas à manutenção do capital, no sentido de mediar interesses de classes antagônicas, que possuem interesses

divergentes. Essas práticas que atuam no sentido da RSE surgem com mais força a partir da globalização, de trocas constantes de informações e, especialmente, da reestruturação produtiva, que traz à tona novos perfis exigidos dos trabalhadores, novas formas de atuação para se conseguir cada vez mais a ampliação dos faturamentos e o aumento no domínio do mercado interno e externo.

Diante da diminuição de distâncias e da relação institucional, cresce a consciência dos gestores das empresas no seu papel não somente de manutenção do sistema capitalista, mas, também, diante do seu poder transformador na sociedade com ações que lhes sejam positivas ou negativas.

Montaño (2007) tece uma crítica no sentido de que a realização das práticas de RS por parte da empresa é o principal sustentáculo do sistema capitalista e principal espaço de duelo das relações antagônicas entre patrão e empregados, expressando-se uma reatualização da velha filantropia burguesa. O autor reforça ideias anteriormente expostas de que essas práticas são a transferência de uma responsabilidade que é do Estado para a iniciativa privada, sendo, então, artimanha ideológica do pensamento neoliberal.

Reforçando essa ideia, Menezes (2010, p. 511) indica que o *marketing* em torno da RS também pode estimular uma solidariedade forçada pelo “medo de se tornar a próxima vítima” de um atingido pela “desigualdade social”.

Há, ainda, uma crítica pautada no pensamento de alguns autores, como Ashley (2000), de que as organizações buscam desenvolver práticas de RS (muito ligadas ao viés da filantropia) com o único interesse de melhorar sua imagem no mercado, com vistas a adquirir vantagens competitivas. Assim, uma organização, mesmo que engajada com programas sociais, não é considerada socialmente responsável se poluir rios, os trabalhadores desenvolverem suas atividades laborais sem a devida segurança no trabalho, usar-se de mão de obra infantil, entre outros tantos exemplos.

De acordo com Aragão e Karkotli (2004), muitos gestores compreendem de forma errônea a RS, primeiramente, por alguns compreenderem que o simples fato de doar recursos e incentivar o voluntariado já denota a RS; em segundo lugar, por utilizarem-se disso enquanto *marketing* de seus negócios. Dessa forma, tais práticas se confundem (mesmo sem ser) com a RS para a comunidade em geral, quando, de fato, tratam-se de práticas assistencialistas com fundo caritativo.

Em meio a todo esse contexto, a RSE emerge e ganha projeção na mídia, as empresas promovem ações articuladas ao desenvolvimento sustentável do país no combate das desigualdades sociais. Hoje, as políticas sociais desenvolvidas no âmbito empresarial

comungam nesse sentido e demonstram mudanças na cena contemporânea, decorrentes do novo contexto neoliberal e a partir das mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva como forma de as empresas manterem-se ativas no mercado globalizado. Essa é uma das novas tendências do mundo moderno e conectado entre todos os povos e nações, como, também, o voluntariado e o compromisso com os mais necessitados.

É nítido perceber que, na sociedade capitalista, emergem desafios iminentes, e que, em geral, comungam para a redução de direitos da classe trabalhadora. O primeiro que se pode citar com o contexto neoliberal é a retração do Estado em relação à redução das garantias sociais, redistribuindo-as para a sociedade civil. No âmbito interno das empresas, o aumento do trabalho morto sobre o trabalho vivo (conduzido pelo desenvolvimento dos computadores, o que causa o desemprego estrutural) acaba diminuindo os postos de trabalho, ocasionando, com isso, o aumento do desemprego e a fragmentação da classe trabalhadora, já que torna-se “aceitável” a redução de direitos devido ao grande exército industrial de reserva (MOTA, 2006). Ainda com todo esse contexto de minimização de direitos dos trabalhadores, é nítido perceber a desmobilização e desarticulação enquanto classe dos trabalhadores, causando, assim, o enfraquecimento das suas lutas e reivindicações. É importante salientar que a tecnologia não deve ser compreendida enquanto elemento nocivo aos trabalhadores, e sim a sua apropriação pelo capital, corroborando para a desigual distribuição social da produtividade tecnológica.

Ocorre um reordenamento nas localizações das fábricas, a fim de baratear custos, seja com matéria-prima seja com mão de obra, e, ainda, de reduzir o tempo de produção, facilitando o consumo final do produto. Nessa dinâmica, é perceptível que só os que têm vez são os grandes detentores do capital, capazes de competir igualmente com as grandes potências mundiais. Mota (2006) traz que hoje a economia mundial pauta-se na concorrência interempresarial. Dessa forma, para manterem-se vivas na ampla concorrência, as empresas devem buscar alternativas que fujam da produção e consumo de bens, devendo, assim, investir em áreas de desenvolvimento sustentável, responsabilidade com o meio ambiente (outra “frente” trabalhado pelas organizações dentro de suas práticas de RS) e com os membros da sociedade.

Essa é uma nova necessidade que se apresenta para se gerir uma empresa. Esse novo padrão, que surge a partir da reestruturação produtiva e de todo o contexto que vem consigo, é baseado em ideias norte-americanas, pelas quais, de acordo com Amaral e Cesar (2009), as empresas conquistam grandes benefícios, sendo um deles o maior acesso ao capital de risco.

Dessa forma começou assim uma lenta, mas importante mudança na filosofia das empresas: de “o público que se dane” para “o público seja informado”. [...] Presume-se também que, sendo a aprovação do público crucial, é obrigação delas mantê-los informados (DAINEZE, 2004, p. 86).

É preciso atentar-se às opiniões extremadas que observem somente um ponto de vista acerca da RS. Corroborando o pensamento de Oliveira, C. M. (2013), esses pontos de vista compreendem a RS somente enquanto “componente do discurso empresarial”, percebendo os atores envolvidos como seres estáticos e acrílicos, diante de uma classe burguesa.

“Conclui-se disso que para uma organização ser socialmente responsável faz-se necessário que ela tenha como horizonte ético o bem-estar social, o respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais da pessoa” (PASSOS; LEAL; CARVALHO, 2009, p. 123). As ações de RS devem ultrapassar práticas simplistas de caridade, visando a torna-las compromisso político das organizações, extrapolando interesses econômicos ou obrigações legais.

A RSE adotou discursos de defesa da cidadania, da democracia, da participação social, da solidariedade e da parceria para o enfrentamento da “questão social”, como uma estratégia ideológica, visando a facilitar a ampliação de seus níveis de acumulação (MENEZES, 2010, p. 512). Finda-se essa ideia compreendendo-se que o capital mudou sua face aparente com a finalidade de manter-se no controle, enfatizando discursos que aproximem o principal sustentáculo desse modo de produção que é a empresa, a comunidade em geral.

4 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

4.1 CONTEXTUALIZANDO A PROFISSÃO

Conforme Estevão (1999), o Serviço Social no Brasil surgiu a partir do sentimento de necessidade não dos trabalhadores, mas sim dos burgueses, em contrapartida da consolidação e dos avanços da Revolução Industrial, momento em que as relações patrão x empregado tornaram-se mais acirradas, com destituição de direitos, exploração da mão de obra, por vezes, com longas jornadas de trabalho, em ambiente de trabalho insalubre, salários irrisórios, sem direito a férias, descanso ou auxílio-doença.

De acordo com Estevão (1999), a profissão de serviço social possui “pai” e “mãe”, sendo, respectivamente, a cidade e a indústria. Vivia-se um período de êxodo rural, inchaço nas grandes cidades e surgimento das indústrias. Assim, a profissão surgiu a partir da sociabilidade capitalista, sendo criada como artífice da classe burguesa para manter os da classe dos despossuídos quietos. Mota (2006) afirma que as profissões se criam a partir de suas necessidades sociais e se desenvolvem a partir de sua utilidade social, a partir da institucionalização de práticas profissionais.

No Brasil, o Serviço Social teve sua gênese em 1932, quando da fundação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e, posteriormente, em 1936, com a fundação da primeira Escola de Serviço Social. No início, encontrava-se atrelado à Igreja Católica (que enfrentava um período de visível perda de fiéis e de poder) em São Paulo, expandindo suas atividades nesse mesmo ano para o estado do Rio de Janeiro, tendo como referencial o Serviço Social Europeu. Nesse período, a atividade não estava regulamentada enquanto profissão.

Como cita Iamamoto e Carvalho (2006), quando a profissão deixou de ser entendida como mero assistencialismo, dotada de práticas caritativas, rompendo com o tradicionalismo teórico-metodológico, passou a criar e executar políticas sociais, trabalhando no enfrentamento da questão social e suas múltiplas refrações e no intuito de combater os “desajustes sociais”.

Isso ocorre juntamente com o processo em expansão da urbanização e industrialização do país, tendo-se, então, a necessidade de um profissional para atuar nas expressões da questão social advindas do modo de produção capitalista. Fazendo um adendo a tal discussão, Iamamoto (2007, p. 54) aponta que o Serviço Social “inscreve-se em um campo minado por interesses de classes distintos e em luta na sociedade”.

Em 1942, surgiu a primeira instituição pública de nível nacional e de grande relevância na área da assistência social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tinha como principal objetivo ajudar no progresso da profissão (dando maior visibilidade e ampliando postos de atuação) (ESTEVÃO, 1999). A LBA dava, ainda, um apoio fundamental às Escolas de Serviço Social, possibilitando que a profissão se organizasse e, a partir de então, conseguisse se expandir nacionalmente.

“O processo de profissionalização e legitimação do Serviço Social encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que surgem especialmente na década de 1940” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 22), ou seja, o Serviço Social encontrou, nesse processo de expansão industrial, um espaço para a sua consolidação enquanto profissão necessária à conjuntura vigente e, conseqüentemente, para o início de sua prática nas empresas.

Até 1950, a formação em Serviço Social estava pautada nas orientações da Doutrina Social da Igreja Católica. “O humanismo fazia-se presente nos currículos, por meio da Sociologia e da Filosofia, cujo fundamento aristotélico-tomista respaldava os valores positivista-funcionalistas” (RHEINHEIMER, 2005, p. 41).

As Escolas de Serviço Social iniciaram-se sob forte influência europeia e, posteriormente, por volta da década de 1950, com influência norte-americana, sempre pautadas na doutrina social católica, com o trato dos problemas sociais de forma individualizada, psicologizante e culpabilizando o indivíduo, sempre com uma atuação no sentido de adequar os indivíduos aos marcos da ordem social. Assim, fica claro que, nas protoformas, “a profissão era assumida como vocação” (MARIANO, 2010, p. 26). Aguiar (1995, p. 35) reafirma tal pensamento, citando que:

Para que haja essa formação adequada e que se assuma como vocação, é necessário que o ambiente da escola seja um ambiente adequado, quer materialmente, quer psicologicamente. É preciso professores que sejam exemplos a serem seguidos; a escolha dos professores está ligada com sua orientação doutrinária; que sejam competentes em suas áreas e possibilitem a inter-relação entre as disciplinas.

Nessa mesma direção, o discente necessitava ser selecionado:

Os candidatos precisam ter o “mínimo de devotamento, de critério e de senso prático. E não serem nervosos em excesso”. Para que os alunos pudessem ser selecionados, as escolas tinham – no início – no programa, um “período de provação” que antecipava o exame de admissão. Esse período de provação era feito em forma de curso. (AGUIAR, 1995, p. 35).

Iamamoto e Carvalho (2006, p. 331) afirmam que, desde o seu surgimento, o Serviço Social tem a necessidade de autojustificar suas atividades e estratégias de atuação e de reconhecimento. No governo de Juscelino Kubistchek, o Serviço Social se apropriou do desenvolvimento de comunidade como principal metodologia em face dos ideais desenvolvimentistas presentes no cenário político do Brasil.

Na década de 1960, o que se viu foi uma busca pelo desenvolvimento também dos países chamados de terceiro mundo, que busca “enquadrá-los” em uma nova fase da sociedade capitalista moderna. Surgiu a necessidade de absorver e controlar novos setores que crescem aceleradamente com os sucessivos avanços da consolidação de polos industriais baseado na aceleração do capital.

Todo esse avanço econômico que a sociedade enfrentava, rebateu diretamente na atuação dos profissionais de Serviço Social. Assim, nessa década, identificou-se o início de muitas transformações no país, em que se tem uma política de pleno desenvolvimentismo, a Ditadura Militar, com regressões de direitos, e refletindo diretamente no interior da profissão⁶, que, a partir de então, passa por um processo de grandes transformações.

Para atender às demandas postas à profissão, é necessário a constante reatualização e redimensionamento de suas práticas, variando de acordo com a conjuntura em que está inserida. Por esse motivo, o Serviço Social passou por momentos de transição, dentre os quais o Movimento de Reconceituação, sendo este o mais importante, tentando um rompimento com a metodologia tradicional e uma aproximação do referencial teórico marxista para embasar, criticamente, a ação profissional.

A Reconceituação ocorreu por volta das décadas de 1965 e 1975 – estruturou-se dentro de um contexto de crise dos padrões sociopolíticos vigentes na época. Assim, esse processo se apresentou com algumas particularidades, no que concerne à forma de pensar a atuação profissional. Apontou para uma perspectiva de romper com as bases tradicionalistas da profissão, em que o Serviço Social é tido como um instrumento de manipulação da burguesia, concorrendo para o “rompimento das amarras imperialistas de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (FALEIROS, 1987 apud PAULO NETTO, 1996, p. 146). Nesse contexto, coube aos assistentes sociais romper com outras práticas, visto que:

Todos os conceitos, crenças, bases teóricas, já não mais valiam, era necessário procurar outros. Era necessário criar também outros espaços profissionais. Tudo o

⁶ Mais à frente, abordar-se-á o Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

que os assistentes sociais faziam até este momento estava maculado pelos interesses burgueses. Trabalhar em instituições públicas significava fazer o jogo do sistema, trabalhar em indústria era defender os interesses do patrão perante os operários, distribuir ajuda material era ser paternalista e assistencialista. Fazer Serviço Social era reproduzir a ideologia burguesa, capitalista e exploradora (ESTEVAO, 1999, p. 38).

É seguindo essa lógica que os profissionais passaram a repensar a sua prática profissional, questionando-se acerca de suas ações, do atendimento às demandas emergentes e do enfrentamento da problemática decorrente da questão social. Assim, ao buscarem respostas para suas indagações, os profissionais desencadearam o processo erosivo do Serviço Social tradicional e, concomitantemente, contribuíram para o processo de renovação.

Foi o momento em que grande parte do que se acreditava e estudava enquanto profissão ruiu, trazendo o novo, o moderno, técnicas e métodos mais condizentes com a realidade brasileira.

Enquanto fenômeno profissional, ele instaurou-se como uma resposta possível elaborada por setores da comunidade profissional como alternativa à evidente falência do Serviço Social institucional que, no continente sempre foi um Serviço Social, a que cabe a caracterização de tradicional (PAULO NETTO, 1981, p. 59).

Esse não foi um movimento homogêneo, havia profissionais que defendiam o rompimento com o tradicionalismo da profissão, enquanto outros pretendiam apenas “repaginar” o antigo modelo de atuação profissional. Porém, de acordo com Nogueira (2007, p. 43) “não podemos negar a importante contribuição desse processo para a profissão, se constituindo num momento impar de aproximação do Serviço Social com a perspectiva histórico-dialética de compreender a sociedade”.

A partir desse movimento no âmbito interno da profissão, geraram-se inúmeras mudanças na atuação dos assistentes sociais, que se livraram das amarras de meros executores das políticas sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006), passando agora a ter ações voltadas ao planejamento, execução, avaliação, pesquisa e formação e qualificação profissional.

O Movimento de Reconceituação não foi exclusivo do Brasil, como aponta Iamamoto e Carvalho (2006), inúmeros outros países da América Latina passaram pelo mesmo processo, buscando romper com o tradicionalismo presente na profissão, que se mantém em um processo contínuo de renovação profissional.

Nesse sentido, busca-se diariamente adequar a profissão às demandas postas pela sociedade capitalista, respondendo, assim, às novas demandas que até algumas décadas atrás não se tinham. São inúmeras as mudanças que ocorrem nos espaços socioocupacionais em

que os assistentes sociais passam a ser chamados a dar respostas. São campos de atuação com refrações da questão social já bem conhecidas, como área da criança e do adolescente, idosos e mulheres com direitos violados, no entanto, existem novas áreas que diariamente surgem para os(as) assistentes sociais, como assessoria e consultoria, terceiro setor, justiça, práticas jurídicas, educação etc.

Assim sendo, percebe-se que o Movimento de Reconceituação marcou firmemente a atuação dos profissionais do Serviço Social, porém, o que se deve ter em mente é que o mais importante resultado que esse movimento deixou foi a necessidade de estar-se diariamente se atualizando, reformulando atitudes e pensamento, a fim de se garantir a manutenção dos direitos que são negados à classe trabalhadora. Deve-se sempre entender isso enquanto algo contínuo, perpassando-se à atuação do assistente social.

Como resultado desse processo, observou-se a ampliação do nível de criticidade dos profissionais acerca da realidade, servindo para readequar a profissão aos novos tempos de desenvolvimentismo em que o país atravessava e que a sociedade brasileira se modernizava. Esse foi um momento de reafirmação dos interesses da classe dos assistentes sociais.

Concomitantemente à última fase do Movimento de Reconceituação, ocorreu, no Brasil, durante a década de 1980, o início da abertura política com o fim da Ditadura Militar (1964 a 1985). O país começou a ser redemocratizado, com os militares deixando o poder e os movimentos sociais começando a emergir, iniciando-se o processo da Assembleia Constituinte, de onde emergiu a Constituição Federal (CF) de 1988, que teve a participação da sociedade civil em sua criação, viabilizando-se, assim, a efetivação de políticas públicas que pudessem contribuir para a redução das mazelas sociais, mesmo que não conseguissem, *a priori*, extirpá-las. De acordo com Bering e Boschetti (2006), o Estado deve contribuir para a formação de uma sociedade justa, em que todos possam viver dignamente, apesar de suas diferenças sociais.

Com a CF/1988, emergiu uma nova ótica de percepção das políticas sociais e a seguridade social, que tem por objetivos o bem-estar e a justiça social. A CF/1988 prevê o tripé da seguridade social, concebendo-a, no artigo 194, como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à **saúde**, à **previdência** e à **assistência social**” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Após esse avanço e com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Iamamoto (2007) aponta que é necessário, ao profissional, conhecimento e domínio nas particularidades da questão social apresentadas em nível regional e municipal, tendo em vista que essas políticas se tornaram descentralizadas, municipalizadas e participativas.

Regressando-se ao interior da profissão, é mister salientar que, após todo esse processo de avanços, a década de 1990 trouxe consigo grandes conquistas, especialmente no que diz respeito às normatizações e diretrizes éticas. Instituiu-se, no ano de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), estabelecendo as competências⁷ e atribuições específicas⁸ do assistente social. Aprovou-se, ainda, o Código de Ética do Assistente Social, que está em vigor até os dias atuais, por meio da Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 273/1993, que identifica como princípios fundamentais da profissão:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

⁷ Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993).

⁸ Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 1993).

- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

Os princípios acima citados dão o direcionamento do fazer profissional do assistente social. O Código de Ética ainda trata dos direitos e responsabilidades dos profissionais, das suas relações com usuários, outros profissionais e instituições empregadoras, bem como do sigilo profissional e penalidades pelo seu descumprimento.

Somados à Lei de Regulamentação da Profissão (1993), o Código de Ética (1993) e as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social⁹ norteiam o projeto ético-político profissional, que deve balizar a atuação profissional, com um olhar para além dos muros profissionais, ampliando para uma compreensão e intervenção na sociedade.

Assim, compreende-se que o Serviço Social não se encontra à parte da atual conjuntura política e econômica, em que não só o Brasil, mas todo e qualquer país inserido vem sofrendo os rebatimentos e mudanças que partem da sociabilidade que é imposta. Vive-se em um processo de conquistas e perdas de direitos e intensificação das necessidades sociais, devido ao atual modelo econômico do país. A contemporaneidade das sociedades produz profundas mudanças nas relações sociais, políticas, profissionais etc. Essas mudanças na sociedade promovem mudanças, também, nas profissões, no que é requisitado desses profissionais, nas suas demandas e nas expressões da questão social, que se apresentam novas e diferentes.

De acordo com Montaña (2007), só se mantém “viva” a profissão que é capaz de captar demandas emergentes e, em troca, dar respostas, soluções. Assim, a pesquisa social é sempre útil e válida, para que se apreenda a realidade que se vivencia e, a partir de então, elaborar bons planejamentos, a fim de proporcionar respostas às novas questões de forma interventiva.

⁹ As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social tiveram sua proposta aprovada em 8 de novembro de 1996, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Elas foram elaboradas em 26 de fevereiro de 1999, pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social do MEC. Por fim, elas foram aprovadas pela Resolução nº 15, de 13 de março de 2002, da Câmara de Educação Superior do MEC. As Diretrizes e o Código de Ética serão amplamente discutidos no próximo tópico.

Desse modo, é interessante entender que as demandas e perspectivas referentes às profissões são dadas a partir do contexto social e histórico em que se encontram. É fato que os profissionais de Serviço Social têm sua formação e mesmo atuação mais voltada para o âmbito público, porém, nos dias atuais, esse fator tem sido sensivelmente alterado, em consonância com o movimento macrossocietário. As demandas que chegam à profissão são decorrência exatamente do âmbito total de sua inserção, e isso representa a não estaticidade, já que decorrem do modo de produção capitalista, com retirada de direitos, concorrência cada vez mais acirrada e diferenças culturais, sociais e econômicas acirradas. Deve-se lembrar o fato de que os profissionais de Serviço Social também são profissionais liberais, porém assalariados, com sua autonomia reduzida, que necessitam de contratação, seja no espaço público ou privado, para que tenham o devido respaldo para começarem a intervir e dar as suas respostas.

Montaño (2007) tece críticas no sentido de que a profissão deve, de fato, desamarrar-se de velhas ideologias e atentar a buscar as novas demandas postas por meio do movimento contínuo da sociedade. Nessa ótica, refuta que “as funções tradicionais do assistente social são congeladas e reproduzidas quase que ritualmente” (MONTAÑO, 2007, p. 195). O Serviço Social deve, ainda, dar respostas às “antigas refrações da questão social”, já que elas não foram superadas, porém, deve abrir seu campo de visão e de atuação para áreas ainda pouco exploradas (MONTAÑO, 2007), como é o caso da temática meio ambiente e sustentabilidade, terceirização e políticas sociais de caráter privado. São novas demandas postas aos profissionais de Serviço Social, bem como outras que o meio acadêmico não proporciona embasamento teórico e crítico aos futuros profissionais, que se tornam, assim, qualificados e com tendência praticamente exclusiva a ocuparem postos no meio público. Portanto:

As áreas tradicionais de intervenção são “naturalizadas” e permanecem, ao longo da história do Serviço Social, quase que invariáveis: nem se modificam estes “campos tradicionais”, nem se incorporam novas demandas sociais, novos objetos de intervenção profissional (MONTAÑO, 2007, p. 195).

Corroborando o autor, acredita-se que a profissão deve estar mais aberta às novas demandas que chegaram a partir do contexto neoliberal vivenciado e com a reestruturação do capital frente à crise enfrentada.

Assim sendo, é válido retomar a discussão outrora realizada, que demonstra a necessidade do profissional de atualizar-se em relação às demandas que lhes são apresentadas, intensificando, assim, a correlação de forças presentes no interior das instituições (públicas

e/ou privadas), bem como os desafios diários impostos, reforçando a lacuna, por vezes, entre a formação profissional e demandas do labor diário, que revestem de várias facetas a questão social, sendo o principal elemento do trabalho do assistente social, que está assentado na desigualdade social, atingindo, de maneira universal e particular, o indivíduo.

Rosado (2007) afirma que, por vezes, há conflitos na inserção dos profissionais e atendimento às novas demandas, em virtude de inúmeros fatores, como: condições desfavoráveis causadas pela insegurança no trabalho, lacunas na formação profissional, baixa remuneração, concorrência profissional e visão conservadora que ainda paira sobre os profissionais e sua atuação. Yamamoto (2007) afirma que essas novas possibilidades e exigências não devem ser encaradas como desprofissionalização ou desvio de função, e sim como capacidades que devem ser potencializadas com a formação.

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social assim descrevem o perfil do bacharel em Serviço Social:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (BRASIL, 2002).

Então, o que há a se fazer, de início, para atuar com demandas antes inexistentes para a profissão, é, como cita Montañó (2007, p. 199), “se saturar de conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade esta que deve ser o verdadeiro motor e sentido da profissão [...] o diálogo com as teorias sociais deve ser fluido e constante”. Deve-se buscar o entendimento da realidade como um todo, uma teia de causas e efeitos entrelaçados que deve ser “enfrentada” por meio de uma interação entre profissionais das diversas áreas, sem campos de atuação individualizados ou específicos.

4.2 SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EMPRESARIAL

São inúmeras as mudanças que ocorrem nos espaços sócio-ocupacionais em que os assistentes sociais passam a ser chamados a dar respostas. São espaços com refrações da questão social já bem conhecidas, como área da criança e do adolescente, idosos e mulheres com direitos violados, no entanto, existem novas áreas que diariamente surgem para os(as) assistentes sociais.

O Serviço Social no âmbito empresarial não é uma demanda nova, porém, devido à reestruturação produtiva e ao advento do neoliberalismo, cada vez mais os profissionais passam a ser chamados a atuarem nesse espaço sócio-ocupacional. Nessa relação, destaca-se o terceiro setor enquanto espaço de atuação do assistente social (MOTA, 2006).

Com a reestruturação produtiva e as reformas o Estado que passa, os postos e condições de trabalho desse profissional também sofrem alterações, com minimização da atuação estatal (este que historicamente é o maior empregador do profissional), precarização nos vínculos trabalhistas, segmentando o atendimento às expressões da questão social. Assim sendo, tem-se, conforme afirma Rosado (2007), um processo dúbio, em que se amplia, mesmo que de forma discreta, a inserção da categoria nas instituições privadas e no terceiro setor, e a precarização dos trabalhos e dos serviços ofertados em virtude do pouco investimento nas políticas sociais e nos contratos incertos e temporários, por vezes desarticulando atendimentos que deveriam ser contínuos.

Para que se compreendam as formas e funções da assistência e benefícios para as empresas, é necessário compreender todo o processo de trabalho e as políticas sociais desenvolvidas no âmbito empresarial.

De acordo com Mota (2006), o taylorismo, difundido, também, no Brasil, buscou a máxima eficiência por meio do processo de racionalização e alguns aspectos que compõem a organização do trabalho, a fim de se evitar o desperdício, engajando os funcionários e obtendo lucros máximos. Dessa forma, foi necessária a criação de um corpo de profissionais comprometidos com seu trabalho, e é nesse contexto que se requisitaram profissionais de Serviço Social. Essa atuação nas empresas está diretamente vinculada à estratégia empresarial que se iniciou na década de 1930, que interferiu na vida dos demais trabalhadores, bem como na sua forma de produção e reprodução, buscando controle da vida destes também no âmbito externo as fábricas.

No âmbito empresarial, o Serviço Social emergiu pouco após o Estado Novo, com o crescimento da política desenvolvimentista e a ampliação do número de indústrias (MOTA, 2008). As primeiras atuações desses profissionais junto aos assalariados remontam à criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI) na década de 1940. Assim sendo, não é um campo novo de atuação, porém, o meio acadêmico resiste em reconhecê-lo. A burguesia industrial passou a requerer respostas de novos profissionais dentro da empresa, vivenciando uma conjuntura marcada pela liberalização do regime político e pelo crescimento do

movimento operário, apontando para um dos extremos que o compõe: seu funcionamento declarado e explícito como instrumento político-repressivo.

A atuação profissional deve ser entendida a partir do contexto social em que está inserida, sendo o assistente social sempre requisitado a mediar conflitos, gerar um bom clima organizacional e criar novas práticas frente às demandas que lhe são postas.

Ainda nesse sentido, Iamamoto (2003, p. 47) afirma que a profissão fora requerida pelas empresas “para eliminar focos de tensões sociais, criar um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho”. Nesse sentido, Cesar (1999, p. 170), afirma que as práticas profissionais deveriam ser no sentido de “conter os conflitos que surgiam nos processos de trabalho e que promovessem a integração dos trabalhadores mediante o que o processo produtivo determinava, garantindo assim a produtividade”.

Iamamoto (2007) afirma que, a partir de então, inserem-se nesse discurso as teorias da qualidade nos serviços e bens oferecidos, bem como a valorização da mão de obra das empresas. Assim, para que se obtenha essa real qualidade, é preciso que os trabalhadores estejam engajados nas metas institucionais e interessados em atingi-las.

Para Mota (2008), as empresas não são consideradas tradicionais empregadoras de assistentes sociais, elas passaram a requisitar esses profissionais somente a partir de 1960, por determinações específicas das relações de trabalho e dos trabalhadores. Porém, de acordo com a autora, é possível estabelecer um vínculo entre as instituições prestadoras de serviços assistenciais e a criação do setor nas empresas.

Para Freire (2010, p. 78), mesmo com o profissional sendo requisitado a partir da década de 1960, somente a partir da década de 1990 a atuação dos assistentes sociais nas empresas sofreu alterações, no sentido de que:

[...] o espaço que antes era meramente assistencial (dos benefícios) se aproximou de um caráter de remuneração, compensação, que tinha como forma a recompensa pelo desempenho, dentro das diretrizes da reestruturação produtiva. Podemos dizer que a assistência social estaria se tornando uma política distributiva com o critério meritocrático, em função da produtividade do trabalhador e sua colaboração com a empresa (FREIRE, 2010, p. 78).

Corroborando com tal pensamento, é possível compreender que:

O serviço social é uma profissão intrinsecamente determinada pelas condições sociais em que se realiza, atendendo contraditoriamente as demandas da empresa e do trabalho; sua particularidade, nos setores geridos pelo capital, sempre constituiu na busca de respostas mediadoras para a situação de conflito. É o exercício

profissional do Assistente Social é atuar nesta contradição capital /trabalho no modo de produção capitalista. É um movimento contraditório, pois, ao mesmo tempo que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classe, cria as possibilidades de transformação. (SEIXAS, 2007, p. 56)

O autor ainda afirma que, com a intenção de manter o trabalhador gerando mais-valia no seu labor, o assistente social, também, atua no sentido de intervir e responder aos problemas que interferem no processo de produção, tais como: acidentes, alcoolismo, absenteísmo, insubordinação, problemas relacionados à vida privada do trabalhador e que afetam o seu desempenho no trabalho, conflitos familiares, doenças, dificuldade financeira etc. (SEIXAS, 2007).

Mota (2008) aponta, ainda, que os assistentes sociais não são requisitados diretamente pelos trabalhadores, e sim pela empresa, já que seus gestores começam a ver a necessidade de tais profissionais compondo, também, seu quadro de funcionários, a fim de suprir as necessidades da empresa fazendo a mediação, de forma que possam melhorar a qualidade de vida e a atuação no trabalho e, em retorno, terá seu lucro ampliado. Por ser o profissional que está inserido na divisão social e técnica do trabalho coletivo, ele vive o dilema entre a condição de trabalhador assalariado e a mediação dos interesses empresariais junto aos demais trabalhadores. Nesse respeito, Mota (2008, p. 30) assim se posiciona:

Entendemos que a presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa enquanto representação institucional do capital passa a requisitar o assistente social.

A atuação dos assistentes sociais nas empresas encontra respaldo em uma relação de poder, em que, por um lado, esses profissionais têm por dever atender às necessidades do capital e, por outro, oferecer os mínimos sociais à classe trabalhadora, bem como à sua família.

Nesse contexto, as políticas de recursos humanos emergem como espaço de atuação para o assistente social. Cabe a esse profissional organizar treinamentos, recrutamentos, seleções, além de desenvolver projetos no sentido de colaborar na prevenção e atenção à saúde do trabalhador. Esse profissional, em geral, atua no setor de recursos humanos, já que são raras as empresas que contam com um setor de serviço social. Eles estão, ainda, capacitados a desenvolver atividades de coordenação (extrapolando para demais locais, como coordenação de hospitais, entre outros).

De acordo com Abreo e Fávoro (2001), a reestruturação produtiva está presente nas empresas tanto de caráter público quanto privado, impondo mudanças à classe trabalhadora,

como: precarização nas relações de trabalho, exigência de polivalência, desenvolvimento constante de novas habilidades, além da ameaça constante de desemprego. Ainda cabe ao assistente social fazer mediações das necessidades dos trabalhadores, buscando soluções e fazendo encaminhamentos na busca de direitos ou benefícios mediante as políticas públicas.

A política de recursos humanos está em busca de constante avanço, com foco no trabalhador e na ampliação de programas de capacitação e benefícios, frente aos objetivos da lucratividade e competitividade. Nesse cenário, os assistentes sociais mediam conflitos entre os interesses da classe trabalhadora, adotando discursos de valorização deles, mostrando “valor da parceria e cooperação”, construindo uma nova cultura organizacional, em que os trabalhadores são responsabilizados pelo sucesso da empresa, no sentido de se identificarem com a empresa, visando sempre a atingir as metas, ou seja, “vestir a camisa da empresa”.

A partir de tal ideia, Mota (2008) aponta que a atuação desse profissional no âmbito empresarial se dá no trato dos problemas das classes subalternas, ajudando os indivíduos a conviverem com a miséria. A autora cita, ainda, que essa não é uma atividade exclusiva da categoria, já que é permeada por interesses antagônicos, necessitando de boas estratégias, para se aumentar cada vez mais a apropriação e a exploração do capital, fortalecendo a desigualdade. Nesse sentido, faz-se necessário avaliar o outro lado dos modelos de controle de qualidade criados e mantidos nas empresas, com a utilização de novas nomenclaturas, já que todos comungam para um fim comum: manutenção da desigualdade social, exploração da classe trabalhadora e enriquecimento de poucos.

Outro espaço que se abre no interior da organização para esse profissional é o da qualidade total, que pressupõe a busca pela satisfação das necessidades dos trabalhadores e, também, dos clientes externos da empresa, buscando-se, assim, elevar o grau de confiabilidade da empresa no mercado. Nesse sentido, o assistente social passa a assumir um papel de incentivador da busca por esses novos ideais. A partir de práticas que promovem o envolvimento e comprometimento da classe trabalhadora para com a missão da instituição, por isso, há a tendência de adoção do *slogan* da valorização do “colaborador”. De acordo com Amaral e Cesar (2009, p. 12): “A inserção do assistente social ocorre pelo reconhecimento, por parte da gerência, da sua facilidade de persuasão e inserção no cotidiano dos trabalhadores, o que reitera o caráter pedagógico de sua ação”.

Portanto, para atingir altos índices de qualidade no trabalho, faz-se necessário desenvolver todo um trabalho junto aos funcionários, motivando-os, capacitando-os, por meio de políticas de valorização da classe trabalhadora e não apenas do cliente.

Esses programas do modelo de gestão são uma forma de “repensar o sistema de incentivos significa estar criando novas práticas de gerenciamento que possibilitem ampliar as margens de controle sobre o real cumprimento das metas e demandas do processo de trabalho” (SPOZATI, 1998, p. 97).

Alguns elementos surgiram a partir desse novo estilo de se gerenciar pessoas no modelo econômico vigente, sendo eles a fragmentação da classe trabalhadora, por médio das políticas de “valorização”.

É, sem dúvida, uma ação imbuída de teor ideológico, alienante e que, mediante o processo de reestruturação produtiva, tem causado grandes impactos na vida das empresas e, conseqüentemente, na dos trabalhadores e de suas famílias.

Observa-se que as atuações do assistente social vêm sofrendo alterações no âmbito das empresas, ao inserir-se em programas de qualidade de vida do trabalhador, saúde do trabalhador, prevenção de acidentes no trabalho, círculos de qualidade, entre outros.

As exigências a esse profissional implicam conhecimentos que extrapolam a formação acadêmica, necessitando da aproximação a outras áreas de conhecimento, como a gestão de pessoas. A gestão de pessoas agrega um novo olhar para a atuação profissional, visando a buscar o fortalecimento de laços, confiança, liderança, enaltecendo a autoestima e o sentimento de pertencimento do trabalhador. Entretanto, há a necessidade de se ampliar a abordagem, pois se percebe, até então, a concordância do profissional a essa nova lógica de intervenção no âmbito empresarial.

Em meio a esse processo, há a coexistência de novas e antigas demandas referentes à assistência ou educação do trabalhador, por isso, o assistente social fica responsável pela execução de benefícios sociais, controlando e monitorando, também, a vida dos trabalhadores.

Já que é uma demanda em que, posteriormente, a partir da pesquisa social (atribuição específica do profissional) e demonstração dos resultados, será nítido o cunho educativo das ações, é válido ressaltar que sempre foi e permanece até os dias atuais marcada pela requisição das empresas ao Serviço Social para intervir na vida da classe trabalhadora, prestando serviços sociais e orientações. Toda essa atuação profissional, mesmo que antiga, se mantém até os dias atuais, muito embora com nova roupagem.

4.3 SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Kruel e Wiedmar (2013) afirmam a importância do envolvimento do profissional do Serviço Social no desenvolvimento da RSE calcada em seus verdadeiros valores e objetivos,

exercida de forma ética, efetiva e compensatória para todos os *stakeholders*. O Serviço Social traz, para si, a responsabilidade da integração de todos os atores dos processos que interagem, primando sempre pela busca de melhorias, trabalho em equipe (lembrando sempre que essa atuação se faz de modo interdisciplinar) e respeito a todas as individualidades para construir, aprimorar e estabelecer, efetivamente, o seu espaço. Sobre esse ponto, Sá (2002) afirma que “a concepção de interdisciplinaridade vem perpassando o tema no sentido de entendê-la como momento de recuperação histórica do discurso humano, de toda expressividade advinda das diferentes camadas sociais e a condenação da fragmentação dos especialismos”. Esses “especialismos” proporcionaram ampliação de conhecimentos e desenvolvimento de técnicas e tecnologias, ao mesmo passo em que fundaram um profundo abismo entre as áreas do saber, buscando-se o rompimento desse abismo.

O assistente social precisa se envolver com as demandas que se apresentam, intervir com vistas a adotar estratégias pautadas na dimensão ético-política e teórico-metodológica do fazer profissional. Trata-se, portanto, de um espaço de trabalho do assistente social, que caminha além das meras atividades na esfera de execução, formulação e gestão das políticas sociais. Precisa estar atendo às novas demandas que emanam da classe trabalhadora, com vistas a contribuir com o desenvolvimento social, econômico e ambiental das ações propostas.

Corroborando, ainda, o pensamento dos autores acima citados, o profissional deverá coordenar e motivar os envolvidos no processo com os quais terá atuação direta, tornando-os capazes de entender a realidade da RSE, identificar espaços de atuação e demandas pertinentes à realidade institucional, construir projetos capazes de modificar determinadas realidades e, ainda, analisar indicadores e resultados desse esforço desempenhado.

No âmbito empresarial apresenta-se em constante movimento organizacional e social, o que requer profissionais com posição ético-político, e com embasamento teórico-prático. Este profissional deverá criar, aplicar, contribuir, propor, discutir e direcionar seus trabalhos de acordo com as demandas. O Assistente Social alicerçado no projeto ético-político da profissão que define como valores centrais, o projeto societário emergente do respeito aos valores humanos universais, e assume um código de ética universalizante que prega o respeito e a dignidade dos seres humanos dentro de uma sociedade justa e igualitária reafirmando sempre seu compromisso com o coletivo. É com esta visão que os profissionais do Serviço Social terão que formular suas propostas interventivas e seu agir profissional de forma coerente e correta mesmo estando em contato com as demandas oriundas da relação capital vs. trabalho, e no caso de estar inserido no meio empresarial em contato direto com as relações de poder, sua atuação deverá prescrever sempre as normas de comportamento calcadas em seu Código de Ética (KRUEL; WIEDMAR, 2013).

O papel dos assistentes sociais que atuam junto às organizações empresariais pode ser um diferencial positivo, pois seus conhecimentos, habilidades e atitudes poderão auxiliar tanto

na gestão cotidiana da RS quanto na assessoria às empresas, como profissionais liberais que são. Para tanto, é preciso que reconheça, em face do crescente envolvimento das empresas com a RS, que essa é uma demanda que, de fato, se entende como uma das competências e possibilidades de inserção da profissão. Percebe-se, assim, o profissional de Serviço Social atento e dando respostas à dimensão tecnológica da empresa, a partir de seu fazer profissional.

[...] do ponto de vista acadêmico, faz-se necessário que possamos nos debruçar em estudos que nos auxiliem a compreender como essa demanda se configura e com quais fundamentos políticos, teóricos e práticos vem sendo operada, com o intuito de nela incidir com a competência que a contemporaneidade e o nosso projeto ético-político nos delineiam para o exercício profissional. Pensar, portanto, no processo de trabalho que emerge do trabalho com essa demanda, torna-se premente (MACIEL, 2015, p. 7).

A autora ainda contribui sobre a formação profissional e a RS, afirmando que:

[...] fica evidente a necessidade de conhecimento específico (saberes acerca da gestão social contemporânea, das políticas sociais públicas, da legislação nos três setores, das metodologias de intervenção junto à responsabilidade social, do planejamento social, dos fundamentos da questão social e do trabalho profissional, entre outros) que articulado à habilidade de planejamento, negociação, capacidade de leitura e diagnóstico e intervenção na realidade social dão ao assistente social uma vantagem significativa para ser um dos técnicos-chave para qualquer organização que deseje desenvolver práticas dessa natureza (MACIEL, 2015, p. 12).

Encerrando essa ideia, corrobora-se o pensamento de Menezes (2010), para a qual “essa demanda pode ser considerada nova (ou renovada), pois se diferenciadas tradicionais demandas para a profissão no âmbito da empresa – antes, basicamente voltadas para o público interno –, funcionários e suas famílias”. A autora traz, ainda, que é preciso reforçar os estudos sobre a RS ainda em âmbito acadêmico, já que, ao fazer um resgate das publicações na área, demonstra os poucos estudos e contribuições na área, bem como a maioria dos profissionais que trabalham com a temática com visão e práticas tradicionalistas.

Porém, mesmo diante de todo o quadro apresentado, é válido reforçar que essa é uma área ainda com poucas produções científicas, apresentando, de acordo com Nunes (2013), apenas entre 2001 e 2006 a maioria das pesquisas. Também é importante ressaltar a resistência e o não trabalhar a temática nos cursos de graduação de Serviço Social, mesmo que de maneira indireta ou vinculada a outras discussões. Ainda segundo Nunes (2013), as produções mais consistentes na área estão sempre apresentadas de maneira transversal, vinculadas a outras temáticas, como: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, dentre outras.

4.4 REVISÃO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO

O projeto profissional da classe, construído de maneira coletiva, vai de encontro ao projeto neoliberal (hegemônico na sociedade atual), pois preconiza, como valor ético central, a liberdade, defendendo a consolidação e ampliação da democracia, cidadania e justiça social, garantia dos direitos humanos, respeito ao pluralismo profissional, combate à discriminação e ao preconceito, qualidade na prestação dos serviços e aprimoramento constante da formação profissional. Vislumbra uma nova ordem societária, com articulação das pessoas por meio dos movimentos sociais.

Para Guerra (2002), a profissão “cria” seu espaço quando o Estado vem dar respostas efetivas à questão social, sendo constituído, constituinte e constitutivo das relações sociais capitalistas, que são relações portadoras de interesses antagônicos, incompatíveis e inconciliáveis. Assim, o Serviço Social, visto não como um prolongamento das práticas tradicionais e sim um rompimento com estas, concretiza a sua profissionalização na divisão social e técnica do trabalho.

Dessa forma, compreende-se que a formação profissional tem papel fundamental na “lapidação” do profissional, com vistas a fomentar as bases teóricas na orientação, conhecimento e atuação interventiva, promovendo uma relação direta entre formação e intervenção, sendo esses processos dinâmicos, em que o primeiro deve dar conta da realidade imposta pelo segundo, atendendo às exigências do mercado, “cujo caráter imediato e volátil, não valoriza a autonomia, a criticidade e a relevância social da pesquisa científica” (ROSADO, 2007, p. 66).

A formação profissional deve portanto, estar atenta aos desafios profissionais contemporâneos, colocando-se em permanente construção, não podendo estar descolada da realidade do trabalho profissional e mais que isso, não constitui o único espaço de construção do conhecimento, que também é proporcionado no âmbito do fazer profissional (ROSADO, 2007, p. 67).

Desse modo, compreende-se que, quando se trata de formação profissional, ela não se finda com o término da graduação, pois deve manter o seu processo constante de enriquecimento teórico, por meio de pós-graduação, encontros, debates e outros espaços de classe, a partir do sentimento da necessidade de atualização permanente. Ressalta-se, ainda, que todo esse processo está diretamente ligado à historicidade da profissão, que também está articulada com a totalidade social, sofrendo, assim, profundas mudanças na sua história.

A formação profissional do aluno de Serviço Social inicia-se no curso e vai sendo construída no decorrer do exercício de sua prática profissional enquanto assistente social, adquirindo maior solidez, conforme o profissional vai se identificando como membro efetivo da categoria, apropriando-se do seu compromisso social e do significado sócio-histórico da profissão (OLIVEIRA, C. A., 2004, p. 61).

Pensar a revisão do currículo em Serviço Social, de acordo com Jorge (1999), é pensar historicamente ao longo da formação, tendo em vista que, desde 1946, a Associação Brasileira de Escolas em Serviço Social (ABESS) vem acompanhando-o e revisitando-o. É válido, ainda, considerar que tal processo se dá de maneira democrática e coletiva na categoria, por meio de oficinas e seminários descentralizados.

O processo de revisão curricular sempre foi alvo de atenção dos profissionais de Serviço Social. Porém, tal temática só tomou vultuosidade na década de 1980, com discussões sobre o papel das universidades no Brasil e, conseqüentemente, o curso de Serviço Social passava por profundas transformações em sua natureza, buscando, então, um novo perfil profissional, que se afastasse de práticas tradicionalistas.

Esse processo de revisão da formação profissional atingia grande parte das graduações, repensando, assim, sua utilidade social e os impactos de si na sociedade, economia e mercado de trabalho.

A revisão do currículo mínimo do curso de Serviço Social estava orientada pelas transformações sociais das décadas de 1980/1990, que exigiam novas formas de apreensão e intervenção na realidade. Ficou definido, então, que o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), como órgão acadêmico da ABESS, articulado à pesquisa e à pós-graduação, desenvolveria uma pesquisa nacional junto às Unidades de Ensino de Serviço Social (UESS) (RHEINHEIMER, 2005, p. 45).

No Brasil, a regulamentação da profissão se dá com a organização da categoria por meio das entidades representativas: ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), sindicatos e associações de assistentes sociais, em que a categoria passa a pensar de forma articulada e democrática, compreendendo os desafios e as potencialidades, ganhando forças para defender ideias e propor intervenções.

Posteriormente, em 1995, os cursos de Serviço Social se reuniram com vistas a revisar o currículo da formação, processo esse guiado pela ABEPSS, sendo responsável por “avaliações, debates, confrontos e negociações, em torno das diferentes proposições, quanto aos princípios de preservação dos avanços do currículo de 1982, bem como do Código de Ética/93, e da Legislação da Educação Superior” (RHEINHEIMER, 2005, p. 41).

Posterior a tal fato, o currículo mínimo para formação em Serviço Social fora aprovado no ano seguinte, 1996, no momento da II Oficina Nacional de Formação Profissional, no Rio de Janeiro. Definiram-se, então, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, embasadas nas três dimensões: teórico-metodológica¹⁰, ético-política¹¹ e técnico-operativa¹².

Essas três dimensões de competências nunca podem ser desenvolvidas separadamente – caso contrário, pode-se incorrer nas armadilhas da fragmentação e da despolitização, tão presentes no passado histórico do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

A partir das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social de 1996, cada curso deveria elaborar seu currículo pleno pautado em seus princípios e diretrizes. Enquanto princípios basilares que devem reger a formação do profissional em Serviço Social, citam-se:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social;
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996, p. 6-7).

¹⁰ O profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais (GUERRA, 2010).

¹¹ O Assistente Social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade (GUERRA, 2010).

¹² O profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social (GUERRA, 2010).

Esses são princípios que devem nortear todos os currículos plenos dos cursos, buscando, assim, fomentar a universalidade da formação e fornecer os subsídios para futura atuação profissional, orientada pela direção social da profissão, compreendendo a totalidade da vivência na sociedade capitalista e seus impactos na vida dos trabalhadores. Tais princípios remetem a um perfil que caracteriza um profissional competente em sua área de desempenho, com formação generalista intelectual e cultural, a partir de um acervo de informações em um mundo cada vez mais globalizado, capaz de apresentar proposições inovadoras e criativas em seu campo de trabalho (JORGE, 1999). Já enquanto diretrizes, ainda se pode citar:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 7).

Essas diretrizes estão balizadas no tripé da formação profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que norteiam o exercício.

O Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social¹³ visa a compreender o ser social em sua totalidade, que será subdividido, em seguida, no Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira¹⁴ e no Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional¹⁵, dando, assim, conta da formação profissional. Dessa forma, a formação se dá na complementaridade de conhecimentos, que estão determinados sócio-historicamente.

Visa-se, então, a superar a dualidade teoria-prática, corroborando, assim, o seguinte pensamento:

¹³ “É responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. É responsável por explicar o processo de conhecimento do ser social enfatizando as teorias modernas e contemporâneas” (ABEPSS, 1996, p. 8).

¹⁴ “Remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional” (ABEPSS, 1996, p. 11).

¹⁵ “Considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ABEPSS, 1996, p. 12).

Na prática a teoria só pode ser a mesma, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria que justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática do homem, assim, não há como na prática a teoria ser outra (SANTOS, 2012, p. 75).

Enquanto disciplinas básicas no currículo, citam-se: Sociologia, Economia Política, Ciência Política, Filosofia, Direito, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-Histórica no Brasil, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Histórico-Teórico-Metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração em Planejamento em Serviço Social, Pesquisa Social e Ética Profissional. Indica-se, ainda, que, enquanto componentes curriculares indispensáveis à formação, existem o Estágio Supervisionado em Serviço Social e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Iamamoto (2007) cita, também, como característica, que a formação profissional pode se dar por meio de seminários, oficinas, atividades complementares, não ficando o profissional em formação preso às formas tradicionais de ensino.

Ainda em 1996, aprovou-se, em nível nacional, a Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Atualmente, não se fala mais em currículo mínimo, e sim em diretrizes gerais, que devem ser observadas pelos cursos. Com isso, busca-se manter um patamar mínimo, que torne igual a formação em todas as partes do país.

É importante entender que as diretrizes curriculares do curso surgem e mantêm-se em meio à dicotomia de forças de classes antagônicas no jogo da sociedade capitalista, entre burguesia e proletariado, tendo norte teórico e ético-político voltado às classes mais subalternizadas, que lutam por igualdade social. Para tanto, a partir do Movimento de Reconceitualização da profissão, aproxima-se ao método histórico-dialético de inspiração marxista que irá conduzir a formação e atuação profissional por meio do desvelar da realidade, compreendendo a totalidade dos fatos sociais, que expressam a questão social.

As diretrizes se constituem numa estratégia de resistência ao processo de descaracterização dos compromissos coletivos assumidos pela profissão que tem espaço cada vez mais restrito num contexto progressivo e velado de retrocesso tecnicista, o que só aumenta sua relevância (MENDES; PRATES, 2007, p. 195).

Assim, pensar essa formação profissional remete entender que

As condições são reproduzidas na medida em que os espaços para a livre opção e luta dos agentes é também restrito pelas linhas gerais da educação brasileira e pelo que determina a Universidade, especialmente se considerarmos que a maioria das unidades de ensino brasileiras que dispõem de cursos de Serviço Social são

privadas. [...] Como parte desse processo de desmonte, a universidade é atravessada pelo mesmo movimento e sofre pressões no sentido da flexibilização curricular que precisa ser enfrentada sem que se percam os conteúdos mais profundos que conformam a formação generalista em Serviço Social à luz das diretrizes coletivamente construídas. (MENDES; PRATES, 2007, p. 177-180).

Porém, esse processo, como já citado e perpassado por tantos entraves, por vezes, árido, foi e é construído e reconstruído de forma coletiva, a muitas mãos, sendo, assim, pleno, por se tratar de objetivos comuns vislumbrados e anunciados para a garantia de sua efetivação (JORGE, 1999). Assim, pensar as diretrizes curriculares de 1996 é compreender que elas rompem com a visão formalista e individualizada, e passar a compreender o ensino, pesquisa e extensão por meio de novas mediações.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, que buscou perceber o ponto de vista dos participantes, questões particulares e suas percepções acerca do contexto institucional que estão inseridos. Neste sentido, Martinelli (1999, p. 25) aponta que “no que se refere a pesquisa qualitativa busca-se conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos [...] a pesquisa é de modo geral participante, nós também somos sujeitos da pesquisa”. A partir da pesquisa qualitativa, tem-se valorizado o que o entrevistado tem a trazer de informações.

Para Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa possui três pressupostos, sendo eles: (a) reconhecimento da singularidade do sujeito, em que cada entrevista é diferente da outra por cada sujeito ser único; (b) essas pesquisas vêm a partir da valorização da importância que existe em reconhecimento da experiência social do sujeito; e (c) reconhecimento de que conhecer a vida do sujeito implica o conhecimento de sua experiência social.

A presente pesquisa ainda se utilizou de dados quantitativos para fins descritivos.

5.1 ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

5.1.1 Pesquisa documental

Para obtenção de dados secundários da pesquisa, houve análise de quatro Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social pesquisados, cinco Matrizes Curriculares que foram disponibilizadas, bem como análise das Diretrizes Curriculares que norteiam os cursos de Serviço Social datadas de 1996.

5.1.2 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica perpassou todo o percurso metodológico de construção da dissertação, com vistas a fomentar o embasamento teórico, sendo esse processo inerente à pesquisa.

5.1.3 Pesquisa de campo

O presente estudo realizou pesquisa de campo com vistas a compreender a temática RS nos cursos presenciais de Serviço Social do Rio Grande do Norte, com foco naqueles que

já tenham, no mínimo, uma turma já concluída, bem como aqueles que se disponibilizassem a participar da pesquisa, a partir dos contatos da pesquisadora com as instituições, profissionais e alunos. No primeiro momento, deu-se a investigação documental para que, no segundo momento, se observasse *in loco* a realidade dos cursos a partir dessa fase da pesquisa.

5.2 UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa ocorreu junto aos 6 cursos presenciais de Serviço Social do Rio Grande do Norte, que conforme apresentados no sítio oficial do MEC, como regulares e em atividade. Eles estão distribuídos em: Assu (1), Caicó (1), Mossoró (2) e Natal (2), sendo 2 de natureza pública e 4 de natureza privada.

5.3 SELEÇÃO DOS SUJEITOS

Entrevistaram-se as coordenadoras dos cursos acima citados, valendo-se ressaltar que apenas 1 coordenadora não concedeu entrevista, mesmo após reiterados contatos telefônicos e por *e-mail*. Assim foram 5 coordenadoras respondentes.

Além desses sujeitos, também se entrevistou 1 professor indicado pelo coordenador em cada curso, que trabalhassem a temática em questão. Todos os 6 professores indicados se disponibilizaram e contribuíram com a pesquisa.

Também participaram da pesquisa os alunos das turmas que estavam cursando o último semestre, que se encontravam nas salas de aula no momento da aplicação de questionário e o responderam. Para tanto, junto a esse universo de pesquisados, aplicou-se um questionário com 7 perguntas de múltipla escolha. Totalizou-se, assim, o número de 137 respondentes.

Com vistas a se manter o sigilo dos pesquisados, escolheu-se tratar os dados e/ou pesquisados por letras e/ou nomes e números: para os cursos, utilizou-se C1 a C6; para as coordenadoras, utilizou-se Coordenadora 1 a Coordenadora 5; e para as professoras, Professora 1 a Professora 6.

5.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada junto aos coordenadores de cursos e aos professores indicados, conforme Apêndices A e B. As

entrevistas foram compostas de perguntas já previamente formuladas, para que fosse mantido o foco da pesquisa, mas que também houvesse liberdade de surgimento de novos questionamentos durante a entrevista, que pudessem ser de total relevância para a análise da percepção acerca do problema de pesquisa. Deve-se ressaltar, ainda, que a observação perpassou todo o processo das entrevistas, sendo, portanto, imprescindível.

As entrevistas foram gravadas (após conversa prévia para se obter a permissão da gravação) e, posteriormente, transcritas, para que se preservasse o discurso dos sujeitos, garantindo a fidelidade das falas.

Utilizou-se, ainda, um questionário com perguntas fechadas, aplicado ao universo dos discentes (em virtude de sua quantidade), com vistas a compreender como eles percebem sua formação, embasamento e domínio teórico acerca da RS (Apêndice C).

Utilizou-se, também, o diário de campo, para anotações que se fizessem necessárias a partir do contato direto durante as entrevistas, que foram úteis ao final para construção do estudo.

É válido ressaltar que todos os envolvidos nas entrevistas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com vistas a garantir e resguardar sua participação na pesquisa.

5.5 TRATAMENTO DOS DADOS

A análise e interpretação se deu por meio interpretativo. Obtiveram-se os dados quantitativos para subsidiar uma análise qualitativa. De acordo com Minayo (2007), em relação aos procedimentos metodológicos na pesquisa qualitativa, destaca-se a categorização, inferência, descrição e interpretação. A partir da análise, buscou-se compreender criticamente o sentido que os entrevistados manifestaram ou ocultaram nos resultados apontados, visando a desvendar o que está por trás do discurso pronunciado.

6 SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO FOMENTADO NOS CURSOS PRESENCIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

O presente capítulo refere-se às pesquisas documental e de campo, realizadas com vistas a atender aos objetivos previamente propostos. Está organizado em quatro subtópicos. O primeiro abordará, a partir de pesquisa documental, uma análise acerca dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), observando a presença da RS. Os subsequentes apresentarão a percepção, sobre a RS, dos coordenadores de cursos, professores indicados e alunos concluintes, a partir da compreensão de uma demanda ao Serviço Social, respectivamente.

Antes de tudo, é necessário compreender o que é “percepção”. Esse é mais um dos elementos que compõem os aspectos individuais de cada ser humano, tornando-os seres unos. A percepção representa um elo entre o mundo objetivo e subjetivo do indivíduo.

É o processo pelo qual os indivíduos organizam e interpretam suas impressões sensoriais com a finalidade de dar sentido ao seu ambiente. Pesquisas demonstram que de modo consistente pessoas diferentes percebem a mesma coisa de maneira diferente. O fato é que nenhum de nós enxerga a realidade. O que fazemos é interpretar o que vemos e chamar isso de realidade (ROBBINS, 2011, p. 159).

Ainda para Robbins (2011), o processo de percepção é influenciado por três elementos básicos: alvo, observador e a situação que se é vivenciada. Esse conceito tem profunda e estreita ligação com o de sensação. Assim, quando se interpretam as sensações oriundas da sensorialidade, está-se aí percebendo. A isso se chama percepção. Desse modo, compreende-se que sensação e percepção são indissociáveis, sendo que vão ser percebidas sobre a relação Serviço Social e RS a partir de então.

6.1 REVISITANDO OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS

Os cursos de Serviço Social pautam-se em um PPC, que está referenciado ao Projeto Ético Político da profissão e demais normativas da educação no país. A graduação em Serviço Social é regulamentada pelo MEC, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, pela profissão, por meio da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), pela normatização ética (Código de Ética) e Diretrizes Curriculares de Serviço Social (1996) – estas legitimam um currículo mínimo a ser seguido. Essa graduação deve ocorrer em, no mínimo, 4 anos, 8 semestres, tendo uma série de disciplinas a cumprir, bem como Estágio

Supervisionado em Serviço Social e TCC, para poder receber a certificação de bacharel em Serviço Social. O exercício profissional requer a certificação e inscrição no CRESS.

Para responder à primeira etapa do processo metodológico desta pesquisa, realizar-se-á uma breve análise dos PPCs dos cursos investigados, para se analisar a relação desses PPCs na formação profissional com a temática RS. É importante ressaltar que, no universo de seis faculdades investigadas, somente quatro disponibilizaram os PPCs. Nesse universo, duas são públicas, funcionando diurnamente, e quatro são privadas, com funcionamento noturno. Essa é uma realidade crescente, que começou a se apresentar especialmente a partir do fim da década de 1980, com o crescimento dos cursos privados e noturnos, o que indica que:

Estes passaram a criar espaços na universidade para alunos que já estavam inseridos no mercado de trabalho. Para muitos destes a realização de um curso de nível superior representava a possibilidade de mobilidade ocupacional e melhoria de rendimentos e bem-estar (SIMÕES, 2007, p. 197).

Assim, com essa possibilidade, amplia-se o número de alunos e conclusão de maior número de profissionais de um curso superior. É válido ressaltar que esse crescimento está diretamente vinculado ao crescimento de universidades, fundações e faculdades privadas de modo geral, em descompasso ao crescimento ou ampliação de vagas em universidades públicas, crescente essa que se deu especialmente na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Já durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, implantaram-se projetos de ampliação das universidades públicas, especialmente em universidades federais, que condiz com sua política de expansão e acesso ao ensino superior. Porém, como indica Pereira (2010), se analisado o número de cursos a partir de sua natureza jurídica, percebe-se sua maioria expressiva no âmbito privado, como demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 – Cursos de Serviço Social distribuídos segundo período de autorização e natureza jurídica

Período	Privado	%	Público	%	Total
1930–1994	47	63,5	27	36,5	74
1995-2002	45	90,0	5	10,0	50
2003-2009	191	91,0	19	9,0	210

Fonte: Pereira (2010).

Ao se analisar os PPCs, percebe-se que a organização curricular dos Cursos de Serviço Social, no que se refere à sua duração, gira entre 2.835 horas/aula a 3.745 horas/aula, dando conta de todas as atividades propostas pela matriz curricular, tendo como objetivo unânime dos cursos, com pequenas variações, formar o profissional assistente social, com base em uma

visão de totalidade, com capacidade de apreensão do significado social e histórico da profissão, para que venha a intervir, de forma crítica e qualificada, nos mais diversos espaços de atuação profissional, pautado nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, compreendendo o papel investigativo e interventivo da profissão.

Toda essa organização dar-se-á, a partir de três eixos centrais, sendo eles: O Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social¹⁶, o Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira¹⁷ e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional¹⁸. A partir desses núcleos, independentemente da instituição e do PPC, organizam-se as disciplinas, algumas obrigatórias e outras em caráter optativo, com base na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão (inerente a todos os PPCs observados), bem como na realidade regional e local.

No PPC analisado da C2, percebeu-se que é indicado que temas transversais à formação profissional sejam tratados na graduação, com vistas a formar um profissional pautado na totalidade das expressões da questão social, desde que essas temáticas não fujam ao norte ético, teórico e político da profissão.

Fazendo-se uma análise mais acurada e buscando de fato o foco central da pesquisa, que é perceber como o conhecimento acerca da RS é abordado nos cursos presenciais de Serviço Social no Rio Grande do Norte, observa-se que nenhum PPC, ao apresentar sua matriz curricular, oferece uma disciplina específica para tratar a temática. Entende-se que tal fato seja em decorrência de ser uma profissão mais voltada ao universo público, sendo esse o maior empregador, baseando-se em dados apresentados por Iamamoto (2007), quando aponta que o maior empregador da classe profissional é a saúde, acompanhado da assistência social. Porém, tal fato não impede se de atuar no âmbito privado, inclusive, as atribuições específicas e competências do assistente social descritos na Lei de Regulamentação da Profissão, indicam tal fato.

¹⁶ “Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas” (ABEPSS, 1996, p. 10).

¹⁷ “Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional” (ABEPSS, 1996, p. 11).

¹⁸ “O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho” (ABEPSS, 1996, p. 12).

Há a possibilidade de a temática ser trabalhada de forma “transversal” em algumas disciplinas, como, por exemplo, as disciplinas obrigatórias de Administração e Planejamento em Serviço Social¹⁹, Direito e Legislação Social²⁰, Política Social²¹, Serviço Social e Processo de Trabalho²², se for compreendido o conceito de RS de forma ampliada, a partir de temas centrais indicados pela NBR ISO 26000, como: governança organizacional, direitos humanos, práticas de trabalho, meio ambiente, práticas leais de operação, questões de consumidores e envolvimento e desenvolvimento econômico e social da comunidade. As disciplinas em questão, vinculam-se transversalmente à RS quando discutem temáticas relacionadas aos direitos dos trabalhadores, processo de trabalho, direções político-ideológicas do desenvolvimento sustentável, terceiro setor, desenvolvimento urbano e agrário e suas implicações socioambientais. Essas disciplinas, somadas às demais, são responsáveis por conduzir a formação de um profissional capaz de realizar a mediação profissional com o olhar singular do assistente social, porém, fazendo o percurso entre a totalidade do fato social à particularidade, e vice-versa.

Por vezes, trabalha-se a temática de forma indireta em disciplinas ofertadas optativamente, ou sob a modalidade de oficinas e seminários temáticos (essas opções com carga horária reduzida), como no C2, que oferta as disciplinas Desenvolvimento, Meio Ambiente e Poder Local²³ (que também se apresenta nas demais faculdades), Crise, Reforma do Estado e Terceiro Setor²⁴ e Questão Agrária e Urbana no Brasil²⁵.

¹⁹ As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação, execução e avaliação de programas e projetos na área social. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas, e organizações da sociedade civil (baseado na ementa do C2).

²⁰ As instituições de Direito no Brasil. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado e dos poderes. Direitos sociais pós-Constituição de 1988. A legislação social e seus regulamentos: CLT, Loas, ECA, LOS etc. Previdência. Políticas de atenção ao deficiente, idoso. Direitos de defesa do consumidor. Instituições de implementação e defesa das leis (baseado na ementa do C2).

²¹ Concepções, caráter contraditório, impacto e significado para as classes sociais. A constituição e destinação do fundo público frente à relação capital-trabalho. O debate atual sobre a formulação, implementação e gestão das políticas sociais no Brasil (baseado na ementa do C2).

²² O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Serviço Social em processos de trabalho: as particularidades institucionais. O terceiro setor e o setor de serviços (baseado na ementa do C2).

²³ Poder local no Brasil contemporâneo: estratégias descentralizadoras e modelos inovadores de gestão participativa. Modelos e concepções de desenvolvimento e seus impactos sociais e ambientais. Direções político-ideológicas do desenvolvimento sustentável: meio ambiente, qualidade de vida, autodeterminação e cidadania ativa. Metodologias de planejamento do desenvolvimento local e municipal (baseado na ementa do C2).

²⁴ Crise e reforma do Estado: diferentes interpretações. O processo de desregulamentação social no Brasil. As diferentes propostas de reformas no contexto da sociedade brasileira. A reforma do Estado e as perspectivas contra-hegemônicas. Terceiro setor: o público e o privado (baseado na Ementa do C2).

²⁵ Desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiária, industrial e do setor de serviços na atualidade. A concentração de renda e de propriedade, a reprodução da pobreza e a exclusão social nos contextos rural e urbano. Os sujeitos sociais, reforma agrária e lutas nos espaços urbanos e rurais. As políticas governamentais frente à questão social no campo e seus impactos socioeconômicos. A perspectiva contemporânea de desenvolvimento e suas implicações socioambientais (baseado na ementa do C2).

Ao se observar o quadro de disciplinas do C1, sejam elas obrigatórias ou optativas, disponibilizado no sítio institucional (uma vez que não houve acesso aos PPCs), percebe-se que é ofertada, enquanto optativa, a disciplina Serviço Social em Empresas, com carga horária de 60 horas, que, em sua ementa, busca apresentar aspectos referentes à inserção do profissional nesse espaço, a partir de suas atribuições e competências, apontando os limites do fazer profissional a partir de uma discussão macro sobre reestruturação produtiva, processo esse inerente à sociabilidade capitalista com vistas a se reinventar. Porém, há que se frisar a fala da Professora 1, que cita que:

A última disciplina, acho que foi até um Seminário sobre o assunto, acho que Serviço Social nas empresas, quem deu foi XXXXX, há uns anos, faz tempo que não é ofertada... E, assim, não gerou nenhuma monografia a partir disso, porque o setor privado ele num é um setor assim, em que você olhe com muita vontade, entendeu? As pessoas ainda são muito presas na questão da saúde e da assistência (Professora 1).

A partir de tal fala e dos elementos indicados pelo PPC e disciplinas, percebe-se que essa é uma discussão que precisa ganhar visibilidade e relevância no seio acadêmico, para despertar interesse, seja nos docentes, seja nos alunos.

No C3 e no C4, começa a ser trabalhada como optativa a disciplina Gestão Ambiental e Sustentabilidade, que traz, enquanto ementa:

Gestão ambiental empresarial. Modelos, estratégias, instrumentos, indicadores de desempenho e qualidade. Experiências de gestão ambiental nacional e internacional. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Mudança no ambiente de negócios. **Responsabilidade social corporativa.** Legislação ambiental. Instrumentos de políticas públicas para o meio ambiente (grifo nosso)²⁶.

Aparece na ementa a discussão sobre RS, porém, adiantando-se aos demais itens da pesquisa, em momento algum foi citado, seja nas falas de coordenadores de cursos ou docentes indicados, a discussão sobre RS.

Pensando-se a RS em uma dimensão macro, extrapolando-se a questão unicamente dos cursos de Serviço Social, há de se ressaltar que está presente, nos PPCs disponibilizados pelas faculdades privadas, o compromisso social das instituições (como um todo) com a “Responsabilidade Social”, em contribuir com o meio em que estão inseridas, por meio de pesquisa e extensão. De acordo com PPC do C5, esse compromisso é reafirmado pelos “Projetos de Responsabilidade Social desenvolvidos que são implantados e implementados

²⁶ Mesmo PPC e ementa para ambas as universidades.

objetivando a inclusão, a inserção, a formação cidadã, o respeito ao cumprimento dos direitos e deveres dos indivíduos e das instituições”. Adiantando-se a tal fato, mais à frente, perceber-se-á que tal realidade indicada em documento institucional não se apresenta em fala de profissionais da instituição e/ou de seus alunos.

Nos PPCs do C3 e do C4, a RS apresenta-se institucionalmente como pilar estratégico da universidade, ladeado pelos demais: qualidade, empregabilidade e internacionalidade. A RS também é citada como atividade de extensão dos alunos, desvelando, inclusive, algumas práticas, como palestras e oficinas voltadas à comunidade, que são entendidas como tal. Já no PPC analisado da universidade pública, não há presença textual dessa missão institucional expressa.

Desenha-se, então, uma formação ainda muito centrada no âmbito público, em que, por mais que se fale em totalidade, em espaços sócio-ocupacionais, em novas demandas ao Serviço Social e a esses dar respostas, percebe-se que ainda está muito discreto e necessitando ser “maturado”, em que as discussões prioritárias giram em torno da seguridade social (saúde, assistência social e previdência social).

Para sintetizar tal ideia de análise, o Quadro 3 demonstra um resumo de análise dos PPCs:

Quadro 3 – Síntese de análise dos PPCs

Curso	Disciplina obrigatória (tema transversal)	Disciplina optativa (tema transversal)	RS institucional presente no PPC
C1	Administração e Planejamento em Serviço Social; Direito e Legislação Social; Política Social; Serviço Social e processo de trabalho.	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.	Sim
C2	Administração e Planejamento em Serviço Social; Direito e Legislação Social; Política Social; Serviço Social e Processo de Trabalho.	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.	Sim
C3	Administração e Planejamento em Serviço Social; Direito e Legislação Social; Política Social; Serviço Social e Processo de Trabalho.	Desenvolvimento, Meio Ambiente e Poder Local; Crise, Reforma do Estado e Terceiro Setor; Questão Agrária e Urbana no Brasil.	Não
C4	Administração e Planejamento em Serviço Social; Direito e Legislação Social; Política Social; Serviço Social e Processo de Trabalho.	Desenvolvimento, Meio Ambiente e Poder Local.	Sim
C5	Administração e Planejamento em Serviço Social; Direito e Legislação Social; Política Social; Serviço Social e Processo de Trabalho.	Serviço Social nas Empresas.	Indisponível
C6	Indisponível	Indisponível	Indisponível

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Visualiza-se, portanto, uma discussão ainda em estágio inicial, em que em nenhum PPC (daqueles que foram disponibilizados) se observou a presença de disciplinas que versem com centralidade a questão da RS. A temática vem sendo abordada apenas de forma transversal em disciplinas obrigatórias e de forma mais pontual a partir de disciplinas optativas que circundam mais próximo à temática. A partir do Quadro 3, percebe-se, ainda, que um PPC não dá indício de RS institucional (não exclusiva do curso), enquanto que nos outros três cursos disponibilizados há presença no PPC, a saber, faculdades/universidades privadas, corroborando o pensamento de Spers e Siqueira (2010) e Menezes (2010), quando alertam sobre a necessidade de as instituições desenvolverem seus papéis na sociedade, haja vista não poderem sobreviver de maneira isolada, pautadas no discurso de cidadania empresarial.

6.2 O QUE PENSAM OS COORDENADORES DE CURSO SOBRE A RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

No processo de organização dos cursos e formação profissional, há a figura do coordenador de curso de Serviço Social. A Lei de Regulamentação da Profissão indica, em seu artigo 5º, que essa função é atribuição privativa do assistente social: “VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação” (BRASIL, 1993). É válido ressaltar que, em meio à atual conjuntura vivenciada no país e no rol de cursos buscados para pesquisa, encontraram-se profissionais de outras áreas do saber desenvolvendo a função de coordenação de curso de Serviço Social.

Com vistas a iniciar a pesquisa de campo e responder aos objetivos inicialmente propostos e, assim, compreender a correlação direta entre o curso de Serviço Social e a temática RS, buscou-se observar, a partir do olhar dos entrevistados, se o PPC que está em vigor nas instituições trata da temática “Responsabilidade Social”, a partir de algum conhecimento fomentado em disciplinas ou atividades extracurriculares. Assim, elencam-se algumas falas mais significativas, nas quais se podem perceber as seguintes colocações:

Na disciplina obrigatória Serviço Social e Processos de Trabalho, existe a possibilidade de o docente responsável expor e discutir com os discentes dimensões inerentes ao trabalho do assistente social em empresas e, conseqüentemente, a temática da responsabilidade social. Tendo em vista que as referidas disciplinas apresentam como parte de seu conteúdo a discussão e análise acerca do trabalho do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, evidenciando, dentre outros aspectos, as demandas apresentadas a esse profissional e suas possibilidades de atuação. [...] No entanto, não se trata de disciplina que trata exclusivamente do Serviço Social inserido em empresas que assim vai atuar com conceito de responsabilidade social (Coordenadora 1).

A fala da Coordenadora 1 reforça dados apontados no item 6.1, quando se realizou a análise documental dos PPCs, demonstrando que há possibilidade de o docente trabalhar, mesmo que de forma transversal, a temática em algumas disciplinas obrigatórias. A Coordenadora 1 indicou uma, no rol de tantas, em que há essa possibilidade de se expandir tal discussão, sendo tal fato reforçado na fala da Coordenadora 2:

Na realidade, nosso PPC, ele tem uma disciplina que é uma disciplina, eu não lembro ao certo se é uma disciplina ou um seminário, se uma disciplina optativa ou um seminário ou oficina, porque a gente tem as três modalidades sobre meio ambiente, mais tem um tempo que essa disciplina não é ofertada justamente assim, porque tem muito a ver aquela disciplina que é ofertada, disciplinas optativas, seminários e oficinas, elas também têm muito a ver com a condição do próprio professor, porque, como são temas mais livres, então você precisa ter o docente que está fazendo aquela discussão e nós tínhamos, assim, a professora XXX fazendo essa discussão de meio ambiente nessa questão mais agrária, rural, etc. e aí, ela deu a disciplina, acho que posso chamar disciplina optativa, se não me falha a memória, mais pode ser qualquer uma desses três elementos. Ela ministrou essa disciplina, só que ela saiu para o doutorado, se eu não me engano, e depois que ela voltou, voltou há dois anos, ela ainda não ministrou novamente (Coordenadora 2).

A fala reforça considerações levantadas e apontadas por Mansur (2012, p. 193), de que “não há preocupação no Serviço Social, o que denota descaso com o tema e esses novos espaços ocupacionais, o que pode sugerir algum preconceito, já que não ocorre em sua maioria em espaço governamental, fortalece o capital e a desresponsabilização do Estado com a questão social”. Ainda demonstra responsabilização a um único profissional que faz tal discussão, corroborando, assim, o que outrora se apresentou, demonstrando que a discussão sobre RS e Serviço Social não se faz presente de forma significativa no interior do curso, não sendo difundida no seio acadêmico e, reforçando aquilo já apresentado, a centralização em temáticas vinculadas especialmente à seguridade social e ao âmbito público. As demais falas das profissionais (Coordenadoras 3, 4 e 5) se dão nesse sentido, de apresentar o momento em que a temática poderia vir a ser trabalhada nas disciplinas, acrescentando os elementos da pesquisa e extensão, mesmo que de forma mais superficial, sem debruçar-se tanto sobre a temática, como representado na fala da Coordenadora 3:

De acordo com o PPC, no curso de Serviço Social, a temática da responsabilidade social se faz presente no tripé ensino, pesquisa e extensão, quando da socialização da produção científica. O curso, que objetiva, também, contribuir com o meio no qual está inserido, posiciona-se aliado ao compromisso junto à sociedade, de forma crítica e propositiva. Neste sentido, a responsabilidade social está contemplada no PPC, assim como nas atividades de extensão, no entanto, é preciso repensar este conceito e, ao mesmo tempo, apontar eixos de trabalho que problematize e aprofunde o viés crítico analítico (Coordenadora 3).

Fazendo-se um adendo, a Coordenadora 1 reforça tal realidade, quando questionada sobre qual forma os novos espaços sócio-ocupacionais são trabalhados na formação profissional, indicando que:

Considerando-se a perspectiva de uma formação profissional generalista, acredita-se que o curso de Serviço Social prepara os alunos para uma futura possível atuação em empresas que trabalham com o referido conceito, mediante conteúdos que podem ser contemplados em determinadas disciplinas. Todavia, entendemos que determinadas áreas de atuação ou de inserção do assistente social são mais contempladas, especialmente aquelas que, no Brasil, tradicionalmente, vêm contratando um maior número de profissionais (assistência social e saúde) (Coordenadora 1).

Percebe-se, então, que os cursos e seus PPCs seguem sim indicações de inúmeras normativas outrora citadas, porém, seu “balizamento” no dia a dia vai a partir das áreas ainda tradicionais do fazer profissional (e, por serem tradicionais, maiores empregadoras), que requerem sejam pesquisadas sejam profissionais para futura atuação. Mesmo a coordenadora indicando que a formação é generalista, é perceptível a resistência em se trabalhar temáticas de RS, mas também outras, como: sociojurídico, terceiro setor, educação, dentre outras tantas frentes de atuação. Tal perspectiva faz-se presente em outros cursos pesquisados, como é indicado na fala da Coordenadora 2:

Estamos fazendo, inclusive, é revendo o nosso PPC, porque a gente acaba achando que tem que amarrar um pouco mais essas disciplinas, no sentido de a gente ter a condição de realmente ofertar, porque acaba ficando lacunas, por exemplo: a questão do Serviço Social nas empresas é algo que eu acho que tem lacunas na nossa formação, porque, embora você tenha uma profissão generalista, aliás, apesar de você ter uma profissão generalista, acaba que são muitos âmbitos, são muitas discussões, e as discussões, em geral, elas são mais fortes em uma determinada área, dependendo muito da formação dos professores e do campo de interesse dos professores, então, eu acho que tem muito isso, e, olha, os alunos, também, eu acho que são muito importante nesse processo, porque eles também nos incitam e, quando eles se aproximam de uma temática, quando eles se envolvem com ela, então ele incita o professor a buscar isso, aí eu acho e acaba que ficando, algumas vezes, lacunas em alguns aspectos, algumas vezes, fortalecendo outros e algumas vezes, assim, por determinados estudantes que estão naquele momento interessados naqueles temas venham à tona, aparecem, né? (Coordenadora 2).

Tal fato vai ao encontro do que Iamamoto (2007) aponta sobre a necessidade de que a profissão se reinvente, para que se mantenha útil à sociedade, do contrário, ela será “engolida” pelos novos conhecimentos. Montañó (1997, p. 124) reforça que se faz necessária “a incorporação de demandas emergentes e a discussão do mercado de trabalho definindo novos cenários laborais, todos estes (não poucos) enquanto desafios urgentes e emergenciais ao Serviço Social”. O autor reafirma que “é imprescindível então que o Serviço Social discuta

novas fontes de emprego, novos campos de intervenção (além dos tradicionais) a saber: ONGs, movimentos sociais, associações, empresas, organizações comunitárias etc.” (MONTAÑO, 1997, p. 123).

Porém, há a esperança de fomentar essas discussões, especialmente a partir de estudos como este, para ampliar os horizontes tradicionais do fazer profissional e evitar, assim, que se recaia em práticas burocráticas e cópias do que outrora já foi superado.

Com esta pesquisa, demonstrou-se, ainda, um breve conhecimento, por parte das coordenadoras, sobre o que de fato seria RS e se tal conhecimento vem sendo discutido na academia. Tal fato é “embasado” quando se têm os seguintes posicionamentos:

Digamos que, de certa forma, pelo fato do curso estar inserido em uma instituição privada, somos chamados a participar das ações de responsabilidade social, pois a instituição promove algumas ações durante os períodos letivos, entretanto, o curso tem tentado aprofundar este conceito e discussão entre o corpo docente, no sentido de promover algumas ações que não se enquadrem como pontuais e fragmentadas e estejam sempre sob essa perspectiva crítico-analítica. Sim. De acordo com o PPC, no curso de Serviço Social, a temática da responsabilidade social se faz presente no tripé ensino, pesquisa e extensão, quando da socialização da produção científica. O curso, que objetiva, também, contribuir com o meio no qual está inserido, posiciona-se aliado ao compromisso junto à sociedade, de forma crítica e propositiva (Coordenadora 3).

Pode-se destacar pontos importantes nessa fala, quando a coordenadora afirma que se busca extrapolar ações pontuais e específicas, entendendo a RS que venha a contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, pautado em valores e princípios éticos institucionais e, evidentemente, revestindo as empresas (universidades privadas são empresas) com nova roupagem para se manterem vivas na sociedade, como o conceito já trazido pelo Instituto Ethos (apud GADIOLI et al., 2006) e muito bem problematizado por Mota (2006), quando demonstra que a necessidade para manutenção dessas ações está na imagem delas que é repassada à sociedade. Somada a tal fala, destaca-se o entendimento de outra profissional:

O PPC dá conta de trabalhar a responsabilidade social se nós pensarmos, ainda, que a responsabilidade social na instituição, ela também é visivelmente executada, visivelmente acontece essa preocupação da responsabilidade social quando nós temos uma clínica integrada, uma clínica que ela nem é credenciada ao Sistema Único de Saúde, mas ela oferece à comunidade, às pessoas vulneráveis socioeconomicamente, uma prestação de serviço de forma gratuita, seja através dos atendimentos direcionados à fisioterapia, nutrição, enfermagem, onde todo esse processo de acompanhamento perpassa pelo profissional assistente social, que é quem recebe esse usuário para a demanda desse serviço, então, todas as nossas disciplinas, aliás, o nosso PPC, dá conta sim, porque, se nós pensarmos os núcleos do fazer profissional através dos campos de estágios, a própria clínica é um campo de estágio, onde esse aluno consegue se inserir, ele insere-se nesse processo de formação que é claro que ele está assistindo o usuário de forma gratuita, onde sem nenhum custo para o usuário que recebe esse serviço (Coordenadora 4).

Estão presentes, nas falas das Coordenadoras 3 e 4, práticas de RS não vinculadas ao curso em específico ou conhecimento nele trabalhado, mas ações criadas pela própria instituição. Essas ações estão bem mais vinculadas à linha teórica que se aproxima das ações sociais de caráter descontínuo, que não são responsáveis por promover reversão de externalidades e alterações significativas. Especificamente na instituição que tem a Coordenadora 4 à frente, aponta-se que tais ações venham a ter o caráter da RS, tendo em vista que esse é um dos pilares estratégicos dela, haja vista sua condição de “internacionalidade”, porém, é necessário reforçar que as ações não podem ser confundidas e devem ultrapassar práticas simplistas de caridade, visando a torná-las compromisso político das organizações, extrapolando interesses somente econômicos e/ou obrigações legais, como aponta Passos, Leal e Carvalho (2009) e a própria NBR ISO 26000 traz em seu bojo.

Porém, em meio às falas, percebe-se, então, um descompasso ao que realmente é conhecimento fomentado na graduação, a partir do que vem a ser de fato RS, entendida como um possível espaço de atuação profissional, com práticas que causam uma reflexão mais aprofundada sobre as bases que estão firmados os entendimentos da profissão:

Nós temos, no decorrer do semestre, alguns projetos de responsabilidade social, né? Alguns projetos de extensão que são desenvolvidos, elaborados e desenvolvidos pelas professoras juntamente com os alunos, entre eles, nós destacamos o trabalho com moradores de ruas aqui da cidade, também tem um trabalho da disciplina de Serviço Social e Meio Ambiente com trabalho voltado com cuidado para com a água, né, que também já foi desenvolvido, tem também um cine social, que é também desenvolvido nas comunidades, buscando trazer a questão da reflexão de temas importantes, junto a essas comunidades aqui da cidade e também um projeto de [...] Voltado para questão [...] Voltado para o público estudantil no [...] Para questão vocacional, profissional e trabalhar aspectos de cidadania e ética com os alunos da rede municipal, estadual de ensino da cidade. Então, atualmente, têm esses projetos de extensão, que têm como intuito trabalhar a questão da responsabilidade social, né, nesse aluno, fazendo compreender importância das ações voltadas para o coletivo, não apenas individual. mas voltado para o aspecto do cuidado com as relações sociais, com meio ambiente, o cuidado que se deve ter com a questão das particularidades e das diversidades que existem na nossa sociedade, então essas são algumas das responsabilidades sociais, que os estudantes e as professoras que eles desenvolvem dentro do curso de serviço social, né, além disso, têm os trotes solidários voltados para a arrecadação de alimentos e produtos de higiene e limpeza para instituições não governamentais (Coordenadora 5).

A Coordenadora 5 afirma que tais ações são desenvolvidas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e em outras associações beneficentes existentes na cidade. Tal fala traz certa preocupação, tendo em vista que traz, em seu bojo, ações pontuais, que podem, inclusive, vir a regredir no entendimento do que de fato é a profissão, que está imbuída de norte teórico, metodológico, ético e político, como defendido por autores como

Iamamoto (2007) e Mota (2008), afastando-se de práticas caritativas e filantrópicas, o que remonta um desconhecimento ou não clarificação do que de fato venha a ser RS.

Como bem aborda Cesar (2012), a diferença entre filantropia e RS pauta-se no fato de a primeira não possuir fins lucrativos: “a filantropia é apontada como uma forma de assistencialismo, cujas ações são realizadas de modo isolado, com um alcance e propósitos limitados, de forma pontual e esporádica e, por isso possuem pouca eficácia” (CESAR, 2012, p. 165). Diante de tal citação, e de toda discussão já realizada no interior da categoria profissional, percebe-se que tais ações citadas têm o cunho bem mais filantrópico, haja vista sua não continuidade e ações sem sistematização, que são desenvolvidas de forma institucionalizada, não específica do curso.

O norte ético e político da profissão e da RS requer algo para além de práticas voluntárias e pontuais, como indica Cesar (2012, p. 165): “um processo de mudança da cultura empresarial, sendo ações planejadas e contínuas, com programa específico e cujos resultados são avaliados sistematicamente”, e, assim, a empresa também é fortalecida nesse processo, na reafirmação de sua imagem perante o mercado consumidor diante do que estes esperam e entendem por correto no mundo dos negócios, sendo tão importante quanto outros elementos no mercado, como qualidade dos produtos e inovação. É importante frisar que as Coordenadoras 1 e 2, por estarem inseridas em universo público, indicam que o PPC trabalha a temática de forma mais generalista e transversal nas disciplinas, fala essa que também contempla pensamento da Coordenadora 2: “Existe a possibilidade de o docente responsável expor e discutir com os discentes dimensões inerentes ao trabalho do assistente social em empresas e, conseqüentemente, a temática da responsabilidade social” (Coordenadora 1).

Encerrando um pouco desse processo, faz-se necessário perceber os limites e possibilidades indicados pelas coordenadoras, tanto para trabalhar a temática RS, bem como no exercício profissional em geral do assistente social, especialmente em campos que não são tradicionais, sendo permeado por entraves:

Bem, com vistas ao PPC, eu acho/acredito que ele dá conta, né, porém, esse processo de formação profissional, há uma preocupação que o aluno egresso ele saia com o perfil onde ele tenha condições críticas, reflexivas, teóricas, metodológicas, capazes de intervir na realidade e transformar a vida das pessoas, porém não é a intervenção de forma individualizada do profissional do Serviço Social que vai dar conta de transformar a vida de pessoas, como nós sabemos, o profissional de serviço social, ele tem um papel de mediar, articular, encaminhar, de inserir esse usuário no acesso aos serviços, porém, garantir que esses serviços na sua integralidade, na sua totalidade, ele vá acontecer, é uma questão que não perpassa única e exclusivamente por intervenção bem feita do profissional assistente social (Coordenadora 4).

Assim, a partir de tal fala, reafirma-se a necessidade de institucionalização do profissional para o seu exercício, que se dá no universo dos direitos sociais, seja no âmbito público ou privado, a partir da garantia de direitos, sendo permeado por entraves.

Porém, como ressalta Iamamoto (1998, p. 48), as novas possibilidades de trabalho que se apresentam necessitam que elas sejam “apropriadas, decifradas e desenvolvidas, se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados”, e, assim, perde-se a necessidade e utilidade social da profissão. É importante, então, compreender, como reforçado pela Coordenadora 2, que, ao não se pensar na atuação profissional nos mais diversos espaços:

Perderemos a dimensão dos direitos e os direitos são para seres humanos, independente do que sejam, eles têm sempre direitos violados, e eles precisam ter esses direitos garantidos, e a nossa profissão trabalha com isso, inclusive, o nosso compromisso ético e político da garantir de direitos independente de você ser preto, branco, azul, amarelo, rico, pobre, né... do espaço, lugar, tempo que você está (Coordenadora 2).

Assim, na contramão dessa realidade, como bem reforçado por Menezes (2010), os estudos sobre RS e Serviço Social são inexpressivos, diante da vultuosidade de produções em outras áreas. Assim, percebe-se que a temática é amplamente estudada e dominada em seu saber por outras áreas de conhecimento, como Administração e Psicologia.

Imbuídos do sentimento de que faz-se necessário oxigenar a formação profissional, para que as falas de “romper com práticas tradicionais” sejam, de fato, colocadas em prática, haja vista que a formação vai por um norte ético de enfrentamento à sociedade capitalista, mas que, como bem indica Guerra (2000), a profissão serve, também, à manutenção desta, não podendo, ainda, estar em descompasso com o que ela impõe ou sem ocupar espaços que deviam ser assumidos por assistentes sociais, por ausência de fomento do conhecimento, percebendo-se que, com os novos impulsos da política de educação, um número cada vez maior de profissionais vem sendo colocado no mercado de trabalho, e a formação profissional ainda não está atenta ao quesito empregabilidade, pensando somente em uma dimensão teórica.

Em tempo, é fundante o aporte teórico para subsidiar a prática (compreendendo-se que um não existe sem o outro, não existindo dicotomia e sim unidade), entendendo-se como reafirmado pela Coordenadora 5:

O aluno precisa, primeiro, compreender o sistema do capital, a origem da desigualdade, das injustiças sociais e, nesse sentido, entender em que base está

construída essa sociedade, e que, a partir daí, há uma necessidade de se construir e se elaborar propostas políticas, programas voltados para diminuir esse abismo entre pobres e ricos, patrão e empregado e todos esses contrários (Coordenadora 5).

Tal fala reforça o que Cesar (2012, p. 155) traz sobre a RS, enquanto “mobilização da sociedade civil no enfrentamento dos problemas sociais que assolam o país”, e mais, fortalecendo as interações, sejam no âmbito interno, sejam a partir do fortalecimento, como já citado, de sua imagem e visão de mercado, sendo política que, ao passo que “diminui o abismo” entre as diferenças, é estratégia de sustentabilidade dos negócios. Assim, reafirma-se a necessidade da garantia de direitos e atuação do assistente social nos mais diversos espaços profissionais.

Sintetizando-se as informações trazidas pelas coordenadoras de curso, percebe-se que há um conhecimento acerca da RS, ocorrendo, por vezes, a aproximação da linha da ação social ou caridade, indicando a presença dela nos PPCs e de forma indireta nas disciplinas, já que a formação do assistente social deve se dar de forma generalista, mas há que se notar que, por vezes, existe confusão de informações quanto à RS institucional e aquela presente e trabalhada no curso de Serviço Social e na formação desse profissional. Assim, fica clarificado a necessidade de se ampliarem as discussões, como já apontado por Montañó (1997) sobre espaços de atuação que não são mais nem tão novos e que chamam por esse profissional, sendo necessário que as problematizações se iniciem no seio acadêmico, para fornecer subsídios teóricos ao profissional para atuação.

6.3 O QUE OS PROFESSORES FALAM SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Dando continuidade ao percurso metodológico, chega-se ao momento em que se entrevistaram professores indicados pelas coordenações acadêmicas dos cursos, com vista a, também, perceber seu olhar docente a respeito do conceito e formação dos alunos a partir da temática ora abordada. É mister salientar que os coordenadores dos cursos tiveram liberdade para apontar os docentes que tivessem alguma familiaridade à temática, ou trabalha-la em alguma disciplina.

Para se compreender o “solo que se pisava”, iniciou-se fazendo o questionamento acerca da compreensão das entrevistadas sobre o que vem a ser RS, a partir de seu olhar enquanto assistente social:

A temática da RSE é extremamente ampla e envolve muitas dimensões, sendo difícil, portanto, conceituá-la de forma unívoca. Mas, tentando sintetizar o conceito, se pode pensar no campo da gestão socialmente responsável, que envolve tanto aspectos internos quanto externos da organização. Ou seja, tratar da responsabilidade social nos remete a pensar nas dimensões econômica, ambiental e social em relação às formas de fazer negócio das organizações (Professora 3).

A docente em questão discute tal temática, inclusive, no seu processo formativo de mestrado e doutorado, sendo pesquisadora de vários projetos, na área. Ela aponta a amplidão que existe dentro do entendimento da RS, conforme apontado no referencial teórico, como aqueles trazidos pelo Instituto Ethos (apud GADIOLI et al., 2006), Rheinheimer (2005), NBR ISO 26000 (ABNT, 2010), Ashley (2002), Oliveira, C. M. (2013), dentre outros. Tal conceito vem a ser ampliado com olhar crítico a partir dos demais posicionamentos:

A responsabilidade social é uma expressão que denota interação e cidadania, no sentido de que é uma ação que busca estimular a construção da cidadania e o desenvolvimento do cidadão na sociedade considerando o meio ambiente, os direitos humanos e sociais e as demais questões que contribuem para o bem-estar coletivo; contudo, na vida cotidiana e no senso comum, o termo traz uma conotação mais voltada para ser uma estratégia do capital, das empresas capitalistas, para amenizar as mazelas sociais que a lógica excludente neoliberal expande na sociedade através de ações sociais e comunitárias. Assume no senso comum, por vezes, uma ideia de voluntariado e filantropia (Professora 4).

A Professora 4 reafirma as limitações existentes ainda hoje no que diz respeito ao entendimento da temática, pois percebe como o conceito RS é abordado a partir da face da filantropia empresarial com cunho voluntarista. Porém, a Professora 2 amplia esse olhar, ao entender que as empresas não podem mais se pautar nessa realidade, elas são sim cobradas a dar respostas, seja aos trabalhadores seja à comunidade no entorno delas, como sustentando por Rheinheimer (2005), que a percebe a partir das dimensões interna, externa e meio ambiente, como apresentado no relato a seguir:

Falar de responsabilidade social hoje é a gente compreender que as empresas, para além de focarem nessa questão do lucro, elas têm uma contrapartida, né, urge essa necessidade, que pensem para além do lucro, até porque eu entendo que essa própria contrapartida que é dada a partir de se pensar a comunidade em que a empresa tá inserida, a própria sociedade, de se pensar um conjunto dos trabalhadores da empresa, né, de se pensar a questão da sustentabilidade, a questão ambiental, então é uma via de mão dupla, então à medida em que eu vou agir dentro desses espaços proporcionando um bem-estar dentro desses espaços, se pensa, também, na própria empresa, né, a empresa deixa de ser aquele espaço que só se pensa no lucro, mas se pensa no lucro hoje numa forma diferente, com a responsabilidade de que, até pra que eu gere lucro, eu preciso retroalimentar esse espaço que eu estou vivendo, então eu penso muito nessa perspectiva, numa dimensão bem mais ampla e que até supera essa dimensão apenas da filantropia, eu acho que isso não gera mais nada pra empresa, não é mais bacana pra empresa, que ela seja vista apenas como uma

empresa solidária, como uma empresa amiga ou como uma empresa que faz alguma solidariedade pontual, né, até pra mídia, pra própria imagem midiática da empresa eu acho que isso não é mais suficiente hoje, né? (Professora 2).

Assim, a questão da imagem que a empresa passa ao mercado consumidor é vista como extrema relevância, as empresas são cobradas a dar esse retorno ao espaço onde estão inseridas. Porém, é importante lembrar que a RS não pode somente ser entendida como executada para o âmbito externo, ela também pode e deve ser desenvolvida para o público interno (ou seja, trabalhadores), como aponta Rheinheimer (2005).

No entanto, uma das falas chama atenção, quando reforça, com clareza, a inexistência de conhecimentos sobre a temática ao longo de sua formação profissional:

Na verdade, eu sou bem verdadeira no sentido de realmente afirmar uma ausência maior de apropriação teórica, até mesmo autores que realmente venham tá trazendo essa discussão no tocante entendimento. Eu acredito que meu entendimento maior acerca dessa questão da responsabilidade social ainda seja um tanto superficial, mas eu compreendo como estratégia, não é assim, ao primeiro modo, estratégia voltada ao discurso oriundo de um Estado capitalista no sentido de nortear uma proposta econômica e nitidamente voltada à lucratividade, e baseada, a partir da década de 90, especificamente no Brasil. Esse contexto de maior incidência neoliberal, que vai trazer uma maximização do Estado ao setor econômico e uma minimização \questão social, no sentido da perspectiva social, e aí pensando uma ideia de intervenção direta a partir de políticas públicas. Então, nesse pouco entendimento de responsabilidade social, se hoje eu fosse abordada, eu diria que seria uma estratégia do Estado de trazer um pouco para a sociedade e instituições esse retorno à perspectiva social de estratégia e iniciativas elaboradas especificamente por instituições e empresas, que venha a tocar esse tecido social e as questões mais evidentes (Professora 5).

É importante frisar que, dentro de uma formação generalista, os profissionais se aproximam de determinadas áreas e, assim, ampliam seus conhecimentos nelas, e, mesmo a Professora 5 apontando suas limitações teóricas, ainda consegue, a partir de seu olhar crítico, pautado nos conhecimentos marxistas do Serviço Social, descrever uma breve compreensão que ela tem sobre a temática, reforçando que não há conhecimentos ampliados sobre esta, haja vista os cursos de formação em Serviço Social ainda deixarem essa lacuna, conforme já apresentado nas análises do PPCs e suas respectivas matrizes curriculares.

Dando continuidade, questionou-se se elas percebem a RS enquanto demanda e espaço de atuação para o assistente social, já que essa é uma realidade inerente ao sistema e momento vivenciado socialmente. Assim, têm-se as seguintes falas:

Olhe, eu encontro ela como uma demanda. Mas, pelo projeto pedagógico do curso de Serviço Social, que é um projeto mais voltado pra questão marxista, ela rejeita um pouco essa questão da responsabilidade social, exatamente por não ser a garantia

de direitos do cidadão a responsabilidade social, ser muito mais vista como paliativa, ser muito mais vista como uma ação pontual, nada de muita continuidade, então para o Serviço Social ela não se constitui um foco de atuação do serviço social dentro do projeto majoritário, né. Mas assim, não impede que o assistente social trabalhe com a responsabilidade social, desde que ele saiba o que é, realmente, uma responsabilidade social, que ele saiba a regulamentação. Porém, não estamos atuando, porque, assim, como os programas de Mossoró não são muito conhecidos, a gente não sabe se, realmente, tem assistente social atuando nesse processo. Então, assim, eu acho que há esse desconhecimento (Professora 1).

A Professora 1 levanta a questão de que a atuação junto às práticas de RS das empresas é compreendida enquanto demanda a ser respondida e mediada pelo assistente social, porém, a formação profissional rejeita, por não compreender o espaço empresarial como garantidor de direitos, e, assim, como Mansur (2012) cita, entende o fazer profissional no âmbito empresarial como inadequado não o problematizando. Essa realidade é afirmada, a necessidade de problematizar para intervir, também pela Professora 3:

É possível, por exemplo, que o assistente social atue na gestão de pessoas com ações que se direcionem à construção da responsabilidade social. Do mesmo modo, é perfeitamente possível ter o(a) assistente social atuando na gestão ambiental, um outro campo do espectro da responsabilidade social. Nessa direção, é fundamental que a categoria problematize os significados e as possibilidades de atuação do Serviço Social no campo da responsabilidade social para que possa responder mais efetivamente à essa demanda. (Professora 3)

Assim, ela traz à tona a questão de que o assistente social pode e deve atuar nos mais diversos espaços, dando respostas às expressões da questão social, porém, ele precisa ter capacitação profissional para tal, a partir de sua graduação e ações de pesquisa e extensão.

Traz-se, ainda, a reflexão de que, para atuar em qualquer espaço, não somente nesse, é necessário ter clareza do tripé da instrumentalidade do Serviço Social. Tal entendimento é corroborado pela Professora 4, que afirma que “é uma possibilidade de espaço sócio-ocupacional caso sua intervenção seja pautada no compromisso com a materialização dos direitos, bem-estar e cuidado do ser humano em sua totalidade social”.

Para além, a Professora 1 comenta a questão de que, mesmo sendo demandado, o espaço ainda não está ocupado. Tal fato é indicado, ainda, pela Professora 6, que afirma:

A gente vê que tem crescido essa questão da responsabilidade socioambiental das empresas, então, dessa forma, podemos ver que o assistente social deve ser contratado para trabalhar nesse setor, bem como fazer mediações à população, e gestão da empresa, além dos trabalhadores. Porém, aqui na região, desconhecemos inserção de assistente social em empresas, bem como chegada de novas empresas (Professora 6).

Findando-se esse debate, entende-se que a fala da Professora 2 tem um olhar geral de toda essa questão, quando ela diz:

Entendo como demanda e como espaço amplo de atuação profissional, assim como todos os outros espaços. É um espaço, dentro do ponto de vista do Serviço Social, espaço contraditório, mas aí eu pergunto, também, qual espaço de atuação não é contraditório? Então, se nós deixarmos de atuar nesse espaço por ele ser espaço contraditório, já que a responsabilidade social, ela retroalimenta esse lucro de uma outra forma, pode dar uma guinada nisso dentro da própria instituição e da relação dela com a sociedade. Eu também penso que é dessa forma que a gente age em todos os espaços ocupacionais, então, eu penso que, inclusive, é um redimensionamento dos nossos espaços que nós estamos sofrendo em meio a toda essa conjuntura que nós estamos vivenciando, que a gente não apenas vivencia o redimensionamento das expressões da questão social, mas, com isso e atendendo o princípio de que a nossa profissão, ela não é uma ilha isolada, e que se as expressões sociais, elas se redimensionam no nosso fazer profissional, eu acredito que é um espaço rico e amplo e como todo deve ser ocupado, né? Pelos profissionais e, sobretudo, a partir de uma nova perspectiva, de uma nova roupagem, né? Porque eu acredito muito que a cara do Serviço Social quem dá somos nós, em qualquer espaço sócio-ocupacional (Professora 2).

Assim, reflete-se que a atuação do assistente social, como bem aponta Guerra (2000), é contraditória, pois atua em processos ambíguos, inseridos em espaços criados pela lógica capitalista, reforçando-a, atuando, ainda, com situações contraditórias e mediando interesses distintos. Finda-se esse entendimento com a perspectiva de que RS é sim demanda para o Serviço Social e que precisa ser socialmente ocupada para dar respostas profissionais que são requeridas, e, caso não se consiga ocupá-la, outros profissionais, de outros saberes, o farão.

Fechando os questionamentos aos docentes, indagou-se acerca da presença da temática nos TCCs, e uma das docentes (como anteriormente citado, é a única pesquisadora da temática no estado do Rio Grande do Norte) afirma que:

Tratando especificamente da minha realidade, como faço parte de um grupo de pesquisas que trata da temática da responsabilidade social, tenho orientado vários trabalhos, bem como alunos de Iniciação Científica e mestrado nesse universo temático. Por vezes, os trabalhos não têm a responsabilidade social como tema central, mas tratam dos elementos que envolvem a questão (Professora 3).

Porém, as demais docentes respondem que:

Faz tempo que não, viu? Eu acho que a última que eu orientei desse aí, acho que já faz uns quatro anos (Professora 1).

Não diretamente. Por exemplo, eu já estou há poucos mais de três anos na docência e eu, particularmente, nunca orientei trabalho, a gente já se vê muito limitado, seja pela atuação que é um tanto quanto limitada especialmente aqui no Nordeste, né, de Serviço Social junto a empresas. Mas eu, particularmente, nunca orientei nenhum

trabalho, nunca participei de banca que focasse isso e até porque, pela própria literatura, a gente percebe que isso é algo que ainda precisa ser melhorado, que não há muita discussão diretamente, os debates são muito genéricos, né, e apenas no ponto de vista apenas da crítica não trabalha as possibilidades, então, eu, particularmente, vejo ainda muita limitação com relação a isso (Professora 2).

Nos três últimos anos não me recordo de nenhum TCC específico sobre essa temática (Professora 4).

De forma direta, eu realmente acompanho desde a primeira turma a formação e construção de trabalhos e conclusão de curso e realmente eu desconheço agora de imediato algum que tenha perpassado esse debate, da questão da responsabilidade social no curso de Serviço Social, provavelmente seria uma temática mais provável de ser encontrada na Administração e talvez na Contabilidade, mas, pelo olhar mais amplo e tendo duas turmas que já concluíram, já devemos ter uma média de quase oitenta monografias no banco de dados de monografias da faculdade pelo curso de Serviço Social e, realmente, eu desconheço que exista algum tratando especificamente da temática responsabilidade social (Professora 5).

Já a Professora 6 afirmou estar na instituição há pouco tempo e, assim, desconhecer os TCCs que foram e estão sendo produzidos. Assim, observa-se que, mesmo as professoras indicando que a RS se apresenta como demanda, o curso é ainda muito carente nas discussões, e isso é refletido, inclusive, nos TCCs, trazendo à tona a questão de que não ocupam os espaços porque não têm o conhecimento, ou não têm o conhecimento porque não são profissionalmente chamadas. Desse modo, enquanto formação profissional, precisa-se dar o primeiro passo no sentido de capacitar os estudantes nas mais diversas áreas. As produções teóricas que vinculam a temática à profissão, a cada dia, vão sendo ampliadas e isso precisa ser levado aos alunos, para que, dessa forma, amplie-se a visão do tradicionalismo no fazer.

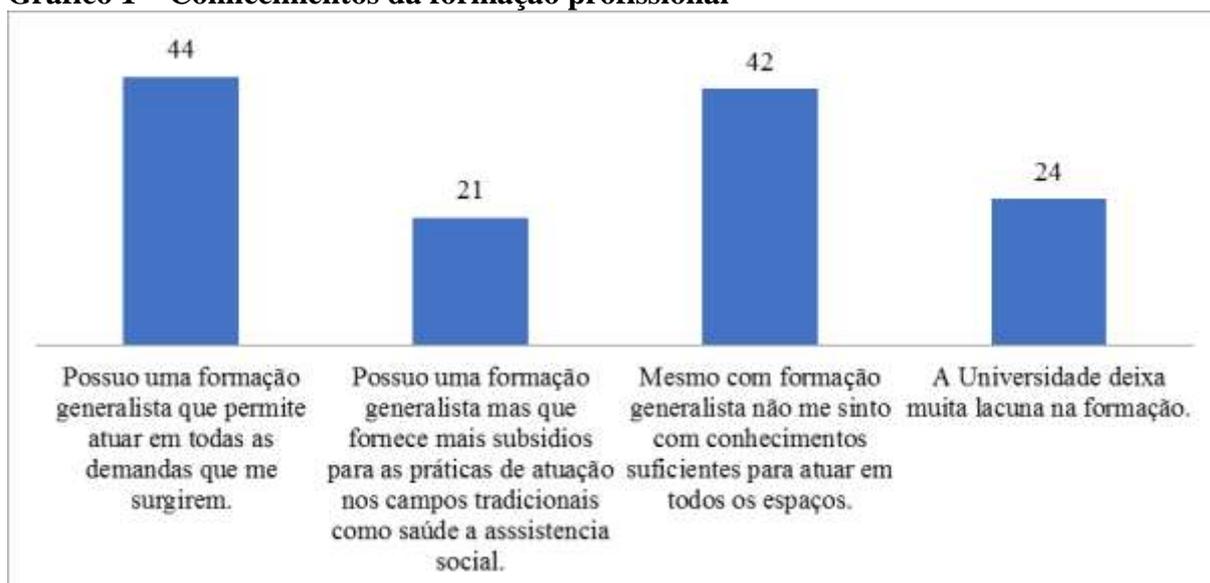
Fazendo análise mais geral das falas das docentes, percebe-se que há uma compreensão mais aprofundada e embasada sobre o que venha a ser RS, percebendo-a a partir de um viés e olhar mais crítico, advindo da formação profissional das assistentes sociais, formadas, em geral, a partir do método marxista, que vem a corroborar o conceito adotado por esta pesquisa, advindo da NBR ISO 26000, compreendendo a RS para além da caridade, mas com visão crítica, conforme sustentada por autores como Montañó (1997) e Mota (2006), que observam a RS como um discurso que é interessante à manutenção empresarial. As falas ainda indicam a RS como demanda ao Serviço Social, porém compreendem que ainda é um espaço ocupacional que precisa a cada dia mais ser ocupado, conforme sustentado por Kruel e Wiedmar (2013) e Sá (2002). É, ainda, expressivo e trazem à tona a ausência de estudos e TCCs que versem sobre a temática, corroborando o que Nunes (2013) sustenta a partir de seus estudos.

6.4 COMO OS ALUNOS PERCEBEM OS CONHECIMENTOS SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL EM SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Para atender a esse último elemento proposto no percurso metodológico, realizou-se pesquisa com alunos dos últimos períodos de graduação dos cursos de Serviço Social pesquisados, para identificar quais suas percepções acerca de sua formação profissional de modo mais amplo e relacionado diretamente à temática proposta. As questões levadas aos discentes eram de múltipla escolha, para se observar a concordância, sendo agregadas para apurar esse resultado.

Para, então, iniciar, analisa-se o que eles compreendem de forma ampla sobre sua formação profissional, conforme apresentado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Conhecimentos da formação profissional



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Explanando esses dados gerais a partir da visão segregada por cursos, tem-se o seguinte panorama, apresentado no Gráfico 2 a seguir.

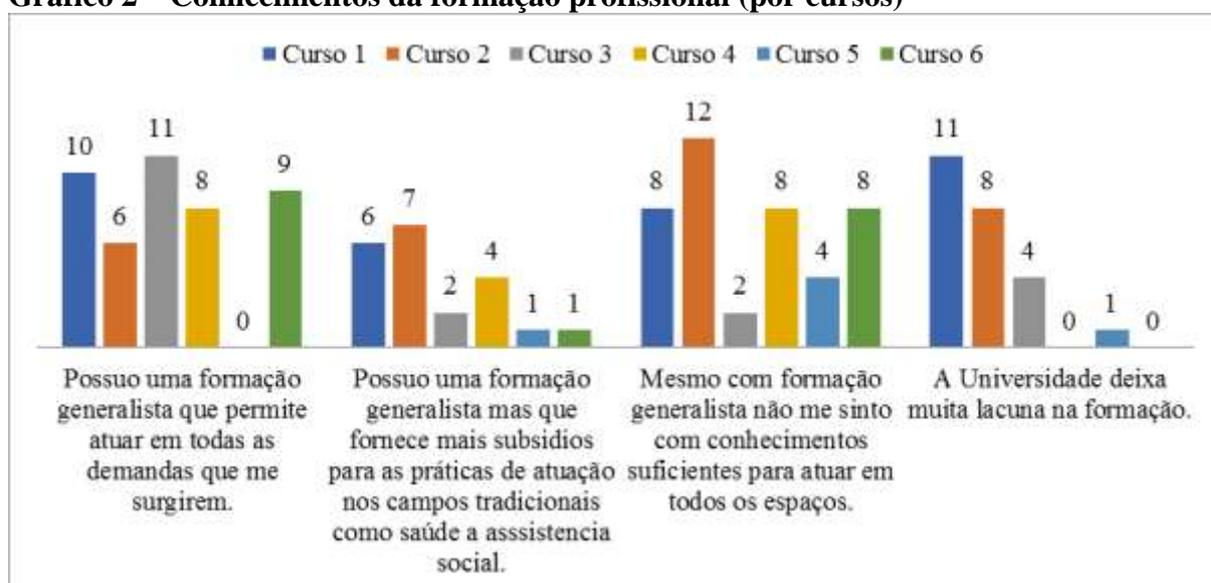
Para 44 respondentes, a formação é generalista, como prevista nos aportes teóricos da profissão, e que, com base nisso, serão capazes de atuar nas mais diversas expressões da questão social que são respondidas pelos campos de atuação, corroborando, então, o perfil apreçado pelas Diretrizes Curriculares de 1996, que dizem que o assistente social é:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e

movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1996, p. 1).

Para tanto, mesmo com esse perfil generalista, 21 percebem uma formação mais voltada a áreas tradicionais, como saúde e assistência social, reforçando, como diz Yamamoto (2014, p. 610) que “a ênfase recai na implementação, gestão, avaliação e financiamento de programas e projetos sociais previstos pelas políticas públicas – com privilégio da seguridade social, em especial saúde e assistência”.

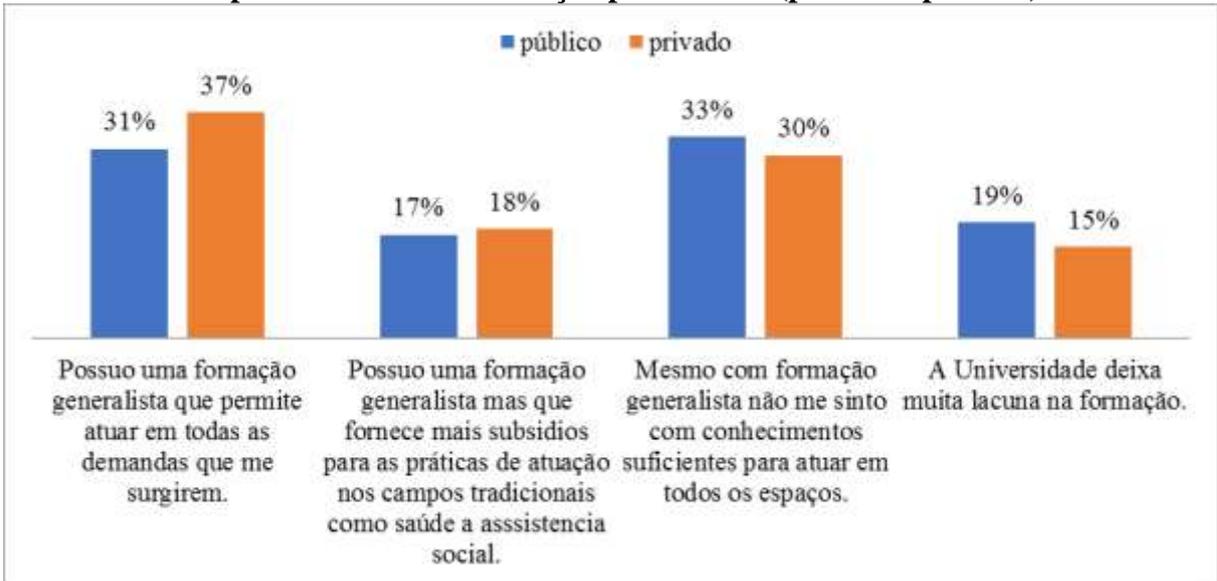
Gráfico 2 – Conhecimentos da formação profissional (por cursos)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Ainda cabe uma reflexão sobre os demais, que assinalaram as próximas 2 opções, somando um montante de 42 que indicam não se sentirem aptos a atuarem em todos os espaços e mais 24 que apontam que, mesmo antes de concluírem a formação, já percebem lacunas deixadas por ela. Analisando os mesmos dados sob a ótica sob nova disposição, a partir da inserção dos respondentes nos cursos no âmbito público ou privado, apresenta-se o Gráfico 3, a seguir.

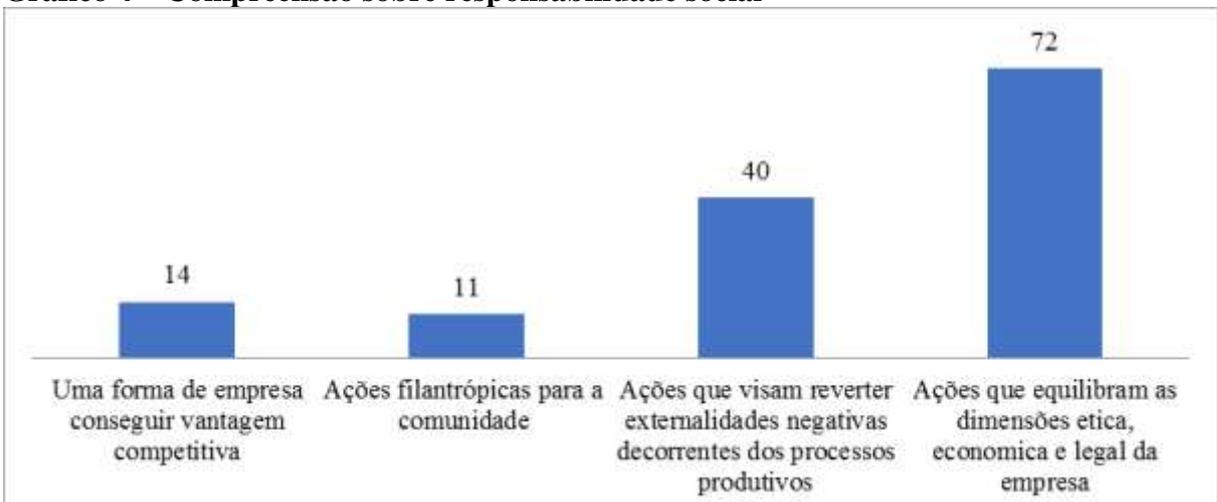
Reafirma-se, então o processo de “atropelamento” na formação profissional citado por Yamamoto (2014), mas, também, cabe a reflexão apontada por Santos (2012), de que, por vezes, essa falta de clareza da relação teoria x prática leva a categoria a remeter um problema que, em realidade, pertence à relação mercado de trabalho x formação profissional, tendo em vista que a formação profissional jamais poderá responder totalmente às necessidades do mercado, já que estas são dinâmicas.

Gráfico 3 – Compreensão sobre a formação profissional (público x privado)

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

A partir desses dados, percebe-se que há equilíbrio entre aqueles que apontam possuírem condições de atuar respondendo a todas as demandas e aqueles que indicam não possuírem subsídio suficiente para tal, especialmente os de cursos públicos. Mesmo que muito sutil, demonstra-se que os alunos das universidades públicas são mais críticos quanto à sua formação. Nas duas primeiras categorias, que falam de uma formação mais completa, eles apresentam percentuais mais baixos. Já nas duas últimas categorias, que apontam as limitações da formação, o percentual aumenta.

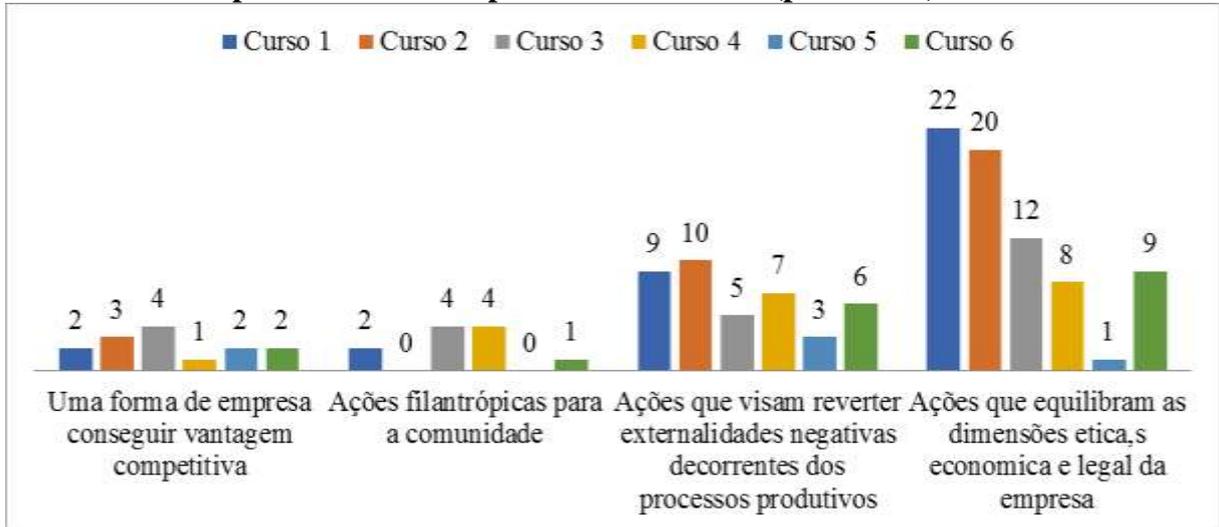
Tratando-se especificamente sobre os conhecimentos fomentados na academia acerca da RS, começa-se questionando sobre o que entendem sobre a temática, obtendo-se os seguintes resultados (Gráfico 4):

Gráfico 4 – Compreensão sobre responsabilidade social

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Ao se analisar tais dados e de forma mais específica, por cursos, eles se apresentam da seguinte forma (Gráfico 5):

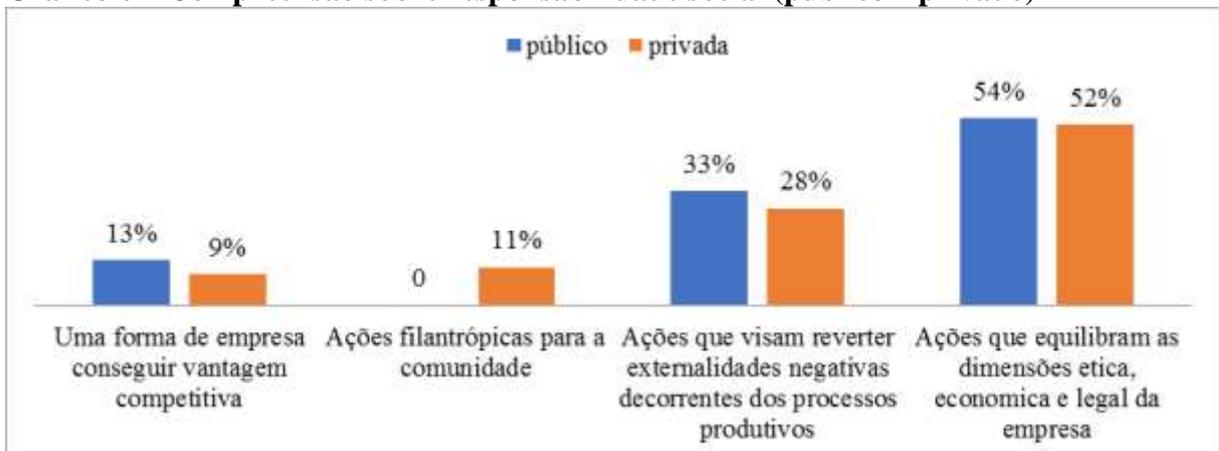
Gráfico 5 – Compreensão sobre responsabilidade social (por cursos)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Assim, é importante perceber que os alunos possuem uma compreensão acerca do que realmente vem a ser a RS, como reforça Cesar (2012), afastando, em sua maioria, essas práticas de ações filantrópicas e caritativas das empresas, para, de fato, ocorrer o entendimento da RS como ações que vão buscar reparar, seja em âmbito interno e/ou externo, problemas advindos da sociedade capitalista e dos processos produtivos, e, com isso, estando ancorado em dimensões ética, legal e econômica (compreensão sobre RS adotada por esta pesquisa). Fazendo a análise dos mesmos dados, mas agora agrupando-os a partir da natureza institucional percebe-se que (Gráfico 6):

Gráfico 6 – Compreensão sobre responsabilidade social (público x privado)



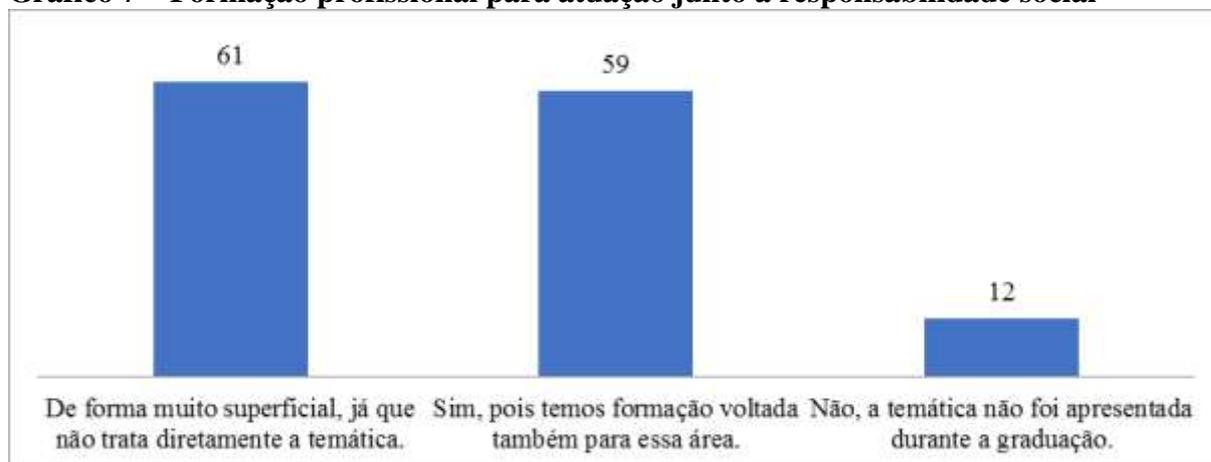
Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Pode-se, então, perceber que há um forte entendimento deles (sejam de universidade pública ou privada) a partir da compreensão enquanto a RS sendo agente que busca equilibrar as dimensões ética, legal e econômica da empresa, como conceito sustentado por Schwartz e Carroll (2003).

Os dados estão mais próximos, se analisados a partir da natureza jurídica, porém, o que mais chama atenção é que nenhum aluno das universidades públicas marcou RS como ação filantrópica, demonstrando conhecimento e criticidade acerca da temática, reforçando os conceitos trabalhados e defendidos por este estudo.

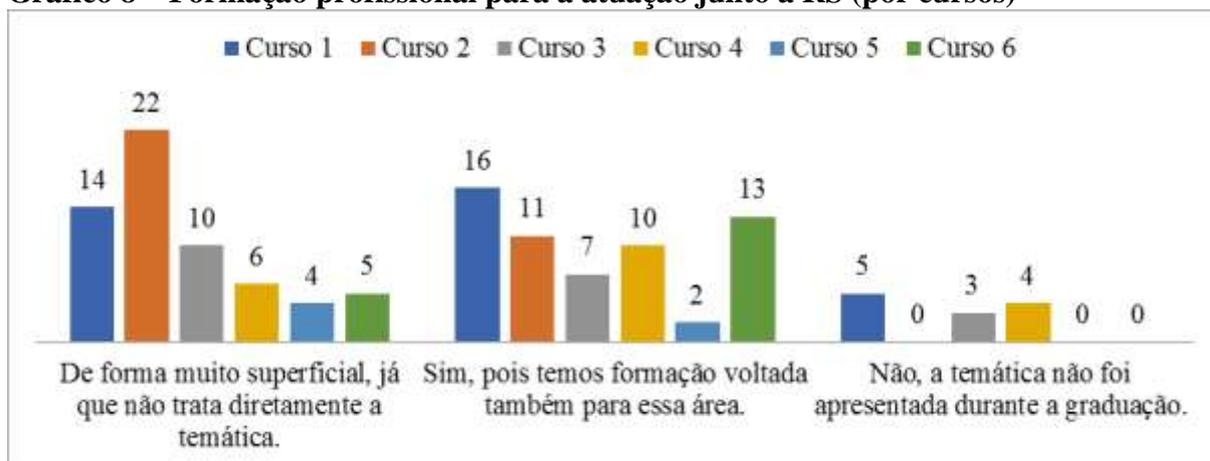
Após tal questionamento, em que parte do conhecimento sobre a temática, buscou-se perceber se a temática foi trabalhada na graduação e de que forma. Corroborando, então, o já exposto desde a análise dos PPCs e as falas advindas dos coordenadores dos cursos e professores indicados, os alunos também indicaram que não há formação direta, ou que ela não foi apresentada na graduação, observando não haver disciplina específica, sendo trabalhada somente em algumas disciplinas de forma transversal. Essa realidade vem apresentada no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Formação profissional para atuação junto à responsabilidade social



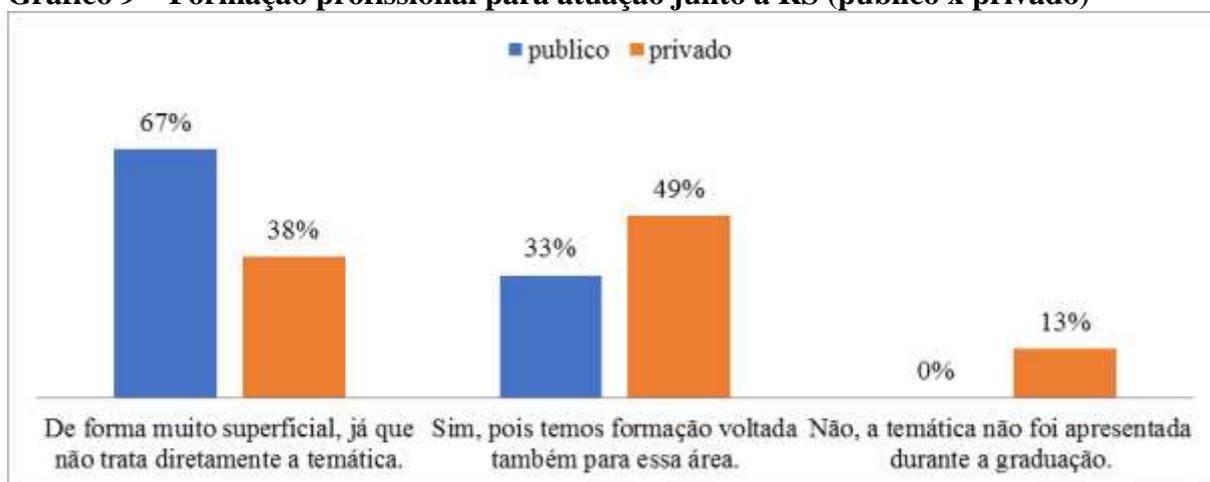
Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Tais dados vêm a reforçar elementos que foram apresentados anteriormente, quando se apontou a ausência da temática nos PPCs ou matrizes curriculares, bem como nas falas dos coordenadores e professores, que apontaram a superficialidade e transversalidade com que o tema é abordado. Tal fato vem sendo reforçado quando 61 alunos respondentes afirmam que a temática é trabalhada com superficialidade, acrescido aos 12 que não identificaram, ao longo de sua formação, conhecimentos vinculados à RS. Esses dados observados a partir dos cursos estão expostos no Gráfico 8:

Gráfico 8 – Formação profissional para a atuação junto à RS (por cursos)

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Porém, outro quantitativo expressivo indica que houve formação para a área, em especial, os advindos de universidade privada do interior, em que corrobora o discurso da coordenação do curso, que indica como sendo a RS um pilar estratégico, bem como encontra-se, também, presente no PPC. Sob um novo prisma, percebe-se que (Gráfico 9):

Gráfico 9 – Formação profissional para atuação junto à RS (público x privado)

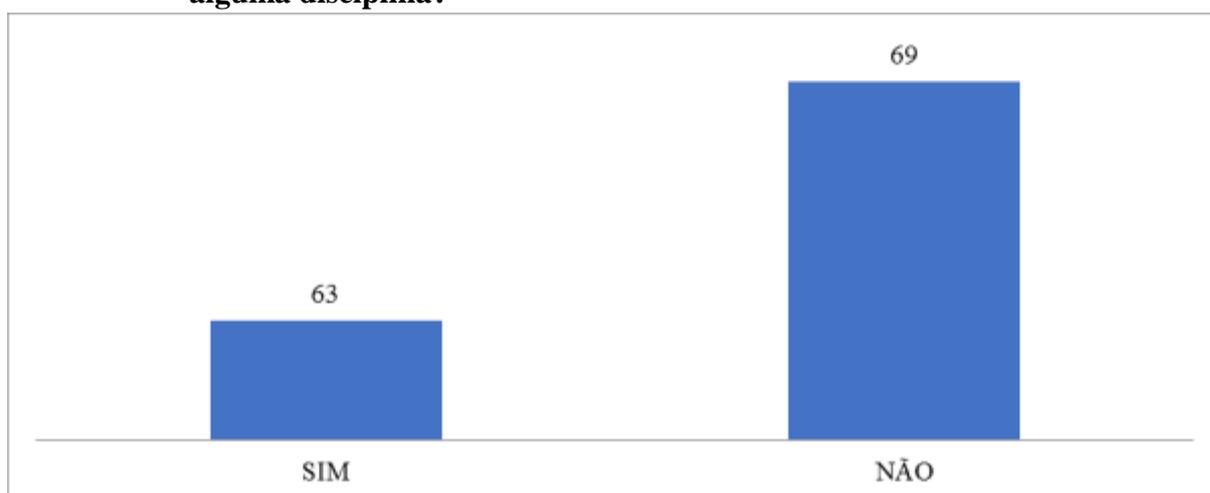
Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Assim, visualiza-se que, especialmente, os alunos oriundos de cursos da rede privada afirmam deterem maior conhecimento sobre a área, bem como esclarecimento da possibilidade de atuação junto à RS. Acredita-se que, por existir a RS no discurso/prática dessas faculdades/universidades, o entendimento e conhecimento seja mais amplamente trabalhado.

É importante destacar, nesta análise, que nenhum aluno de universidades privadas indicou não ter sido trabalhada a temática na formação, em que a maioria aponta a superficialidade, mas a tiveram em algum momento de sua formação.

Dando prosseguimento e com vistas a esclarecer de que forma esse conhecimento se deu na formação profissional, questionou-se se havia sido repassado de forma ampla e clara em alguma disciplina, tendo como parâmetro geral o indicativo no Gráfico 10:

Gráfico 10 – A temática foi apresentada de maneira ampla e clara em sua formação em alguma disciplina?

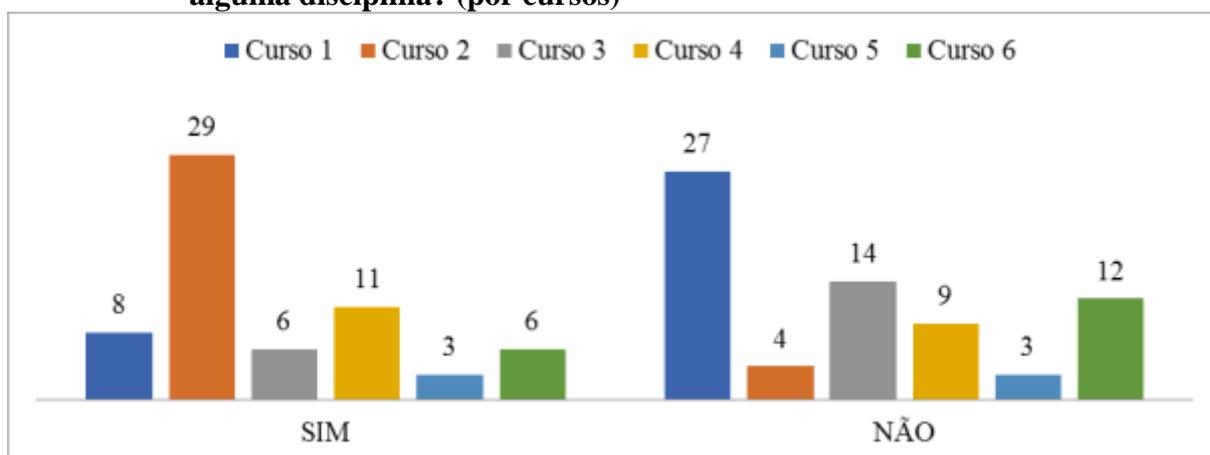


Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Reforça-se, assim, que o conhecimento, como também já apontado na questão anterior, possa não ter se dado de forma tão ampla e clara, tendo em vista que 63 (47,8%) alunos afirmam tal verdade, dizendo que a temática foi apresentada de maneira ampla e clara, porém, mais da metade, 69 alunos (52,2%) dizem que não o tiveram.

Se se aprofundar na interpretação desses dados, analisando-os por cursos, tem-se a seguinte interpretação (Gráfico 11):

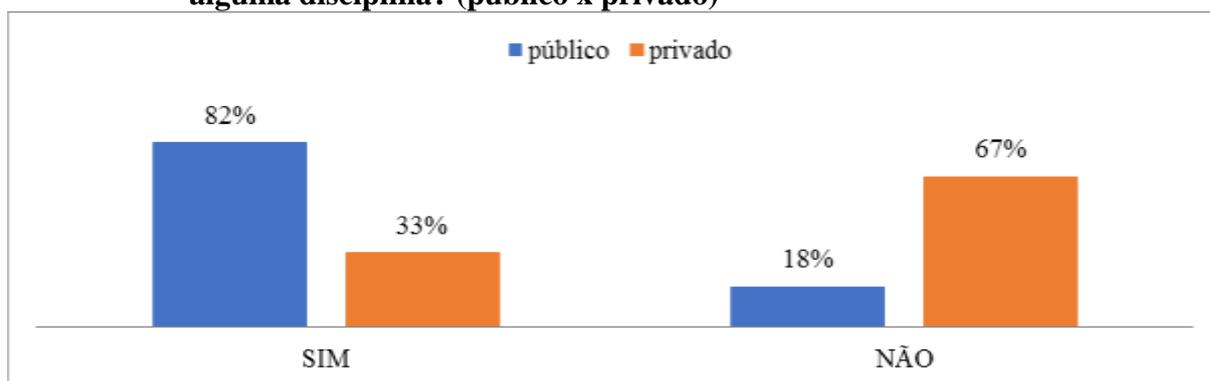
Gráfico 11 – A temática foi apresentada de maneira ampla e clara em sua formação em alguma disciplina? (por cursos)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Cabe, então, perceber se de fato houve esse conhecimento de forma clara e ampla, já que praticamente metade dos participantes não identificaram, sendo, então, esse um dado expressivo, que vem a ser reafirmado no momento em que se questiona se a temática é dialogada para além de atividades obrigatórias. Sob o entendimento do universo público e privado, apresenta-se da seguinte forma (Gráfico 12):

Gráfico 12 – A temática foi apresentada de maneira ampla e clara em sua formação em alguma disciplina? (público x privado)

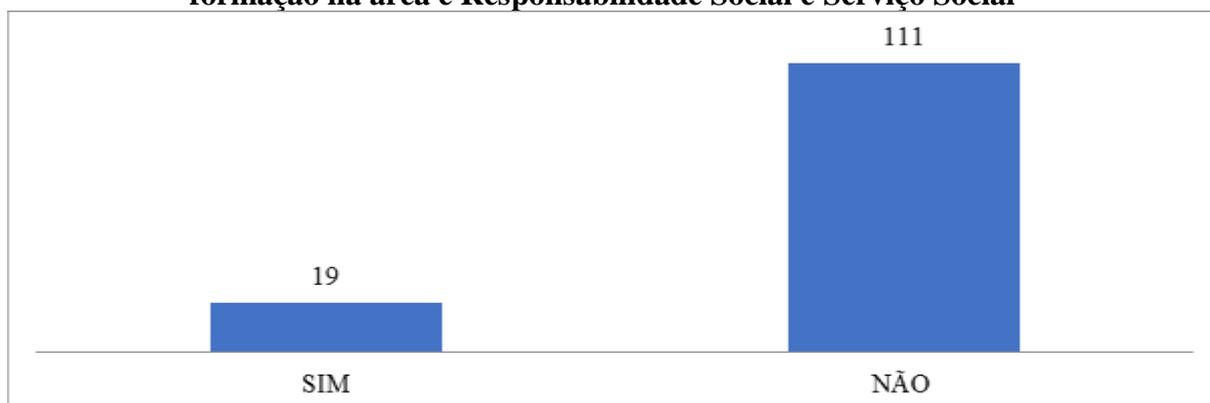


Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Por um lado, observa-se que os acadêmicos de universidades públicas afirmam que tiveram esse conhecimento de forma mais ampla, contradizendo o que afirmaram no Gráfico 9, que havia sido, em geral um conhecimento mais superficial, e a maioria expressiva dos discentes dos cursos privados indica que não teve esse conhecimento trabalhado de maneira ampla e clara em alguma disciplina, o que, de fato, corrobora o conhecimento superficial indicado no Gráfico 9.

Neste sentido, questiona-se se tal temática teria, também, sido abordada em atividades de extensão ou pesquisa na formação acadêmica (Gráfico 13):

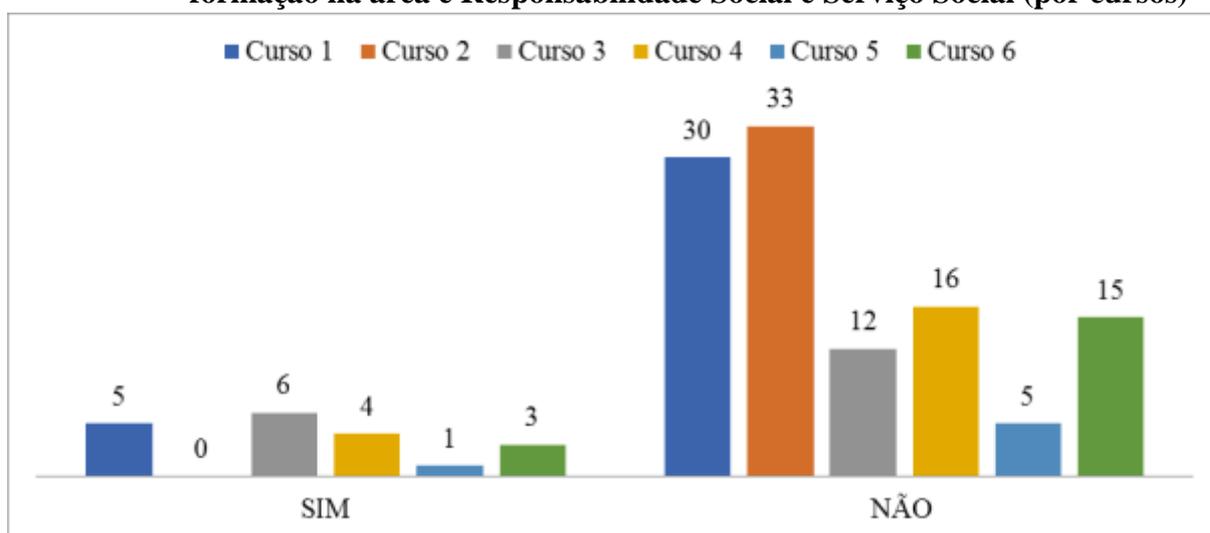
Gráfico 13 – Presença de atividade de extensão ou pesquisa fomentada durante a formação na área e Responsabilidade Social e Serviço Social



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

É significativo e expressivo os que indicam não possuem em suas formações, atividades extensionistas ou de pesquisa na área de RS. Se percebido tal dado a partir dos cursos individualizados, tem-se (Gráfico 14):

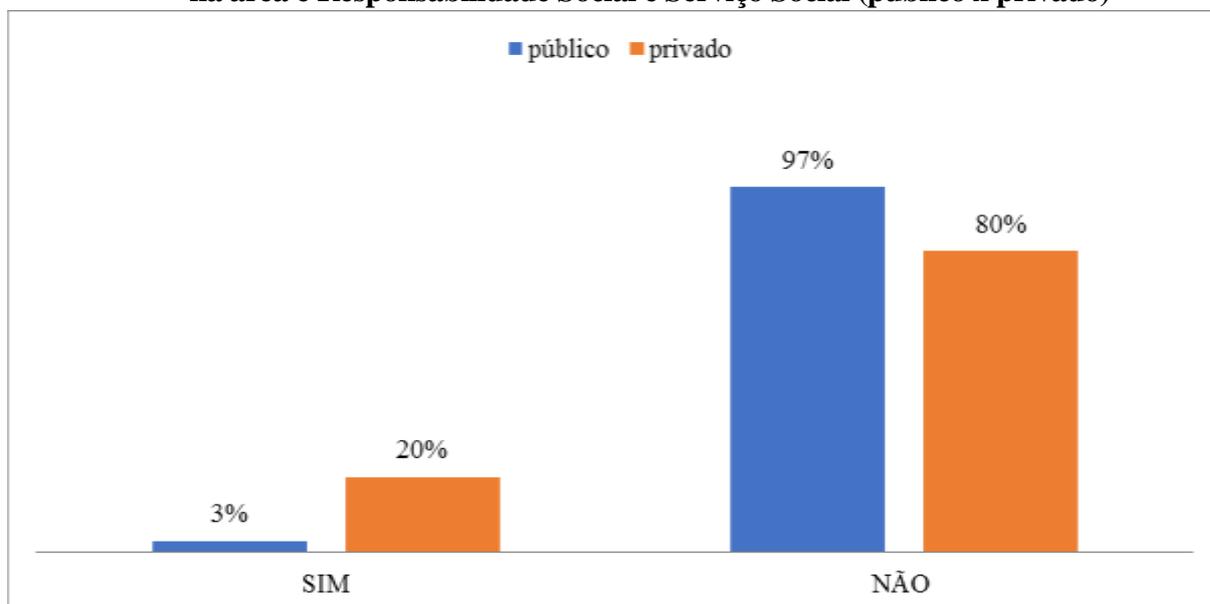
Gráfico 14 – Presença de atividade de extensão ou pesquisa fomentada durante a formação na área e Responsabilidade Social e Serviço Social (por cursos)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

As respostas, em sua grande maioria negativas, indicam a fragilidade no ensinamento acerca dos novos espaços de atuação. Sob o olhar do público x privado, traz-se à tona os seguintes apontamentos (Gráfico 15):

Gráfico 15 – Presença de atividade de extensão ou pesquisa fomentada durante a formação na área e Responsabilidade Social e Serviço Social (público x privado)



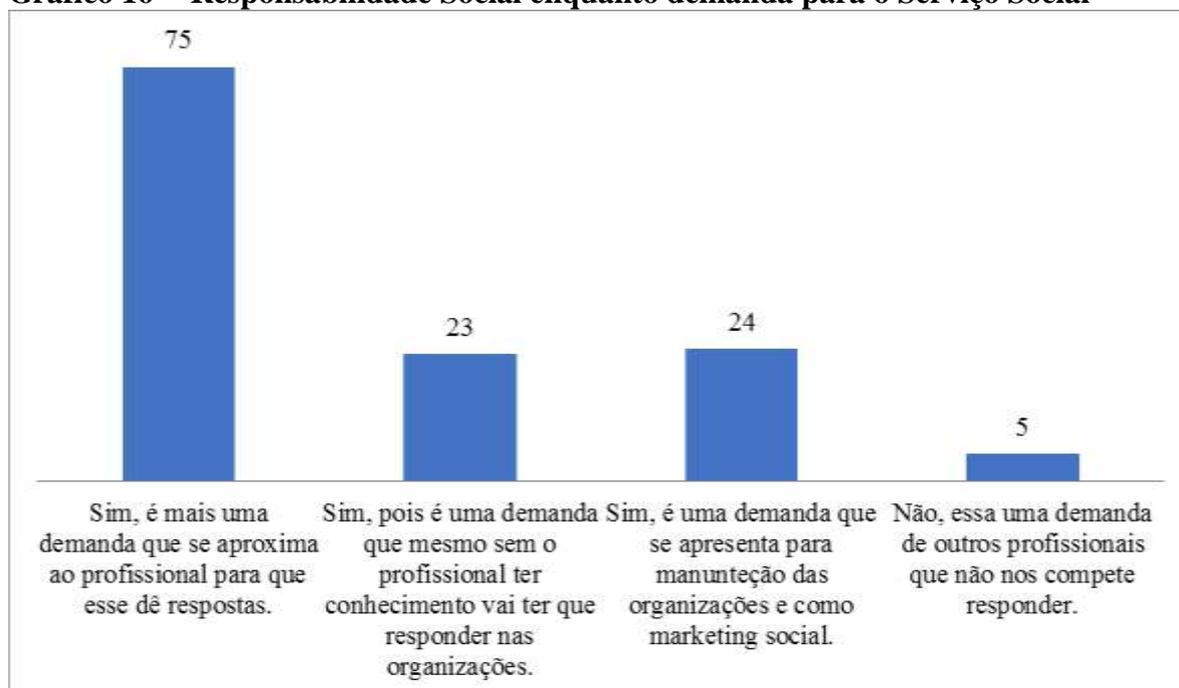
Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Chama atenção, em especial, o fato de os alunos advindos de cursos privados terem apontado a inexistência de projetos de extensão ou pesquisa na área de RS, uma vez que, durante entrevistas, especialmente com coordenadores de cursos, reafirmou-se o desenvolvimento de atividades institucionais voltadas à comunidade em que o curso participava ativamente, por meio do exercício profissional assistido de seus alunos. Assim, apresenta-se uma incongruência entre aquilo que os coordenadores apontaram com o que os alunos compreendem por extensão universitária e RS.

Para mais, reafirmando-se o dado apresentado por ora, pelos alunos, destaca-se que, em nível macro, é necessário, como aponta Iamamoto (2014, p. 634), “estimular pesquisas sobre as metamorfoses do mercado de trabalho e dos espaços ocupacionais do assistente social nos âmbitos do Estado, bem como, das empresas capitalistas e organizações civis não lucrativas”. Esse é um dos tantos desafios apontados à profissão, nesse processo formativo-profissional.

Assim, questiona-se, então, para findar esse percurso de buscar compreender a percepção sobre essa temática, se eles compreendem a RS enquanto demanda e espaço sócio-ocupacional para atuação do assistente social, observando-se então as seguintes considerações apresentadas no Gráfico 16:

Gráfico 16 – Responsabilidade Social enquanto demanda para o Serviço Social



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Tais dados vêm a reforçar elementos que foram apontados, especialmente a fala das professoras entrevistadas, que reafirmaram que o espaço empresarial e das práticas de RS são

sim demanda que devem vir a ser respondidas pelo assistente social. Percebendo-se tais dados, em uma análise mais acurada por cursos, tem-se o Gráfico 17, a seguir.

E na dualidade público x privado, tem-se o Gráfico 18, a seguir:

Gráfico 17 – Responsabilidade Social enquanto demanda para o Serviço Social (por cursos)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 18 – Responsabilidade Social enquanto demanda para o Serviço Social (público x privado)

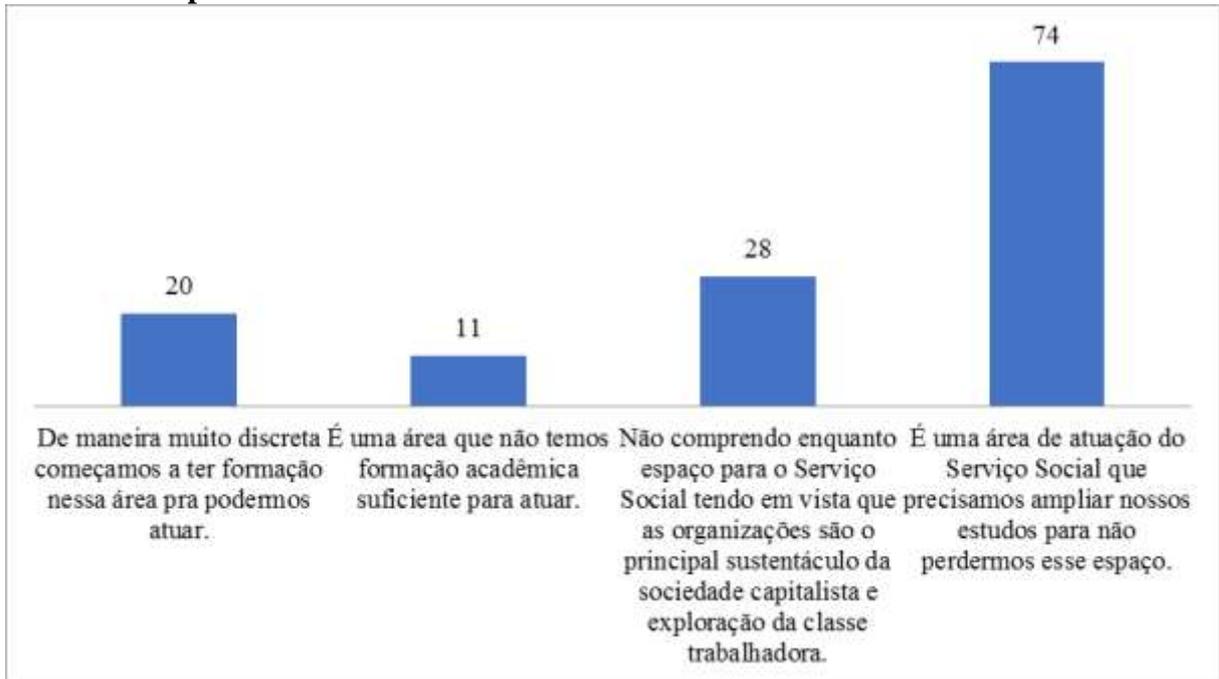


Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Desse modo, fica claro o posicionamento e compreensão no sentido da RS enquanto demanda a ser respondida pelo assistente social em seu fazer profissional, corroborando, assim, Kruehl e Wiedmar (2013) e Sá (2002), ao perceberem a necessidade de um olhar interdisciplinar, a partir dos vários saberes, inclusive do Serviço Social sobre essa demanda.

Ao perceber enquanto espaço sócio ocupacional, tem-se o Gráfico 19, a seguir.

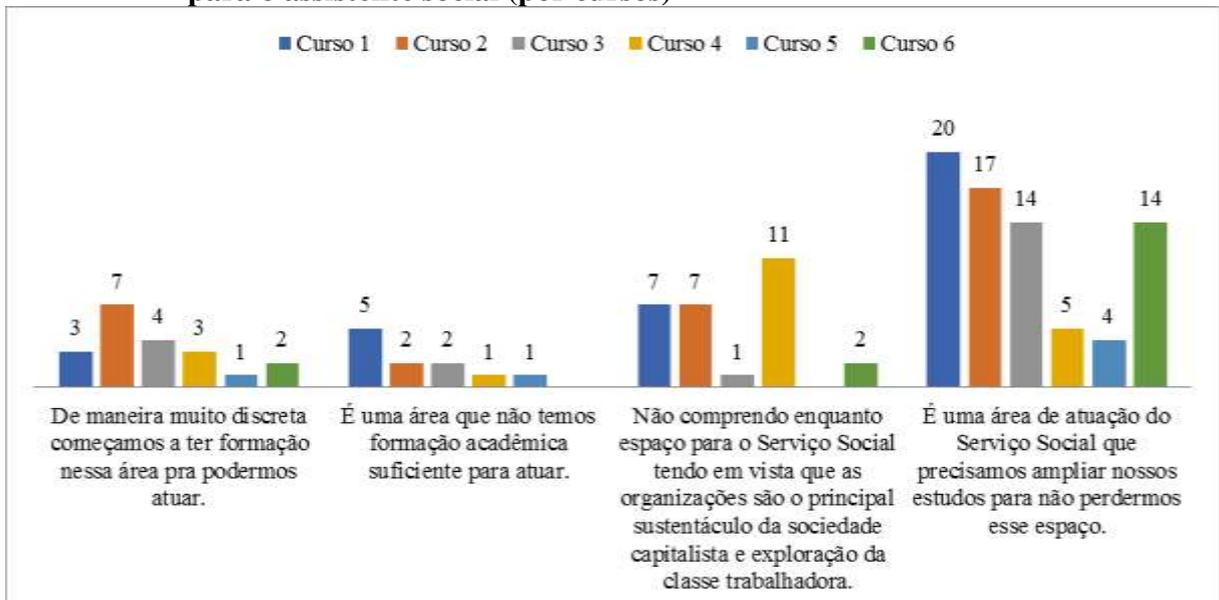
Gráfico 19 – Responsabilidade Social desenvolvida enquanto espaço sócio-ocupacional para o assistente social



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

O Gráfico 19, vem a reforçar, também, o entendimento de que, por ser demanda, constitui-se, também, enquanto espaço sócio-ocupacional, porém, 74 dos respondentes apontaram a necessidade de ampliação nos estudos e visibilidade acadêmica para que ele não se perca. Para além, o Gráfico 20, a seguir, indica:

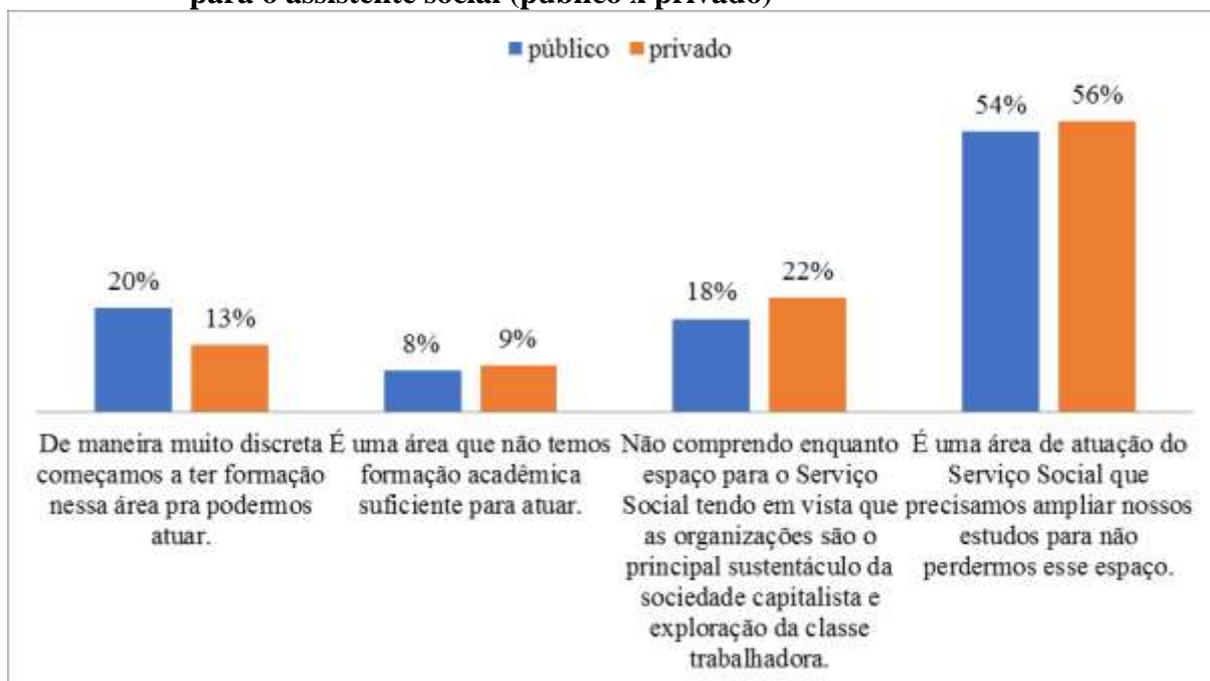
Gráfico 20 – Responsabilidade Social desenvolvida enquanto espaço sócio-ocupacional para o assistente social (por cursos)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Se analisado sob a ótica da natureza jurídica institucional, tem-se (Gráfico 21):

Gráfico 21 – Responsabilidade Social desenvolvida enquanto espaço sócio-ocupacional para o assistente social (público x privado)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Assim, observa-se que os alunos apontam, enquanto demanda, a profissão, mas, na sua contramão, apresentam as fragilidades na formação para atuação junto às empresas, até mesmo por não ser um grande campo de empregos, bem como a RS, haja vista, então, a necessidade de ampliação dos estudos, para que não venham a perder ainda mais esse espaço, em que podem vir a dar respostas e, no momento em que é requerido a figura do assistente social nos programas de RS empresarial, ele é reconhecido, como reforçado por Mansur (2012, p. 176), “como portador de conhecimento específico e de instrumental de trabalho capaz de propiciar a leitura da realidade e a elaboração de propostas de trabalho. Esse é visto como capacitado para identificar demandas, analisar as mesmas, sugerir, planejar, executar e avaliar resultados”. Entende-se, assim, como um espaço que necessita desse profissional, para que contribua, a partir de seus conhecimentos específicos, para se romper com a ideia de caridade empresarial, interferindo diretamente nas relações patrão x empregado e empresa x comunidade.

Deve-se, então, ter como centralidade no fazer profissional que, independentemente de onde ele atuar, deve-se haver a centralidade na defesa dos direitos e no trabalho, no sentido de enfrentamento às expressões da “questão social”, buscando respostas às carências materiais dos indivíduos por meio das políticas públicas e lutas de classes.

Porém, há que se chamar atenção aos alunos, 18% de universidade pública e 22% das privadas, que não identificam a RS desenvolvida no interior das organizações empresariais enquanto espaço ocupacional do assistente social, por ser o principal sustentáculo da sociedade capitalista. Assim, é importante frisar que parcela dos estudantes ainda mantém uma visão mais tradicional (que está alinhada à própria formação), pensando na atuação somente no âmbito público. Mas, como citado anteriormente, a questão social, em suas múltiplas expressões, apresenta-se nos mais diversos espaços, devendo ser respondidas independentemente do espaço de atuação.

Fechando um pouco essa discussão referente ao que os discentes pensam sobre sua formação profissional em paralelo à RS, percebe-se que eles compreendem a RS como estratégia de equilibrar e responder às dimensões ética, legal e econômica da organização, indicando que sua formação é de forma generalista, havendo descompasso entre aqueles que afirmam estarem capacitados para atuar em todas as áreas e aqueles que apontam ainda terem lacunas na formação. Sobre a RS em específico, especialmente os alunos das universidades/faculdades privadas afirmam terem conhecimento mais amplo e já ter sido o tema trabalhado de forma mais ampla, mesmo sendo quase unânime a indicação de que a temática não é abordada em pesquisas ou extensão universitária. Assim, eles a compreendem enquanto demanda e espaço de atuação aos assistentes sociais, sendo o conhecimento necessário para fomentá-la.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o término deste processo investigativo, conclui-se que foi possível atender aos objetivos inicialmente propostos e analisar de que forma o conhecimento acerca da RS materializa-se nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte.

Porém, este não é o término, a conclusão é, antes de tudo, norteadora de um debate que necessita estar mais em pauta na formação de novos profissionais, a fim de capacitar os discentes para que, em anos vindouros, sejam capazes de atuar na contemporaneidade, compromissados com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e respondendo às demandas que lhes são impostas.

É ainda válido ressaltar que, a partir das leituras, verifica-se que as demandas, os campos ocupacionais, o perfil profissional, as competências profissionais, estão em constante mudança, é algo dialético, que necessita sempre de atualização teórica, atualização acadêmica, fato esse que perpassa a adequação dos PPCs e matrizes teóricas para que não se deixe de garantir direitos sociais da classe trabalhadora, que já vivencia uma regressão de direitos e exploração de sua mão de obra.

O campo da RS e, por conseguinte, empresarial para atuação das assistentes sociais não é uma utopia, algo distante, é uma realidade vivenciada, e que se deve trabalhar sempre no sentido da ampliação dos conhecimentos em torno dele, sendo um potencial campo de atuação, alastrando-se, assim, o mercado de trabalho profissional.

Dessa forma, fazendo um paralelo dos nossos objetivos propostos e a realidade encontrada, percebe-se que, nos PPCs dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte o viés da RS apresenta-se de forma limitada, como tema secundário, com tópicos específicos apenas em algumas disciplinas obrigatórias, como Administração e Planejamento em Serviço Social, Política Social, Serviço Social e Processo de Trabalho, quando trabalham algumas temáticas que vinculam-se à RS, mas sem centralidade nela. É perceptível, ainda, que, naqueles cursos que se encontram inseridos em faculdades ou universidades privadas, apresentam-se, nos PPCs, falas acerca da RS institucional, tratando-se de uma projeção da imagem da instituição para a sociedade, não chegando a ser necessariamente um compromisso ético, visto que não chega nas matrizes do curso, e que, por fim, o curso de Serviço Social insere-se nessas práticas, mas sem conhecimento maior sobre essa vinculação de saberes. É importante salientar que, do universo pesquisado, apenas quatro cursos disponibilizaram seus documentos normativos para análise.

Se remontados os objetivos que tinham sido traçados para vislumbrar a concepção acerca da RS presente nos discursos de coordenadores e professores, e trazidos à tona as colocações das coordenações de cursos, reforça-se a transversalidade e caráter secundário com que a temática RS é trabalhada na formação profissional, haja vista não ser uma área tradicional na profissão, bem como grande centro empregador (âmbito empresarial) dessa classe, sendo reforçado o caráter generalista da formação em Serviço Social, mas com foco nas políticas públicas de seguridade social. Porém, observa-se conhecimento sobre a temática, bem como indicativos sobre a RS desenvolvida nas universidades e/ou faculdades privadas, como citado nos PPCs delas, por vezes acontecendo imprecisão quanto ao que de fato é conhecimento trabalhado no interior do curso e o que é prática institucional. É importante destacar que, por vezes, os discursos advindos das coordenações perpassam o viés da ação social, especialmente quando citadas as práticas que são institucionalizadas, sem demonstrar nelas o poder de garantia de direitos e alteração do contexto social dos indivíduos.

Ao se pensar nas colocações expostas pelas professoras dos cursos presenciais de Serviço Social, percebe-se a criticidade advinda do método marxista presente nos discursos delas (haja vista o norte teórico da profissão ser dado pelas leituras advindas dos cursos). Destacam-se docentes que se afeiçoam às discussões, mas há, também, aquelas que não dominam, porém compreendem enquanto demanda ao Serviço Social e espaço ocupacional que precisa de fato ser respondido, entretanto, há que ter o suporte teórico advindo da academia para balizá-lo. Destaca-se, ainda, em sua maioria, com exceção de uma docente, a ausência de TCCs que tenham essa tônica enquanto central.

Por fim, quando confrontado o objetivo inicial que se tinha, de averiguar a percepção dos alunos dos cursos de Serviço Social do Rio Grande do Norte sobre a temática e sua formação, com relação à RS, visualiza-se aquilo que os discentes apontam por meio de questionários, podendo analisar esses dados a partir do olhar geral, por cursos e por natureza jurídica das instituições, trazendo, assim, uma análise qualitativa dos dados quantitativos apresentados. Eles apontam, em sua maioria, o entendimento de sua formação enquanto generalista, porém, não se sentem com subsídios suficientes para atuarem em todas as áreas, sendo acompanhados pela indicação nas lacunas deixadas no desenvolvimento profissional acadêmico. Apontam, ainda, um entendimento de que RS não se trata de filantropia e sim de ações que visem a equilibrar as dimensões ética, legal e econômica da organização, mas apontam a superficialidade com que a temática é trabalhada ao longo do curso, não sendo apresentada de forma clara ou aparecendo em projetos de pesquisa e/ou extensão. Em meio a todas essas lacunas apresentadas ao se pensar sobre conhecimentos que vinculem Serviço

Social e RS, eles ainda indicam que essa é sim demanda a ser respondida pela profissão, que carece de aprofundamento teórico para meio embasamento na futura atuação.

Desse modo, consegue-se responder aos objetivos propostos, que é avaliar os PPCs bem como percepção e entendimento sobre RS e Serviço Social das coordenadoras, professoras e alunos dos cursos presenciais de Serviço Social do Rio Grande do Norte.

Houve limitações na construção deste estudo, especialmente por ser uma proposição que foge às áreas tradicionais do Serviço Social, sendo, assim, limitados os estudos já existentes ou mesmo conhecimento amplamente difundido no interior da academia ou classe profissional. Outro limite encontrado se deu no sentido de conseguir sensibilizar os sujeitos que foram entrevistados ou respondentes de questionários, haja vista residirem em cidades distintas, tendo que se adequar a logística para que todos pudessem contribuir com este momento.

Porém, é momento de vislumbrar, também, possibilidades. Perceber espaços que aos poucos vão sendo problematizados e assumidos por assistentes sociais, e perceber que as expressões da questão social urgem nos mais diversos espaços da sociedade e precisam de resolução.

Chega-se ao fim deste trabalho de dissertação monográfico com a certeza de se ter atingido os objetivos iniciais e respondido à questão de pesquisa. Espera-se, ainda, que a produção teórica nessa área se amplie, a fim de proporcionar maior embasamento a futuras pesquisas, e, também, no sentido de enriquecer a formação profissional.

Conta-se com a ideia de que o ponto final desta pesquisa instigue a vontade de novas pesquisas, sendo apenas o início.

REFERÊNCIAS

- ABREO, Ana Carolina Santini Betancurt de; FÁVARO, Cláudia Renata. Demandas de serviço social empresarial. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 45-58, jul./dez. 2001.
- AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1995.
- AMARAL, Angela Santana. Implementação das diretrizes curriculares nos cursos de Serviço Social: os rumos e desafios da formação profissional. **Temporalis**, Brasília, n. 14, p. 13-29, jul./dez. 2007.
- AMARAL, Angela Santana; CESAR, Monica de Jesus. **O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas**. São Paulo: CEAD, 2009.
- ARAGÃO, Sueli Duarte; KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ASHLEY, Patrícia Almeida (Org.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16001:2004: Responsabilidade Social: Sistema de gestão: requisitos**. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. **NBR ISO 26000:2010: diretrizes sobre responsabilidade social**. Rio de Janeiro, 2010.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BARRETO, Alcyrus Vieira Pinto; HONORATO, Cezar de Freitas. **Manual de sobrevivência na selva acadêmica**. Rio de Janeiro: Objeto Direto, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Pesquisa Ação Social nas Empresas: Brasil: resultados finais: segunda edição. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articledcd2.html?id_article=244>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- _____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jul. 1993.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Estabelece Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

BHERING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Our common future: report for the World Commission on Environment and Development**, United Nations. Oxford: Oxford University Press, 1987.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da; PIMENTEL, Thiago Duarte. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 1-16, jan./mar. 2009.

CESAR, Mônica de Jesus. A experiência do Serviço Social nas empresas. In: CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA, CONTINUADA A DISTÂNCIA. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Brasília: UnB, 1999, n. 2, p. 167-180.

_____. O Serviço Social nos programas de “responsabilidade social” das empresas. In: SERRA, Rose. **Espaços ocupacionais e Serviço Social: ensaios críticos**. Jundiaí: Paco, 2012. p. 155-180.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 mar. 1993.

COSTA, Antonio Gilberto Martins da. **Discurso e prática de responsabilidade social na visão dos trabalhadores diretos e terceirizados: um estudo numa indústria de petróleo**. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Potiguar, Natal, 2013.

DAINEZE, Marina do Amaral. Códigos de ética empresarial e as relações da organização com seus públicos. In: INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Responsabilidade Social das empresas: a contribuição das universidades**, v. 3. São Paulo: Peirópolis, 2004. p. 75-118.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos, 111).

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. Assessoria e consultoria a gestores e trabalhadores como trabalho do assistente social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. **Assessoria e consultoria e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2010. p. 170-187.

_____. **O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas e trabalho profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADIOLI, Bruna Costa; MUKAI, Cássia Yuki; QUEIROZ, Juliana Moreira de; MARQUES, Larissa de Araújo Oliveira; PERINI, Marcela Pamplona; ACAR, Thais. Responsabilidade Social Empresarial: “ética ou estética?”: uma análise do setor automobilístico brasileiro. In: INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL.

Responsabilidade Social das empresas: a contribuição das universidades, v. 5. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2006. p. 173-210.

GIESTA, Lílian Caporlândia; LEITE, Rodrigo de Almeida. (Orgs). **Responsabilidade social e gestão ambiental**. Natal: EdUFRN, 2010.

GÓMEZ, J. Andrés Domínguez; AGUADO, Octavio Vázquez; PÉREZ; Alejandro Gaona (Orgs). **Serviço Social e meio ambiente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA, CONTINUADA A DISTÂNCIA. **Capacitação em Serviço Social e políticas sociais**. Brasília, UnB: CEAD, 2002, n. 4.

_____. Instrumentalidade no processo de trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2000. n. 62.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]; CELATS, 2006.

INSTITUTO ETHOS. **Conceitos básicos e indicadores de responsabilidade social**. 5. ed. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-af4Conc_Bas_e_Indic_de_Respon_Soc_Empres_5edi.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

INSTITUTO ETHOS; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Responsabilidade social empresarial para micro e pequenas empresas: passo a passo**. São Paulo, 2003.

JORGE, Maria Rachel Tolosa. A construção curricular no ensino de serviço social: processo permanente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 61, p. 127-151, nov. 1999.

KRUEL, Dalva Nascimento; WIEDEMER, Marcos. Responsabilidade social empresarial e Serviço Social. **Revista Científica CENSUPEG**, Joinville, n. 1, p. 71-84, 2013.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **Responsabilidade social empresarial: o trabalho do assistente social em questão**. Disponível em: <http://www.fijo.org.br/docs/artigos_e_Publicacoes/10 - OK_RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MANSUR, Maria Cecília Costa. O Serviço Social nas fundações e instituições empresariais. In: SERRA, Rose. **Espaços ocupacionais e Serviço Social: ensaios críticos**. Jundiaí: Paco, 2012. p. 181-202.

MARIANO, Valquiria Alves. **Os desafios contemporâneos do estágio supervisionado em Serviço Social na formação acadêmica**. Franca: UNESP, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. (Série Núcleo da Pesquisa, 1).

MARTINS, Elvis Silveira; ROSSETTO, Carlos Ricardo; ROSSETTO, Adriana Marques; FERREIRA, Elaine. Estudo da sustentabilidade empresarial: o caso de uma cooperativa gaúcha. **GESTÃO.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 8, n. 3, p. 457-482, 2010.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES; Jane Cruz. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das diretrizes curriculares. **Temporalis**, Brasília, n. 14, p. 175-197, jul./dez. 2007.

MENEZES, Franciane Cristina. O Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas”: o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 503-531, jul./set. 2010.

MINAYO, Maria Cecília (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 53, p. 102-125, mar. 1997.

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete (Org.) **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política:** ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NUNES, Leticia Soares. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, Carla Montefusco. **Entre tradições e inovações:** percepções e práticas de responsabilidade social empresarial. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos, ... constantes desafios. **Revista Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 13, n. 2, 2004.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. **Empresas na sociedade:** sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PASSOS, Elizete Silva; LEAL, Raimundo Santos; CARVALHO José Jorge Sousa. Práticas de responsabilidade social em empresas varejistas: a percepção e valoração por parte dos colaboradores. **Cadernos de gestão social**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 121-134, 2009.

PEREIRA, Bárbara Leite; XAVIER, Gabriella Souza; MILANEZ, Marcelly Malacarne. O processo de inserção do serviço social na temática do meio ambiente. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2007.

PEREIRA, Larissa Dahmer. A expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, número especial, p. 323-331, ago. 2010.

RHEINHEIMER, Ivone. **Responsabilidade social empresarial:** uma demanda para a formação em Serviço Social? 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. **O estágio não obrigatório na formação profissional dos(as) assistentes sociais:** trabalho precarizado ou processo didático pedagógico? 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de (Org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade:** dos fundamentos filosóficos a prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?:** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2012.

SCHWARTZ, Mark S.; CAROLL, Archie B. Corporate social responsibility: a three-domain approach. **Business Ethics Quarterly**, Cambridge, v 13, n. 4, p. 503-530, 2003.

SEIXAS, Selma Sergio Andrade. **As expressões do projeto ético político profissional do Serviço Social e as particularidades do trabalho em empresas privadas.** 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2007.

SIMIONATTO, Ivete; PFEIFER, Mariana. Responsabilidade social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 5, nov. 2006.

SIMÕES, José Pedro. Cursos de Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 16, n. 1, p. 186-204, 2007.

SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. Responsabilidade social: o empreendedorismo e o social. **Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 92-118, jul./dez. 2005.

SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; SPERS, Valéria Rueda Elias (orgs.). **Responsabilidade Social: conceitos, experiências e pesquisas.** Ituiutaba: Ottoni, 2010.

SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; SPERS, Valéria Rueda Elias BINOTTO, Erlaine; SPERS, Eduardo Eugênio. Responsabilidade social: possibilidade de conciliação entre o econômico e o social em uma perspectiva internacional. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 34-49, jul./dez. 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Conjuntura nacional e demandas postas ao Serviço Social. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 6-19, 1998.

SUCUPIRA, João; ASHLEY, Patrícia; NADAS, Peter; CALSING, Elizeu. **Responsabilidade Social.** Brasília: SESI/DN, 2010. (Série Rede SESI de Educação, 13).

TORRES, Ciro. Responsabilidade social das empresas. In: **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Fórum responsabilidade e balanço social: coletânea de textos.** Brasília, 2003. p. 129-147.

VICENTE, Ana; REBELO, Teresa; INVERNO, Gustavo. Moderadores do impacto de percepções de responsabilidade social das empresas no comprometimento organizacional: um estudo no setor cerâmico português. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 65-83, dez. 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENADORES DE CURSO**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE****ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENADORES DE CURSO**

1. Como este curso de Serviço Social prepara o aluno para futura possível atuação em empresas que trabalham com o conceito de responsabilidade social?
2. Como a responsabilidade social faz-se presente neste curso de formação profissional?
3. O PPC dá conta da temática em alguma disciplina ou em atividades extras propostas?
4. Com vistas ao PPC e como ele se operacionaliza por meio das disciplinas e demais atividades, os conhecimentos da formação profissional são suficientes para intervir diante de demandas emergentes à profissão, como a responsabilidade social?
5. Quais disciplinas ou atividades extras dão conta da temática, e de que forma?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DOCENTES**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE****ROTEIRO DE ENTREVISTA – DOCENTES**

1. O que você entende por responsabilidade social?
2. Você identifica a responsabilidade social enquanto demanda para o Serviço Social?
3. Você identifica a responsabilidade social enquanto espaço sócio-ocupacional para o assistente social?
4. Quais são os principais limites e possibilidades apontados no trabalho da temática ou conhecimento acerca da responsabilidade social?
5. Como as seguintes temáticas: “Governança organizacional; Direitos humanos; Práticas de trabalho; Meio ambiente; Práticas leais de operação; Questões de consumidores e; Envolvimento e desenvolvimento econômico e social da comunidade” (temas centrais da NBR ISSO 26000), estão presentes no PPC e são trabalhadas nas disciplinas?
6. A temática tem se apresentado nos Trabalhos de Conclusão de Curso?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO – DISCENTES**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE****QUESTIONÁRIO – DISCENTES**

1. A partir dos conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação, a responsabilidade social pode ser compreendida enquanto:
 - () uma forma da empresa conseguir vantagem competitiva.
 - () ações filantrópicas para a comunidade.
 - () ações que visam a reverter externalidades negativas decorrentes dos processos produtivos.
 - () ações que equilibram as dimensões éticas, econômica e legal da empresa.

2. Sobre os conhecimentos de sua formação profissional:
 - () possuo uma formação generalista que me permite atuar em todas as demandas que surgirem.
 - () possuo uma formação generalista, mas que fornece mais subsídios para as práticas e atuação nos campos tradicionais, como saúde e assistência social.
 - () mesmo com formação generalista, não me sinto com conhecimentos suficientes para atuar em todos os espaços.
 - () a universidade deixa muitas lacunas na formação.

3. O curso prepara para atuação junto à responsabilidade social?
 - () De forma muito superficial, já que não trata diretamente a temática.
 - () Sim, pois temos formação voltada, também, para essa área.
 - () Não, a temática não foi apresentada durante a graduação.

4. A temática foi apresentada de maneira ampla e clara em sua formação em alguma disciplina?
- () Sim. Qual? _____
- () Não.
5. Houve alguma atividade de extensão ou pesquisa fomentada durante sua formação na área de responsabilidade social e serviço social?
- () Sim. Qual? _____
- () Não.
6. Você identifica a responsabilidade social enquanto **demanda** para o Serviço Social?
- () Sim, é mais uma demanda que se aproxima do profissional, para que este dê respostas.
- () Sim, pois é uma demanda que, mesmo sem o profissional ter conhecimento, ele vai ter que responder nas organizações.
- () Sim, é uma demanda que se apresenta para manutenção das organizações e como *marketing* social.
- () Não, essa é uma demanda de outras profissões, que não nos compete responder.
- () Não, pois não temos espaço para atuar junto a essa demanda.
7. Você identifica a responsabilidade social desenvolvida nas empresas enquanto **espaço sócio-ocupacional** para o assistente social?
- () De maneira muito discreta, começamos a ter formação nessa área para podermos atuar.
- () É uma área que não temos formação acadêmica suficiente para atuar.
- () Não compreendo enquanto demanda para o Serviço Social, tendo em vista que as organizações são o principal sustentáculo da sociedade capitalista e exploração da classe trabalhadora.
- () É uma área de atuação do Serviço Social cujos estudos precisam ser ampliados, para não perdermos esse espaço.